

ISSN: 1519-8782

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

UNIVERSIDADE VEIGA DE ALMEIDA

Rio de Janeiro, 29 de agosto a 02 de setembro de 2016



CADERNOS DO CNLF, VOL. XX, Nº 05
ECDÓTICA, CRÍTICA TEXTUAL
E CRÍTICA GENÉTICA



RIO DE JANEIRO, 2016

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

**UNIVERSIDADE VEIGA DE ALMEIDA
RIO DE JANEIRO – RJ**

REITOR

Arlindo Viana

DIRETOR ACADÊMICO

Eduardo Maluf

PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO

Katia Cristina Montenegro Passos

**PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO,
PESQUISA E EXTENSÃO**

Maria Beatriz Balena Duarte

DIRETOR DO CAMPUS TIJUCA

José Luiz Meletti de Oliveira

COORDENADORA DO CURSO DE LETRAS

Flávia Maria Farias da Cunha

COORDENADORA LOCAL DO XX CNLF

Graziela Borguignon Mota

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Boulevard 28 de Setembro, 397/603 – Vila Isabel – 20.551-185 – Rio de Janeiro – RJ
eventos@filologia.org.br – (21) 2569-0276 – <http://www.filologia.org.br>

DIRETOR-PRESIDENTE

José Pereira da Silva

VICE-DIRETOR

José Mario Botelho

PRIMEIRA SECRETÁRIA

Regina Céli Alves da Silva

SEGUNDA SECRETÁRIA

Eliana da Cunha Lopes

DIRETOR DE PUBLICAÇÕES

Anne Caroline de Moraes Santos

VICE-DIRETOR DE PUBLICAÇÕES

Naira de Almeida Velozo.

DIRETORA CULTURAL

Adriano de Souza Dias

VICE-DIRETOR CULTURAL

Agatha Nascimento dos Santos Dias

DIRETOR DE RELAÇÕES PÚBLICAS

José Enildo Elias Bezerra

VICE-DIRETOR DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Dayhane Alves Escobar Ribeiro Paes

DIRETORA FINANCEIRA

Marilene Meira da Costa

VICE-DIRETORA FINANCEIRA

Maria Lúcia Mexias-Simon

**II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
de 29 de agosto a 02 de setembro de 2016**

COORDENAÇÃO GERAL

*José Pereira da Silva
José Mario Botelho
Adriano de Souza Dias
Agatha Nascimento dos Santos Dias*

COMISSÃO ORGANIZADORA E EXECUTIVA

*Anne Caroline de Moraes Santos
Eliana da Cunha Lopes
Regina Céli Alves da Silva
Maria Lúcia Mexias-Simon
Marilene Meira da Costa
Naira de Almeida Vellozo*

COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE APOIO

*Anne Caroline de Moraes Santos
Eliana da Cunha Lopes*

COMISSÃO DE APOIO ESTRATÉGICO

*Marilene Meira da Costa
José Mario Botelho*

COORDENAÇÃO LOCAL

Anne Caroline de Moraes Santos

SECRETARIA GERAL

Silvia Avelar Silva

**II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA**

APRESENTAÇÃO

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos tem o prazer de apresentar-lhe a primeira edição deste número 05 do volume XX dos *Cadernos do CNLF*, com os trabalhos relativos a ecdótica, crítica textual e crítica genética apresentados no II Congresso Internacional de Linguística e Filologia e XX Congresso Nacional de Linguística e Filologia do dia 29 de agosto ao dia 02 de setembro deste ano de 2016, realizado no *Campus Tijuca* da Universidade Veiga de Almeida, com os seis primeiros trabalhos completos entregues pelos autores de acordo com as normas do Congresso, totalizando 99 páginas.

Na história das locações deste Congresso, vale lembrar que ele nasceu em 1997, na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (São Gonçalo – RJ). Sua segunda edição ocorreu na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro – RJ) e, depois disso, quinze edições consecutivas foram realizadas no Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro – RJ). Por causa disso, muitos participantes frequentes deste Congresso já o consideravam um evento da UERJ, supondo que o CiFEFiL fosse um órgão ou setor daquela instituição.

Somente a partir de 2014 é que ele se realiza fora do âmbito das instituições públicas de ensino superior do Rio de Janeiro, com a adesão da Universidade Estácio de Sá, que gentilmente nos acolheu desde o início daquele ano, quando ali realizamos o VI Simpósio Nacional de Estudos Filológicos e Linguísticos, pelo que agradecemos penhoradamente.

Também em 2014 recomeçamos nossas atividades acadêmicas na Veiga de Almeida, com a IX Jornada Nacional de Linguística e Filologia da Língua Portuguesa, visto que foi aqui que começaram os primeiros eventos organizados pelo CiFEFiL, quando seu fundador, Emanuel Macedo Tavares era professor de Filologia Românica nesta instituição.

Esperamos retribuir agora, com um evento de alto nível, neste II CILF / XX CNLF, a boa acolhida que tivemos da Universidade Veiga de Almeida, neste retorno a nossas origens, depois de dezoito anos.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Dando continuidade ao trabalho dos anos anteriores, foram editados, simultaneamente, o livro de *Minicursos* e o livro de *Resumos* em três suportes, para conforto dos congressistas: em suporte virtual, na página do Congresso (http://www.filologia.org.br/xx_cnlf); em suporte digital, no *Almanaque CiFEFiL 2016* (DVD) e, no caso dos *Resumos*, *Programação*, *Minicursos* e *Ensaio Dispersos de Paulo de Tarso Galembeck*, também em suporte impresso.

Os congressistas inscritos nos minicursos recebem um exemplar impresso do livro de *Minicursos*, sendo possível também adquirir a versão digital, desde que pague pela segunda, que está no *Almanaque CiFEFiL 2016*.

O *Almanaque CiFEFiL 2016* já traz publicados, além dos referidos livros de *Minicursos*, *Resumos*, *Programação* e *Ensaio Dispersos de Paulo de Tarso Galembeck*, mais de textos completos deste XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA, para que os congressistas interessados possam levar consigo a edição de seu texto, não precisando esperar até o final ano, além de toda a produção do CiFEFiL nos anos anteriores.

Haverá uma segunda edição das edições eletrônicas, que deverá sair a partir de dezembro, em que serão incluídos todos os trabalhos relativos aos temas desse número.

Agradecemos aos congressistas participantes e esperamos que esta publicação seja útil a todos os interessados nos temas que ela inclui para o progresso das ciências linguísticas, filológicas e literárias.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2016.



II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

SUMÁRIO

0. **Apresentação** – 5
José Pereira da Silva
1. **A edição de textos teatrais de Nivalda Costa: teorias e métodos editoriais** 9
Débora de Souza e Rosa Borges dos Santos
2. **A editoração como discurso: da enunciação ao livro** 23
Elisson Ferreira Morato
3. **Ações do filólogo editor: teoria e prática** 43
Rosa Borges dos Santos
4. **Edição de processos-crime do início do século XX: autos de defloramento** 63
Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz
5. **O sertão baiano através de seu patrimônio documental: edições filológicas de testamentos da família Fróes da Motta de Feira de Santana** 75
Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto
6. **Traços da cidade do Salvador em manuscritos quinhentistas** 88
Maria das Graças Telles Sobral
7. **A poética de Ferreira Gullar: uma visão sob a ótica da crítica genética e estilística** 102
Cláudia Gomes de Albuquerque Haully
8. **Algumas considerações acerca da filologia do processo: a crítica filológica na Bahia** 117
Arivaldo Sacramento de Souza
9. **Modelagem hipertextual para o desenvolvimento de um arquivo digital de edições de documentos notariais** 125
Elian Conceição Luz e Norma Suely da Silva Pereira

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
A EDIÇÃO DE TEXTOS TEATRAIS DE NIVALDA COSTA:
TEORIAS E MÉTODOS EDITORIAIS

Débora de Souza (UFBA)
deboras_23@yahoo.com.br
Rosa Borges dos Santos (UFBA)
borgesrosa6@yahoo.com.br

RESUMO

No labor filológico com textos teatrais censurados, produzidos no contexto da Ditadura Militar, tomados em perspectiva material, histórica e sociocultural, fez-se necessário repensar acerca de teorias e práticas da edição. Nesse sentido, levando em conta a natureza do objeto de estudo em questão, e recortando a produção dramaturgicamente de Nivalda Costa, propõe-se, neste trabalho, tecer considerações sobre as duas grandes vertentes/tendências editoriais contemporâneas, a platônica e a pragmática, a partir da crise instaurada por teóricos que empreenderam uma reversão de valores. Essa proposição filosófica rasura noções como fidedignidade, verdade e autoria, próprias do glossário da crítica textual, o que põe em questionamento também o papel do filológico-editor.

Palavras-chave: Edição de textos. Textos teatrais. Nivalda Costa.
Teorias editoriais. Métodos editoriais.

1. *Considerações iniciais*

No labor filológico com textos teatrais censurados da intelectual, dramaturga, diretora e atriz baiana Nivalda Costa, produzidos e censurados no contexto da Ditadura Militar, faz-se necessário repensar acerca de teorias e práticas da edição, a partir de paradigmas oferecidos por teóricos que empreenderam uma reversão de valores e uma nova hermenêutica, impulsionando uma reformulação epistemológica dos saberes. Nesse sentido, tomam-se os textos *Nietzsche, a genealogia e a história* (2005) e *Nietzsche, Freud e Marx: Theatrum Philosophicum* (1997), de Michel Foucault, como princípios norteadores desta discussão.

Levando em conta o objeto de estudo, os textos que fazem parte da *Série de Estudos Cênicos sobre poder e espaço – Aprender a Nada-r* [1975]; *Ciropédia ou A Iniciação do Príncipe, O Pequeno Príncipe* (1976); *Vegetal Vigiado* [1977]; *Anatomia das Feras* [1978]; *Glub! Estória de um Espanto* [1979] e *Casa de Cães Amestrados* [1980] –, propõe-se realizar uma leitura crítica das duas grandes vertentes editoriais, a platônica e a pragmática, a partir da problematização das noções de original,

verdade e fidedignidade, próprias do glossário da crítica textual, e esboçar uma proposta editorial para aqueles.

Os referidos textos são datilografados e se encontram em fase de textualização e/ou de acabamento, fornecendo vestígios de gênese. A escritura desses textos se dá com vistas à cena, muito atrelada à teatralidade, na qual se confluem as funções de escritora e diretora, apresentando-se aqueles como roteiros experimentais para teatro. Segundo Patrice Pavis (2008, p. 347), quando “o termo [roteiro] é usado [...] no teatro, é em geral para espetáculos que não se baseiam num texto literário, mas são amplamente abertos à improvisação e compõem-se sobretudo de ações cênicas extralinguísticas. [...]”.

Esse aspecto é evidenciado também quando a dramaturga retoma o texto datilografado e empreende reescritas, à mão, referentes, sobretudo, a indicações cênicas, possivelmente inseridas a partir da necessidade observada durante ensaios e/ou encenação. Destacam-se inserções de reticências e de exclamação, orientando efeitos de pausa e/ou inflexão da voz; e observações no que diz respeito a movimentações e deslocamentos no espaço cênico.

Na elaboração dos textos, a dramaturga utilizou-se de metáforas, comparações, alusões, suspensões, digressões, espaços em branco, jogos de palavras, linguagem codificada, episódios/personagens históricos, obras/autores clássicos, trabalhos simbólicos entre atores e plateia, cenas mudas, movimentos corporais, dentre outros procedimentos, visando, possivelmente, à ação da censura. Naquele contexto sociopolítico, todos os textos eram submetidos ao exame de censura realizado pela Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) e os técnicos baseavam-se, sobretudo, no Art. 41 do Decreto n.º 20.493/46, para justificar a proibição de peças teatrais, de acordo com a legislação em vigor (BRASIL, 1963).

A partir de leitura e análise dos documentos dos processos censórios, pertencentes à Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal (Fundo DCDP, Série Teatro), observa-se que Nivalda Costa era vista como estrategista e astuciosa, e sua produção considerada subversiva, por apresentar temática político-ideológica contrária ao regime. Muitas de suas peças teatrais foram vetadas parcialmente, com cortes de natureza social, política e/ou moral; liberadas com restrição para apresentação em determinados dias e locais, somente no estado da Bahia; e, interrompidas e proibidas durante a encenação.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Diante do exposto, uma breve caracterização do objeto de estudo, vê-se a necessidade de repensar a práxis filológica, a fim de por em relevo a diversidade, a historicidade e a potência crítica dos textos teatrais, de Nivalda Costa, tomados em seu conjunto como uma prática de luta, descentralização e resistência. Este trabalho se constitui de duas partes, a saber: 1) **Tendências editoriais**, a platônica e a pragmática, interpelando-as a partir da peculiaridade do objeto de estudo em questão, sem pretensão de polarizá-las; 2) **Proposta editorial** para os referidos textos, em perspectiva material, histórica e sociocultural.

2. *Tendências editoriais*

A filologia, como ciência do texto, abrange, em perspectiva ampla, atividades diversas como a edição crítica dos textos, a linguística, as pesquisas literárias e a explicação dos textos. Com o crescimento e a ampliação de abordagens imanentistas, em detrimento a uma dimensão histórico-cultural, os estudos linguísticos e literários consolidaram-se como disciplinas, e aquela circunscreveu seu campo de atuação à crítica textual, à edição de textos. Conforme Rita Marquilhas (2016), a restrição consiste

[no e]studo do texto escrito na perspectiva de sua produção material, da sua transmissão através do tempo e da sua edição. [...]. O termo evoluiu de uma acepção muito lata, romântica, sobretudo, que englobava estudos literários e linguísticos, para o conceito restrito de disciplina que presidiram à fabricação e sobrevivência de um texto escrito. A orientação última é a de preparar a edição do texto, daí que a filologia culmine na crítica textual. [...].

Segundo David Kastan (2001 *apud* CHARTIER, 2009, p. 117-118), pode-se situar a crítica textual a partir de duas vertentes/tendências editoriais: uma, platônica ou teleológica, “[...] perspectiva segundo a qual uma obra transcende todas as suas possíveis encarnações materiais [...]”; e outra, pragmática, sociológica, “[...] afirma que nenhum texto existe fora das materialidades que lhe dão para ler e escutar [...], as múltiplas formas textuais [...] constituem diferentes estados históricos, que devem ser respeitados, editados e compreendidos [...]”.

Em relação à primeira tendência, de base historicista e positivista, destacam-se, quanto às teorias de edição, a da edição crítica, de Karl Lachmann, e a da intenção final, de W. Greg. Na edição crítica, aplicada a textos bíblicos e clássicos desde a primeira metade do século XIX, busca-se reconstituir o original perdido, a partir das etapas de recensão e colação

dos testemunhos; de eliminação das intervenções realizadas durante o processo de transmissão; de construção de um estema, representação hierárquica daqueles; e de produção de um texto compósito (DUARTE, 2010), o que configura a crítica textual tradicional.

Na teoria da intenção final, de W. Greg, derivada da teoria do *copy-text* proposta por F. Bowers, aplicada a textos com original disponível, sobretudo aos impressos, por sua vez, visa-se estabelecer um texto crítico representativo das intenções originais ou finais do autor, a partir de emendas e correções de erros introduzidos na tradição (DUARTE, 2010); abordagem realizada no âmbito da crítica textual moderna.

Observa-se que as noções de origem, verdade e finalidade estão atreladas aos propósitos de restituição e de preservação da obra de determinado autor nas atividades de edição de textos tanto na crítica textual tradicional quanto na crítica textual moderna. Há formulação de práticas a fim de fixar e estabelecer o texto “fidedigno”, produto lógico do pensamento do autor, buscando “corrigir” e colocar à margem todas as “intervenções” observadas durante o processo de transmissão do mesmo. Em visão teleológica, toma-se esse processo como linear, buscando um momento pré-determinado, estado primitivo ou final, que sustentaria o texto acabado, fechado. Logo, usa-se o princípio da correção como modo de resgate da origem, da verdade e do sentido dos textos.

Tais noções, contudo, são interpeladas a partir de paradigmas oferecidos por teóricos que empreenderam uma reversão de valores e uma nova hermenêutica, modificando a forma de interpretar. Michel Foucault (2005), a partir de pressuposto nietzschiano, utiliza o estudo da genealogia de modo diverso daquele empreendido pela tradição, tomando-o como instrumento de interpretação para analisar práticas discursivas, colocando-as em permanente problematização, descentralizando paradigmas unilaterais e unidimensionais.

Nesta proposta, a genealogia “[...] se opõe [...] ao desdobramento meta-histórico das significações ideais e das indefinidas teleologias. Ela se opõe à pesquisa da *origem*” (FOUCAULT, 2005, p. 16). Nega-se a noção de origem no sentido de fundamento, de ponto de partida a partir do qual se sucede uma série linear de acontecimentos, rasurando, por conseguinte, o principal objetivo da crítica textual tradicional e da crítica textual moderna, respectivamente: reconstituir, estabelecer, fixar o original perdido e o texto autoral.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Recusa-se essa pesquisa da “origem” por suspeitar, primeiro, da “[...] essência exata da coisa, sua mais pura possibilidade, sua identidade cuidadosamente recolhida em si mesma, sua forma imóvel e anterior a tudo o que é externo, acidental, sucessivo. [...]” (FOUCAULT, 2005, p. 17); segundo, da ascendência perfeita e gloriosa da origem; e, terceiro, da verdade única e inalterável atrelada àquela, pois se sabe que “[...] atrás da verdade [...] existe a proliferação milenar dos erros. [...]”. (FOUCAULT, 2005, p. 19)

Na busca pela origem, no trabalho filológico, limita-se e direciona-se a ação do pesquisador que tende a reduzir a diversidade, ignorar e neutralizar as singularidades dos testemunhos bem como as ações dos diferentes agentes/atores sociais envolvidos nos processos de produção, transmissão e recepção, inclusive a do próprio filólogo. Essa tendência empobrece e reduz a potência histórica e político-cultural do objeto de estudo, tornando-se incompatível, sobretudo, frente à peculiaridade do texto moderno e contemporâneo, assim como dos textos teatrais censurados nos quais se sobrepõem camadas, máscaras e discursos.

Na proposta nietzschiana, busca-se, ao contrário, evidenciar deslocamentos, desdobramentos, embates e (re)começos, a partir de outras possibilidades de leitura e de interpretação, exibindo acontecimentos ofuscados ou omitidos por visões totalizantes. Pode-se relacioná-la à “leitura filológica ativa”, indicada por Edward Said (2007, p. 82), que implica “[...] adentrar no processo da linguagem [...] e fazer com que revele o que pode estar oculto, incompleto, mascarado ou distorcido em qualquer texto que possamos ter diante de nós”. Toma-se essa tarefa como uma atividade crítica em toda a sua extensão, prática interpretativa na qual o editor posiciona-se, faz escolhas, apresenta possíveis leituras condicionadas por fatores diversos e tem consciência de sua mediação no processo de construção de sentido.

Assim, faz-se necessário pensar nos postulados de Marx, Nietzsche e Freud que, de acordo com Michel Foucault (1997), fundaram uma hermenêutica diferente da filosofia tradicional, na qual a interpretação é uma tarefa infinita, inacabada e fragmentada, configurando-se como interpretação de interpretações. Para Foucault (1997, p. 22), “[...] [n]ão há nada absolutamente primário a interpretar, porque no fundo já tudo é interpretação, cada símbolo é em si mesmo não a coisa que se oferece à interpretação, mas a interpretação de outros símbolos”.

Faz-se pertinente, portanto, maior atenção às edições e aos discursos que, ao longo dos anos, foram naturalizados e cristalizados, apresentados como verdades absolutas, inquestionáveis. A crítica em torno da noção de interpretação exige do filólogo-editor um reposicionamento no que tange ao objeto de pesquisa, aos procedimentos teórico-metodológicos, aos resultados dos processos editoriais e às ações dos agentes sociais. Salienta-se, todavia, em consonância com Arivaldo Sacramento de Souza (2008), que não se trata de negar a importância da edição crítica de base teleológica para os estudos filológicos, mas

[...] assume-se que qualquer projeto de edição do texto, conservadores ou não, é fruto de interpretações que tem como resultados outras interpretações. O papel de *fidelidade* seria deslocado para a clareza das marcas editoriais nas atuações sobre o texto. O leitor, assim, estaria dotado de informações para que pudesse, também, interpretar e decidir sobre os caminhos do texto [...] (SOUZA, 2008, [7])

Não se trata mais de buscar a origem ou o texto representativo do ânimo autoral, mas de voltar-se para o papel e a ação do filólogo-editor, reconhecendo-o como mais um intérprete no processo de mediação editorial, que participa da construção/atualização de significados de um texto. Segundo Michel Foucault (1997, p. 26), “[...] a interpretação será sempre sucessivamente a interpretação de *quem?*; não se interpreta realmente: *quem* propôs a interpretação. O princípio de interpretação não é mais do que o intérprete [...]”.

Assume-se também, nessa perspectiva, a “impossibilidade de um modelo universal, que possa ser uma estrutura uniforme para todas as tradições textuais. [...]” (SOUZA, 2008, [7]). Observa-se, no caso dos textos teatrais em estudo, que a complexidade textual extrapola os limites da teoria e do método daquelas abordagens, e, não há um paradigma pronto para aplicar aos objetos, uma vez que cada texto exige diferentes articulações e critérios. Visando uma ampliação da práxis filológica, passa-se então a interpelar a segunda tendência editorial, a pragmática ou sociológica, apontada por David Kastan (2001 *apud* CHARTIER, 2009).

Nessa vertente, há um diálogo entre Crítica Textual, História Cultural e Sociologia dos textos. Na História Cultural busca-se “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 2002, p. 16-17), enfocando-se o processo de leitura, de construção de sentido e o enlace entre leitor e texto. É o

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

[...] estudo dos processos com os quais se constrói um sentido. Rompendo com a antiga ideia que dotava os textos e as obras de um sentido intrínseco, absoluto, único [...], dirige-se às práticas que, pluralmente, [...] dão significado ao mundo. [...]. (CHARTIER, 2002, p. 27-28)

A sociologia dos textos, por sua vez, é definida como “disciplina que estuda os textos como formas registradas, assim como os processos de sua transmissão, incluindo sua produção e sua recepção” (MCKENZIE, 2005, p. 8). Nesse campo de estudo amplia-se a noção de texto, como processo e produto, e dá-se relevância ao aspecto material na produção de sentido, considerando os contextos de produção, transmissão, circulação e recepção.

Nessa tendência pragmática, destaca-se a teoria social da edição, que, contrária aos fundamentos da crítica textual tradicional e da crítica textual moderna, enfoca os aspectos colaborativos e as relações transtextuais no processo de criação, coletivo e inacabado por natureza, bem como ressalta o papel do leitor, elemento em falta na tradição textual e literária, e a dimensão da recepção e do efeito de sentido. Por conseguinte, ratifica-se que o significado atribuído a um texto é histórico, situado entre as competências do leitor e os dispositivos discursivos e gráficos que o organiza, e condicionado por atividades de mediação editorial, das quais o filólogo participa.

Há, portanto, um redimensionamento da filologia e dos procedimentos editoriais, os quais estão enlaçados a premissas histórico-culturais, assim como uma conscientização quanto a suas implicações epistemológicas e ideológicas. Nesse sentido, ao pensar o papel da filologia frente às questões contemporâneas, Michelle R. Warren (2003) propõe o termo “pós-filologia” a fim de configurar práticas teórico-metodológicas que vêm sendo desenvolvidas desde os anos 1980 e estão diretamente relacionadas aos conceitos de pós-modernidade e pós-colonialismo.

Nessa prática pós-filológica, não há uma hierarquização dos testemunhos nem um julgamento de valor quanto às edições, investe-se em um olhar crítico acerca da noção de origem, de verdade e de estabelecimento/fixação, observando-se as relações de poder em torno dos procedimentos e das propostas editoriais, a partir da associação de diversos saberes, e, interpelando-se as representações narrativas que condicionam os modos de viver e de pensar de uma sociedade (WARREN, 2003). Assim,

[...] a filologia passa de um saber centrado na forma da palavra e dos textos, com vistas à reconstrução de seu sentido original, para uma filologia do mundo, aberta às especificidades culturais e políticas de um tempo histórico marcado

pela diáspora dos povos africanos, pela problemática política e cultural das comunidades nacionais pós-coloniais, pelas democracias recentemente nascidas em países que viveram períodos ditatoriais. (SANTOS, 2015, p. 3)

Para dar conta dessa proposta, em termos metodológicos, recorre-se à Informática, uma vez que o suporte eletrônico permite armazenar, difundir e acessar grande volume de documentos, em diferentes formatos, bem como possibilita atualizar continuamente os materiais e apresentar diferentes orientações de leitura. Nesse caso, José Manuel Lucía Megías (2012) enfatiza que não basta apresentar as edições em suporte digital, imitando-se modelos textuais analógicos, contudo, é preciso criar outros modelos de difusão e de relação da informação, indagando o meio digital quanto aos possíveis enlaces estruturais e semânticos.

Diante do exposto, percebe-se que, de acordo com cada período sociocultural e científico, os pressupostos teórico-metodológicos aplicáveis a cada situação textual são definidos pelo editor, filólogo, conforme o material de que dispõe, o propósito da edição e o público alvo. Salienta-se que o mesmo pode enveredar por qualquer uma das duas tendências, a platônica ou a pragmática, ciente de que o processo editorial se configura como uma leitura marcada por diferentes instâncias. A seguir, apresentar-se-á uma proposta editorial para os textos teatrais de Nivalda Costa.

2.1. Proposta editorial

Desde os anos 1990 se tem iniciado um movimento teórico, nas universidades e nos centros de investigação, em relação às vantagens de bibliotecas e de edições digitais, contudo, pouco se desenvolveu em termos de projetos e de modelos que consolidassem o que se defendia. Segundo José Manuel Lucía Megías (2012, p. 117), o “[...] *texto digital*’ está llamado a revolucionar nuestros modos de acceder y difundir el conocimiento [...]” e o “[...] *hipertexto* [...] vino a dar respuesta a los nuevos modos de edición digital que una obra necesita para dar cuenta de su complejidad (en su génesis, su transmisión, su recepción) [...]” (LUCÍA MEGÍAS, 2012, p. 120).

¹ Existem dois grupos de documentos virtuais: a) os digitalizados: “são aqueles que nascem na materialidade dos documentos tradicionais e são, ao longo do processo de criação, ou mesmo posteriormente, digitalizados; [...], numeralizados, transformados em *bits* [...]” (CIRILLO, 2012, p. 153); b) os digitais: “nascem em meio digital, não trafegam ao longo do processo gerador da obra pelo meio tradicional”. (CIRILLO, 2012, p. 156)

**II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA**

De acordo com o autor, em 2004, trinta e uma “*ediciones canónicas de obras literarias seleccionadas en la Web*” (LUCÍA MEGÍAS, 2012, p. 119) foram analisadas, concentrando-se em aspectos como hipertextualidade, interatividade e hipermedialidade, e se observou que a maioria daquelas edições reproduzia as características dos meios impressos, analógicos, não aproveitando o potencial tecnológico disponível. Assim, afirma-se que ainda estamos na fase de definição e difusão do texto digital, na qual se prioriza a acumulação de informações. Todavia,

[...] [h]emos de comenzar [...] una segunda fase en la que se trabaje desde el punto de vista tecnológico (programas cada vez más transparentes, codificación universal, facilidad de digitalización e de creación de enlaces hipertextuales [...]), hasta crear nuevos modelos de difusión y de arquitecturas de la información y de la participación [...] (LUCÍA MEGÍAS, 2012, p. 117).

Nesse sentido, visando uma leitura crítico-filológica do dossiê da *Série de Estudos Cênicos sobre poder e espaço*, em que possa dar a ler e a ver a diversidade e a historicidade dos testemunhos, dos documentos dos processos censórios e dos outros, que se constituem como elementos paratextuais, em suas imbricadas relações, propõe-se a organização de um arquivo hipertextual, em uma interface interativa, indo além da reprodução, armazenamento e apresentação em suporte digital. Apresenta-se, a seguir, de forma sistemática, um quadro em que se expõem os documentos que compõem aquele dossiê. Veja-se:

Texto teatral	Documentos
<i>Anatomia das Feras</i>	Testemunhos datiloscritos com intervenção autoral, matérias de jornal, cartaz, programa, fotos, folha datiloscrita sobre dados da montagem e documentos do processo censório.
<i>Aprender a Nada-r</i>	Testemunhos datiloscritos com intervenção autoral e folhas manuscritas, matérias de jornal, cartaz e documentos do processo censório.
<i>Casa de Cães Amestrados</i>	Testemunho datiloscrito, matérias de jornal, folha datiloscrita sobre dados da montagem e documentos do processo censório.
<i>Ciropédia ou A Iniciação do Príncipe, O Pequeno Príncipe</i>	Testemunhos datiloscritos com intervenção autoral, matérias de jornal, cartaz e documentos do processo censório.
<i>Glub! Estória de um Espanto</i>	Testemunho datiloscrito com intervenção autoral, cartaz, ingresso, matérias de jornal, folha datiloscrita sobre dados da montagem, termo de contrato e documentos do processo censório.
<i>Vegetal Vigiado</i>	Testemunhos datiloscritos com intervenções, matérias de jornal, croquis e documentos do processo censório.

Quadro – Dossiê da *Série de Estudos Cênicos sobre poder e espaço*

Adota-se aqui a noção arquivo, não como simples depósito, lugar de guarda das provas do passado, da verdade e do conhecimento, mas, a partir de pressupostos pós-estruturalistas, como “[...] metáfora do cruzamento entre memória, saber e poder; como construto político que produz e controla a informação, orientando a lembrança e o esquecimento [...]” (HEYMANN, 2012, p. 24). Tomar arquivo nessa perspectiva sociológica implica pensar sobre as representações e as práticas político-sociais que envolvem a gestão de arquivos, as formas e os efeitos do arquivamento e os usos e significados atribuídos àqueles.

O principal desafio na elaboração do arquivo hipertextual neste caso diz respeito aos programas e às ferramentas que possam satisfazer, em termos estruturais e semânticos, os entrecruzamentos vislumbrados na proposta editorial, na qual se pretende explorar aqueles principais recursos do ambiente digital: a hipertextualidade (tecendo relações entre os documentos), a interatividade (permitindo ao leitor que participe do processo, faça suas escolhas e percorra seus caminhos), e, a hipermedialidade (incorporando outras materialidades, como os textos audiovisuais).

O arquivo proposto configurar-se-á, portanto, no âmbito de um exercício “pós-filológico”, conforme concepção apresentada por Michelle R. Warren (2003), como um modelo de difusão e de inter-relação da informação, indo ao encontro do conceito de “plataformas de conhecimento” cunhado por José Manuel Lucía Megías (2012, p. 122) frente às bibliotecas textuais digitais. Assim, o arquivo hipertextual daquela *Série* permitirá:

a) reunir e relacionar, em um mesmo espaço, os textos teatrais e seus paratextos consultados em diferentes instituições (na Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal (Fundo DCDP, *Série Teatro*), no Núcleo de Acervo do Espaço Xisto Bahia, no *Nós, por exemplo* – Centro de Documentação e Memória do Teatro Vila Velha, no Acervo Pessoal de Nivalda Costa, na Sala de Documentação e Pesquisa do Teatro Castro Alves, na Biblioteca Pública do Estado da Bahia, Setor de Periódicos, e na Fundação Nacional de Artes);

b) preservar e conservar todos os testemunhos e versões encontrados;

c) dar visibilidade à diversidade e à história da transmissão dos mesmos;

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

d) ampliar o acesso, o manuseio e o estudo por parte de diversos pesquisadores, conforme autorização dos responsáveis; subsidiando, conseqüentemente, outras pesquisas;

e) divulgar parte da produção dramaturgica de Nivalda Costa.

Nesse arquivo podem-se disponibilizar reprodução fac-similar dos testemunhos e documentos; transcrição de cada um dos textos; edição eletrônica de todos os testemunhos, com introdução, notas, comentários e links hipertextuais, promovendo conexões; e outros tipos de edição, o que permite oferecer vários níveis de leitura e análise, recorrendo, por exemplo, à:

1. edição interpretativa, tomando cada testemunho individualmente, segundo Luiz Fagundes Duarte (2010), é “[...] destinada a um público de não-especialistas: para além da transcrição e da correção de erros, o editor atualiza a ortografia e elabora notas explicativas de caráter geral”; permitindo a outros sujeitos o acesso aos textos para leitura e/ou encenação;

2. edição sinóptico-crítica, oferecendo uma leitura do devir textual em uma única edição, uma vez que “[se] reproduz, lado a lado, as lições de pelo menos dois diferentes testemunhos, com o objetivo expresso de as comparar” (DUARTE, 2010). Traz notas e/ou comentários do editor e se destina a um público especializado. Pode-se aqui selecionar e confrontar atos, cenas ou passagens específicas, de acordo com o objetivo de estudo, evidenciando a movência textual. Ressalta-se que somente o suporte digital dá conta desse tipo de edição, no qual, ao contrário da edição crítica, não se reduz a complexidade da tessitura teatral.

O arquivo hipertextual dará ainda subsídio para uma leitura em rede – “[a]o adotarmos o paradigma da rede estamos pensando o ambiente das interações, dos laços, da interconectividade, dos nexos e das relações [...]” (SALLES, 2006, p. 24) – de determinados aspectos, dentre os quais se destacam: a) a temática poder e espaço; b) o processo de criação, relações transtextuais e enlaces entre texto e cena; c) as funções da dramaturga-diretora, do datilógrafo, dos atores e dos censores envolvidos nos processos de produção, circulação e transmissão dos textos; d) as pesquisas, os projetos teatrais e o acervo pessoal de Nivalda Costa; e) os movimentos político-sociais na década de 1970, na Bahia, e a atuação daquela enquanto intelectual, militante do Movimento Negro e fundadora do Grupo de Experiências Artísticas (Grupo Testa, de teatro amador).

O exercício filológico com tais textos teatrais censurados, dessa maneira, com o auxílio de programas e ferramentas digitais que possibilitam a hipertextualidade, a hipermedialidade e a interatividade, em especial, “[...] não se oferece como veículo de verdade, mas como exibição de um saber discutível sobre determinado texto e que convida à discussão pelo próprio facto de mostrar [...] os elementos em que se baseou. [...]” (DIONÍSIO, 2006, p. [3]).

3. *Considerações finais*

Na contemporaneidade, compreendem-se as edições, resultados dos processos editoriais, independentemente da vertente/tendência adotada, como interpretação, leitura do editor-filólogo, marcada por instâncias sócio-políticas e culturais. Nessa perspectiva, toma-se Crítica Textual como “um feixe de práticas de leitura, interpretação e edição que, a um só tempo, consideram como objeto, de modo indissociável, *língua, texto e cultura*”. (BORGES; SOUZA, 2012, p. 21)

Nessa sentido, ciente das implicações epistemológicas e ideológicas do exercício filológico, crítico e interpretativo por natureza, buscou-se esboçar uma proposta editorial pelo viés da diferença, na qual possa exibir a diversidade e a movência textual, em torno da elaboração de um arquivo hipertextual, recorrendo aos recursos de hipertextualidade, interatividade e hipermedialidade, a fim de dar conta do objeto de estudo, em seus aspectos material, sócio-político e histórico-cultural, a *Série de Estudos Cênicos Sobre Poder e Espaço*, parte significativa da dramaturgia de Nivalda Costa, desenvolvida no período da Ditadura Militar na Bahia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Rosa; SOUZA, Arivaldo Sacramento de. Filologia e edição de texto. In: BORGES et al. *Edição de texto e crítica filológica*. Salvador: Quarteto, 2012. p. 15-59.

BRASIL. *Coletânea de todos os decretos e leis sobre censura cinematográfica, cinema nacional, teatro, imprensa, direitos autorais DSP, SCDP*. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1963.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad.: Maria Manuela Galhardo. Algés, Portugal: DiFel, 2002.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

_____. *A história ou a leitura do tempo*. Trad.: Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CIRILLO, José. Acervos digitais e crítica genética: ferramentas para as memórias de uma escritura digital. In: TELLES, Célia Marques; SANTOS, Rosa Borges dos. (Orgs.). *Filologia, críticas e processos de criação*. Curitiba: Appris, 2012.

DIONÍSIO, João. Ab la dolchor del temps novel? *Enciclopédia e hipertexto*. Lisboa: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2006. Disponível em: <<http://www.edu.fc.ul.pt/hyper/resources/jdionisio>>. Acesso em: 06-05-2016.

DUARTE, Luiz Fagundes. *Glossário de crítica textual*. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. Disponível em: <<http://www2.fcsh.unl.pt/in-vest/glossario/glossario.htm#E>>. Acesso em: 10-04-2010.

FOUCAULT, Michel. *Nietzsche, Freud e Marx: theatrum philosophicum*. Trad.: Jorge Lima Barreto. São Paulo: Princípio, 1997.

_____. Nietzsche, a genealogia e a história. In: _____. *Microfísica do poder*. Trad.: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2005, p. 15-37.

HEYMANN, Luciana Quillet. *O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa/FAPERJ, 2012.

LUCÍA MEGÍAS, José Manuel. *Elogio del texto digital: claves para interpretar el nuevo paradigma*. Madrid: Fórcola, 2012.

MARQUILHAS, Rita. Filologia. In: CEIA, Carlos (Org.). *E-dicionário de termos literários*. Disponível em: <<http://www.edtl.com.pt/business-directory/6284/filologia>>. Acesso em: 10-05-2016.

MCKENZIE, Don F. *Bibliografía y sociología de los textos*. Trad.: Fernando Bouza. Madrid: Akal, 2005.

PAVIS, Patrice. *Dicionário de teatro*. Trad.: J. Guinsburg e Maria Lúcia Pereira. São Paulo: Perspectiva, 2008.

SAID, Edward. O regresso à filologia. In: _____. *Humanismo e crítica democrática*. Trad.: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Cia. das Letras, 2007. p. 80-109.

SALLES, Cecilia Almeida. *Redes da criação*. Belo Horizonte: Horizonte, 2006.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

SANTOS, Lucas de Jesus. Da palavra ao mundo: retornos à filologia. *Inventário: Revista da Universidade Federal da Bahia*, Salvador, vol. 17, p. 1-16, 2015.

SOUZA, Ari Sacramento. Meandros filológicos: repensando o lugar da edição crítica frente aos desígnios pós-modernos. In: Seminário de Estudos Filológicos, 3, 2008, Salvador. *Anais...* Salvador: Quarteto/Edufba, 2008, vol. 1.

WARREN, Michelle R. Post-Philology. In: INGHAM, Patricia Clare; WARREN, Michelle R. (Eds.). *Postcolonial moves: medieval through modern*. New York: Palgrave Macmillan, 2003, p. 19-46.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
A EDITORAÇÃO COMO DISCURSO:
DA ENUNCIÇÃO AO LIVRO

Elisson Ferreira Morato (UFMG)
elissonmorato@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho aborda a editoração (a conversão do discurso em livro) como um gênero discursivo, na medida em que o objeto-livro também é assinado por um sujeito produtor que o endereça a um sujeito receptor. A partir do exame de duas obras do século XVIII, o poema épico *Vila Rica*, de Cláudio Manoel da Costa, e a *História da América Portuguesa*, de Rocha Pita, discutimos o papel dos discursos ficcionais e factuais dentro de um dado contexto social e de como eles participam de um mercado de bens simbólicos. Para tanto, recorreremos às noções de campo literário, de Peytard (2014), de mercado de bens simbólicos, de Bourdieu (1998) e de contrato comunicacional, da teoria semiolinguística de Patrick Charaudeau (2013).

Palavras-chave: Discurso. Editoração. Bens simbólicos.

A noção de discurso como materialização de um ato de linguagem pode sugerir algo bastante abstrato, principalmente se nos preocuparmos com a noção de texto. De maneira geral, podemos dizer que um texto, oral ou escrito, é o discurso em sua materialidade, o ato de linguagem concretizado, que traz inscrito um *quem* o produziu e o *para quem* ele se destina. Assim como um *porque* ele foi produzido, um *o que é* dito nesse discurso, bem como um suporte (impresso, virtual, oral) no qual essas categorias se tornam visíveis e/ou legíveis.

Se todo discurso possui um dispositivo ou um suporte em que ele se concretiza, necessário à sua realização, podemos pensar na variedade de suportes materiais discursivos e na maneira como eles são construídos. Se levarmos em conta que o suporte material de um discurso pode ser construído por outros sujeitos (produtores e receptores), que esse suporte também apresenta uma finalidade e um conteúdo, podemos pensar em um discurso que é constituído pela sua própria materialidade. Um livro, por exemplo, materializa o discurso literário, mas esse livro também é construído e pode ser, ele mesmo, um discurso. É o que chamamos de discurso da editoração: trata-se, pois da edição como discurso.

Para levar adiante essa discussão, analisamos duas obras do século XVIII, o poema épico *Vila Rica*, de Cláudio Manoel da Costa, e a *História*

da América Portuguesa, de Rocha Pita. A primeira, uma narrativa ficcional sobre a fundação de Vila Rica, então capital de Minas Gerais, e atual cidade de Ouro Preto. A outra é um amplo relato sobre os feitos militares, religiosos e políticos dos portugueses no Brasil de 1500 a 1720. Nas duas obras podemos observar, além do discurso dos autores, a presença do discurso do editor, que organiza e converte o discurso dos autores em livro.

Posto em circulação, essas obras atendem a uma espécie de demanda, a qual outorga um papel e um valor simbólico essas obras. A edição, no caso, se apropria do suporte material desses discursos, ornamentando-o e publicando-o dentro de um mercado de bens simbólicos onde concorrem produtores, receptores e outros agentes intermediários entre estes.

O instrumental teórico dessa abordagem é composto pela noção de campo literário, de Peytard (2014), de mercado de bens simbólicos, de Bourdieu (1998) e de contrato comunicacional, da semiolinguística de Charaudeau (2013). Inicialmente, abordaremos a noção de mercado de bens simbólicos. Em seguida, trataremos da noção de campo literário de Peytard (2014), para, em seguida, entender a relação entre produtores, receptores e editores discursivos dentro de um quadro de troca comunicacional, tal como proposto por Charaudeau.

Para Bourdieu (1998), o *campo* literário é o conjunto de mecanismos de produção e consumo de obras literárias. A existência dos polos de produção e de consumo pressupõe a existência de uma demanda, que é tanto o que motiva essa produção quanto o que faz existir a recepção. Segundo Bourdieu (1998, p. 234), a demanda é parte integrante não apenas do campo literário, mas de um contexto mais amplo, que é o próprio mercado dos bens simbólicos, o conjunto de relações de produção e consumo movidos por sua demanda.

A demanda, relacionada a esse mercado pode ser tácita, aquelas em que há um consumo não intermediado pela encomenda, ou explícita (cf. BOURDIEU, 1998, p. 234), no caso das encomendas. Ainda segundo Bourdieu, “*les produits qu’elle offre sur le marché répondent plus directement ou plus complètement à une demande préexistante, et dans des formes préétablies*” (*idem, ibidem*, p. 236). Esse mercado existe em função

² Tradução nossa: “os produtos que ela oferece sobre o mercado respondem mais diretamente ou mais completamente a uma demanda preexistente e dentro de formas preestabelecidas”.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

da circulação desses bens, a qual é possibilitada por sua demanda, entendida como uma predisposição à recepção e/ou ao consumo (no sentido mercadológico) desses bens. A noção de campo, assim, estaria próxima à de *situação de comunicação* da semiolinguística de Charaudeau. No caso do campo literário, importa-nos então verificar a situação dessas obras, o que, em uma aproximação com a noção de *contrato*, inclui a autoria e o público a que essas obras eram destinadas, assim como o conjunto de circunstâncias que envolvem esses agentes.

Tendo em vista os interesses desta pesquisa, julgamos conveniente distinguir dentro do mercado dos bens simbólicos, os bens fictivos e os não fictivos. Ambos são igualmente simbólicos, mas os fictivos seriam aqueles cujo estatuto seja ficcional, como por exemplo, um poema, uma pintura, uma escultura. Já os bens não fictivos seriam aqueles cujo estatuto discursivo seja necessariamente factual: uma bandeira, por exemplo, possui o estatuto factual, do mesmo modo que um diploma escolar. E mesmo não sendo fictivos, eles não deixam de ser bens simbólicos.

O conjunto dos bens fictivos, as instâncias produtoras e receptoras/consumidoras desses bens, e a demanda que mobiliza esse processo, forma o que chamamos nessa pesquisa de mercado dos bens fictivos. Esta noção, conforme utilizada neste trabalho, também estaria próxima do conceito de *situação e contrato comunicacional*, da semiolinguística de Charaudeau. Por sua vez, devemos mencionar também que há um uso particular e estratégico pelos sujeitos produtores, sobre os bens fictivos, e a atribuição de uma função social a esses bens por uma dada coletividade.

O valor simbólico outorgado a esse tipo de bem é instituído por saberes de crença, retomando aqui a noção de Charaudeau (2006), ou antes, por um conjunto de saberes de crença, o qual forma a ideologia de uma época ou de um determinado grupo. Em Portugal do século XVIII, por exemplo, podemos observar que uma condição tácita para que uma obra ficcional ou factual pudesse ser publicada era a de que ela não dissesse coisa contrária à religião católica e à Coroa portuguesa. Por sua vez, esse valor aumentaria conforme a obra não apenas deixasse de contradizer, mas exaltasse a monarquia e a fé católica.

As obras de ficção, nesse âmbito, possuiriam um valor de mercado e um valor simbólico, os quais permanecem independentes. *Grosso modo*, podemos dizer que há uma diferença entre o valor de mercado de uma obra de ficção que está relacionada a um preço, a um custo de produção/execução associado a, digamos, uma cotação do produtor da obra que atestaria

sua qualidade, e um valor simbólico relacionado ao aquilo que a obra representa.

Embora nosso *corpus* seja formado por textos verbais, podemos observar neles a presença de elementos visuais, que, embora não tenham uma relação direta com o conteúdo desses textos ocupam um papel importante para a construção de um *status* para esses bens simbólicos. A maneira como a imagem é empregada nesses textos nos leva a depreender, assim, como esses bens podem ter o seu valor simbólico sugerido ou ampliado.

Os bens simbólicos, compreendendo tanto os factivos quanto os fictivos, têm na sua ornamentação visual uma forma de serem valorizados. O que notamos, sobretudo em textos do século XVIII, embora tal característica ocorra com menor ênfase naqueles do século XIX. As ilustrações presentes nos textos, sejam eles ficcionais ou factuais, nos oferecem uma evidência do valor simbólico ou da tentativa de se valorizar simbolicamente esses bens.

A imagem pode ser, então, uma estratégia a que o sujeito comunicante recorre para seduzir o parceiro do ato de linguagem e estabelecer uma partilha das intenções e valores no discurso: o uso da imagem, assim entendido, estaria próximo de uma estratégia de captação (CHARAU-DEAU, 2004, p. 93) através da qual se busca seduzir o leitor estabelecendo uma concordância deste em relação ao conteúdo do texto. No caso de nosso *corpus*, não poderíamos compreender as motivações do uso de elementos visuais como estratégia de captação sem remetermos ao contexto de produção desses textos, razão pela qual, no parágrafo seguinte, discorreremos um pouco sobre o contexto intelectual e cultural da época.

O século XVIII na Colônia e em Portugal é fortemente impregnado por uma mentalidade barroca, a qual se fazia notar inclusive pela valorização intensa da imagem como forma de representar com mais precisão temas e conceitos abstratos. A imagem permitia dar uma feição definitiva a uma ideia de contornos vagos, indefinidos. O poder e o direito divino da realeza, por exemplo, poderia ser representado através de uma coroa, a qual aparecia tanto em imagem de cunho religioso quanto de cunho não religioso, como em obras literárias, científicas, monumentos civis, decoração de prédios públicos.

Posta em circulação e recorrente em obras de arte e textos impressos, a imagem colaborava para legitimar e assegurar um determinado conceito, uma determinada doutrina, ou um dogma. A imagem não apenas visibiliza algo abstrato e intangível, mas também, de certa maneira, o torna

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

tangível. Por essa via, ela atua retoricamente ao tornar-se o exemplo ou a demonstração daquela ideia que é trabalhada no discurso. Desse modo, a imagem pode asseverar um conceito legitimando-o ou reafirmando-o de maneira definitiva dentro de uma conjuntura.

O apreço pelo uso da imagem, embora não seja exclusivo do século XVIII, encontra nessa época uma relação bastante eloquente com o discurso das monarquias absolutas e o da Igreja, instituições que se mantinham bem próximas entre si, especialmente nos países ibéricos. E, por sua vez, os bens simbólicos direta ou indiretamente podiam trazer elementos que evidenciavam a onipresença do poder do Estado e da vigilância espiritual da Igreja, elementos que podem ser exemplificados pela presença constante nos textos de determinados elementos simbólicos, os quais serão trabalhados mais adiante.

De acordo com Faria (1967), a palavra latina “editor” significa “o que produz” (FARIA, 1967, p. 336), ao passo que “*editionis*” (ou *edição*) é “a ação de dar à luz” (*Idem, ibidem*). O editor, assim, seria aquele que dá ao discurso uma materialidade através de sua transformação em um objeto livro. Seria aquele que transforma o discurso (ficcional ou factual) em um objeto através do qual esse discurso circula e chega ao seu público leitor. E se trabalhamos anteriormente a ideia de o discurso circular como um bem simbólico em um quadro de demandas tácitas ou explícitas (cf. BOURDIEU, 1998), seria pela editoração que ele se tornaria efetivamente bem simbólico.

Não se trata, nesse caso, de considerar a editoração apenas como acessório do dispositivo material do discurso, seja ele factual ou ficcional, mas de pensar a editoração também como um discurso, partícipe e, ao mesmo tempo, autônomo em relação aos outros. Ao observarmos a transformação deles em bens simbólicos, temos a ação de outro sujeito que atua nessa conversão, posto em um quadro de produções discursivas e suas respectivas demandas.

Um discurso da editoração se distingue do discurso literário pelo fato de o primeiro partilhar do suporte ou dispositivo material do segundo: o que é necessário para sua divulgação e distribuição. Sua ocorrência pode ser depreendida no projeto gráfico que permeia as obras: a disposição do texto e das ilustrações, o formato tipográfico das letras, o tipo de encadernação etc. Esse discurso, desse modo, não é aquele construído pelo *sujeito scriptor* (cf. PEYTARD, 1983), seja ele fictivo, como Cláudio Manoel da Costa, ou factivo, como Rocha Pita. Trata-se do discurso de uma outra

instância que ganha visibilidade através *dos outros discursos* ao mesmo tempo em que dá uma visibilidade a eles.

Retomando o papel do editor nesse contexto, Peytard (1983) menciona um campo literário, que seria um conjunto de instâncias e de relações que se estabelecem entre elas pelo texto literário. Essas instâncias incluem aquelas produtoras e receptoras do discurso, as quais são intermediadas por aquelas responsáveis pela editoração, distribuição e circulação das obras ou objetos literários. Desse modo, Peytard, ao abordar o *campo literário*, abre espaço para pensarmos, além das instâncias produtora e receptora do discurso literário, as instâncias intermediárias, que seriam aquelas responsáveis por fazer veicular tais objetos.

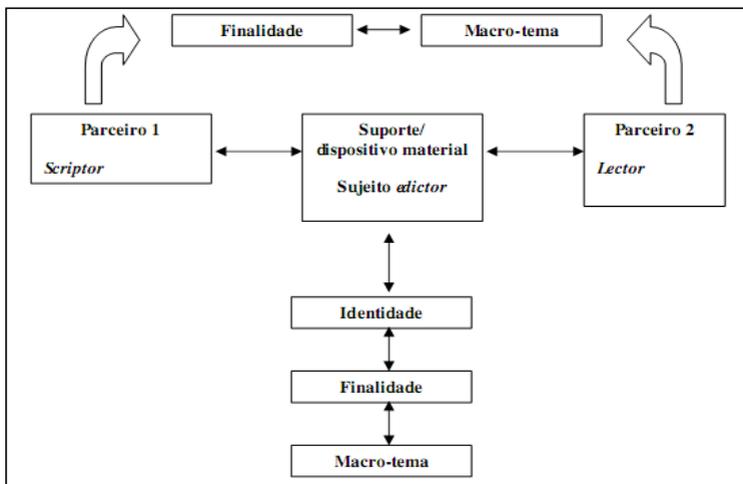
A esta instância intermediária que se coloca entre o produtor de um discurso ficcional e seu receptor poderíamos entender uma delas como sendo os editores. Peytard não nos traz uma definição precisa da instância do editor, apenas discute sua importância para a divulgação dos trabalhos de um autor de literatura. Mas com base nessa colocação podemos pensar no editor como uma instância que é, pelo menos, partícipe do discurso literário.

Um sujeito *edictor* seria então aquele que, faz uma das pontes entre o *scriptor* e o *lector* através do suporte ou do dispositivo material desse discurso. A essa concepção poderíamos representar, conforme o contrato comunicacional de Charaudeau (2001) e o campo literário apresentado no trabalho de Peytard (1983), da seguinte maneira:

No esquema abaixo, observamos que *scriptor* e *lector* interagem através do suporte ou dispositivo material do discurso, ficcional ou factual. Desse modo, o discurso da editoração não se coloca como periférico, mas partícipe tanto da ficcionalidade quanto da factualidade. Como ilustra Morissawa (2006, p. 13), “o profissional que analisa e arremata o manuscrito, transformando-o num original, está na verdade sendo a ponte entre o autor e seu público”. Podemos dizer, nesse caso, que uma evidência de que a *mise en livre* e a *mise en discours* se entrecruzam é o fato de que elas partilham o mesmo suporte material. É pelo trabalho do sujeito *edictor* que o público receptor tem acesso a instância receptora do discurso, e é também por meio desse *edictor* que o leitor se encontra em contato com esse discurso e interage com seu produtor. Razão pela qual consideramos importante esse estudo.

Esquema 1: o discurso da editoração e sua relação com o discurso factual ou ficcional

**II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA**



A propósito da identidade do sujeito *edictor*, é importante salientar que o discurso do editor não é sinônimo de discurso do impressor. Conforme nos ilustra o trabalho de Pinheiro (2014, p. 42), a edição de uma obra envolvia uma pluralidade de conhecimentos e artifícios, como tipógrafos, compositores, fundidores de tipos, encadernadores, livreiros, aprendizes e impressores. O sujeito *edictor* é, assim, uma instância composta da qual participam, além do impressor, gravuristas, calígrafos, encadernadores, revisores, oficiais mecânicos etc., mas ao mesmo tempo, a instância receptora desse *edictor* é a mesma daquela visada pelo *scriptor*. O *edictor* é assim uma ponte entre o produtor e o receptor do discurso.

Por sua vez, é difícil apontar uma finalidade, dada por uma visada, no contrato de comunicação do discurso editorial. Poderíamos pensar em um *fazer-ler* ou em um *fazer-adquirir* posto que estas seriam visadas voltadas para a distribuição das obras. Já o macrotema desse discurso seria o conteúdo da obra mais a sua editoração: é a própria obra mais a sua apresentação gráfica já que o suporte material é partilhado.

O discurso não pode prescindir de seu suporte material, o qual não é apenas o veículo de circulação do discurso, ele envolve também o trabalho de outros sujeitos que o materializam. Como afirma Almeida (2006, p. 14), “o livro não é somente o texto que o contém. Ele é fruto da produção tanto do autor, quanto do editor e do tipógrafo”. Ainda segundo a autora, “o primeiro contato do leitor com o livro é feito através dos sentidos e da matéria, ou seja, a partir de sua forma, aparência, textura, imagens, odores,

conformando expectativas de leitura e influenciando a compreensão da informação” (Almeida, 2006, p. 14). Não podemos, assim, ignorar que é esse aparato material que, ainda hoje, é o principal responsável pela materialização de um discurso como bem simbólico.

Podemos dizer que é a colocação do discurso em um livro, sua *mise en livre*, que o torna efetivamente um bem simbólico dotado de valor a fim de “produzir no consulente sentimentos de reverência respeito e admiração” (Almeida, 2006, p. 14). Por sua vez, o discurso da editoração não é sinônimo de um discurso do impressor, já que a editoração incluía tanto textos impressos quanto manuscritos, e em ambos pode-se encontrar um projeto de elaboração gráfica bastante complexo. Essa elaboração se encontra manifestada em ilustrações, as quais, com o auxílio de Almeida (2006), podem ser apresentadas a partir da seguinte tipologia:

- *letra capitular, ou capitular*: letra inicial do texto colocada em destaque (Fig. 1 e 2);
- *vinheta*: elemento decorativo que fecha uma passagem ou capítulo da obra (Fig. 3 e 4);
- *cercadura ou bordadura*: decoração que se encontra próximo da borda do papel (Fig. 5 e 6).



Fig. 1 e 2: capitulares, respectivamente, na *HAP* (esquerda), de Rocha Pita e nas *Obras* (direita) de Cláudio Manoel.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

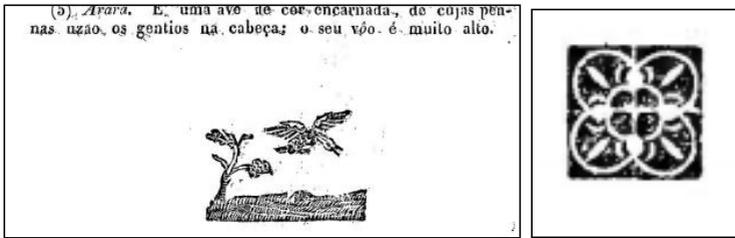


Fig. 3 e 4: vinhetas utilizadas na edição do poema VR

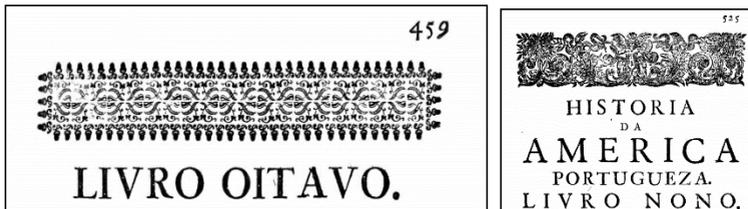


Fig. 5 e 6: cercaduras ou bordaduras na HAP de Rocha Pita.

Uma evidência da importância desse trabalho de editoração na época é a presumível circulação da obra de Manoel de Andrade de Figueiredo (1670-1735), intitulada *Nova Escola para Aprender a Ler, Escrever e Contar*, publicada em 1722, trazendo um autêntico tratado sobre a arte caligráfica e decorativa em manuscritos. O que realça a importância de se dar uma visualidade a palavra escrita, ampliando-lhe não apenas o valor semiológico, mas, sobretudo, o estético.

Um aspecto visível do trabalho de editoração está nas ilustrações presentes no suporte material do discurso. Esse componente visual, por sua vez, é definido por Muzzi (2006, p. 58) como um paratexto, ou elemento da perigrafia do livro: “composições de palavras e imagens que se organizam no espaço do livro como postos avançados que preparam o acesso do leitor ao texto principal e, nas últimas páginas do volume, indicam-lhe a saída do mundo textual” (*idem, ibidem*). Observa-se, nesse caso, que esse recurso paratextual contribui para estabelecer graficamente os limites do discurso em seu suporte material.

Podemos considerar ainda que, esse paratexto visual é inegável para a *mise en livre*, já que “é através dele que um texto se torna livro” (MUZZI, 2006, p. 60). E em relação à conversão do discurso em bem simbólico, esse aparato paratextual também serve para teatralizar o discurso oferecendo-lhe um aspecto ostentatório, através do qual “se estabelecem

critérios de recepção e de consumo” (*idem, ibidem*). Por meio dessa teatralização, assim, se estabelecem a relações não apenas do autor, mas também do editor com seu público levando essas três instâncias, autor, editor e leitor, a participarem conjuntamente de um processo de troca comunicacional pelo discurso.

Uma vez abordada a presença de um discurso da editoração, que se manifesta no suporte material dos demais discursos que ela materializa e veicula, procuramos observar agora como a intericonidade e a interdiscursividade perpassam os elementos paratextuais imagéticos. Num primeiro momento, buscamos mostrar a recorrência e a regularidade desse repertório de clichês tipográficos em diferentes obras. Para tanto, exemplificamos com dados dos *corpora* comparando-os com outras obras, ficcionais e factuais, impressas em um mesmo período de tempo.

Ao realizar essa comparação, poderíamos falar de um estilo empregado nessas ilustrações, mas tal procedimento pode ser realizado de maneira mais precisa se recorrermos ao termo “partido”, oriundo da história da arte. Segundo Ávila; Gontijo; Machado (1979, p. 71), o partido é a disposição e a organização topológica das formas e também dos “vazios” de uma obra, a distribuição das formas e dos volumes. Por exemplo, nas figuras seguintes, podemos apontar um partido gráfico-editorial que é depreendido por uma ordem pré-estabelecida dos elementos gráficos da folha de rosto: primeiro o título da obra, em seguida aquele a quem a obra é oferecida, depois o autor e por fim o editor e o impressor da obra. É, portanto, segundo esse partido que se pode falar em estilo.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA



Fig. 7 e 8: folhas de rosto, similaridades na organização gráfico-editorial.

Desse modo, podemos entender que essa intericonidade entre a editoração das obras já se anuncia pelo partido adotado pelo editor, partido que pode ser entendido como um arcabouço sobre o qual serão dispostos os elementos gráfico-editoriais da obra.

Essa similaridade também é encontrada em duas obras factuais diferentes, editadas na mesma época, em Lisboa, Portugal: trata-se da *História da América Portuguesa*, de Rocha Pita, cujo projeto gráfico-editorial também se assemelha ao da obra de Manoel de Andrade de Figueiredo, a *Nova Escola Para Aprender a Ler, Escrever e Contar* (Fig. 9 e 10). No decorrer dessas obras também encontramos relações de intericonidade nas bordaduras presentes na abertura dos capítulos.

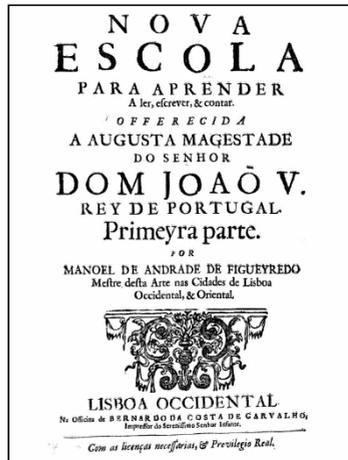
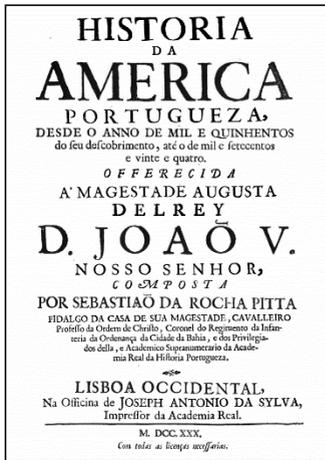


Fig. 9 e 10: HAP e Nova Escola....:
recorrência de um partido (disposição e organização dos elementos).

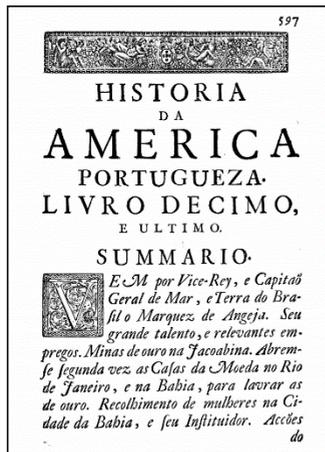


Fig. 11 e 12: cercaduras decoradas respectivamente na HAP e na Nova Escola

Ainda sobre a diferença entre partido e estilo, podemos observar que as tarjas (bordaduras) nas Fig. 13 e 14, apresentam um mesmo partido, mas estilos diferentes. Observe-se que as duas são emolduradas, como uma cartela. No centro temos um brasão, dos lados desse brasão e nas extremidades temos figuras antropomórficas e preenchendo todo o conjunto encontramos fitomorfismos. No entanto nota-se que a moldura da primeira cartela é mais trabalhada, ou detalhada, que o da segunda.

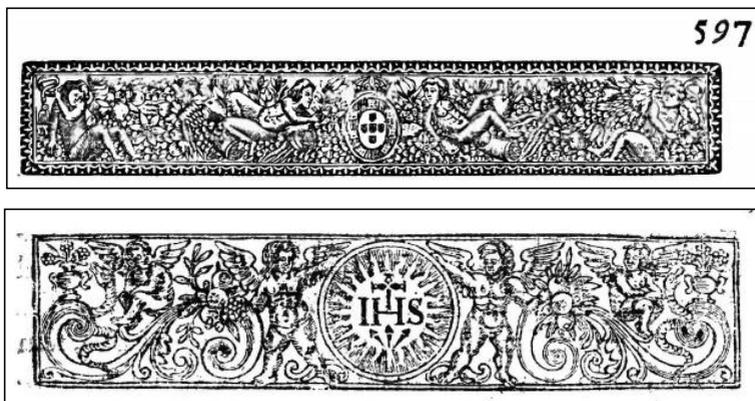


Fig. 13 e 14: cercaduras na *HAP* (acima) e na *Nova Escola...* (abaixo).

Os corpos dos antropomorfismos da primeira têm desenho mais refinado, ao passo que na segunda eles nos parecem anjos de corpo atarracado. Nota-se também que a primeira bordadura é preenchida com abundância de fitomorfismos eliminando todos os espaços vazios, ao contrário da segunda tarja que transmite uma sensação de leveza pelos vazios ao fundo do desenho. Embora esses elementos encontrem a mesma disposição topológica eles são executados segundo diferentes maneiras, o que nos mostra que o partido precede ao estilo do artista. O mesmo comentário pode ser feito em relação às Fig. 15 e 16:

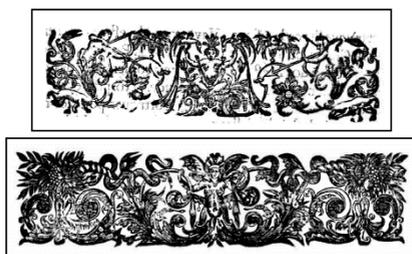


Fig. 15 e 16: tarjas na *Nova Escola...* (acima) e na *HAP*: intericonidade e partidos semelhantes.

Por sua vez, as Fig. 16 até 19 nos mostram como a simplificação no tratamento dos elementos paratextuais imagéticos, não altera o partido gráfico-editorial adotado nas obras. Essas figuras mostram também como se mantém um repertório de clichês tipográficos que dialogam intericonicamente entre si.

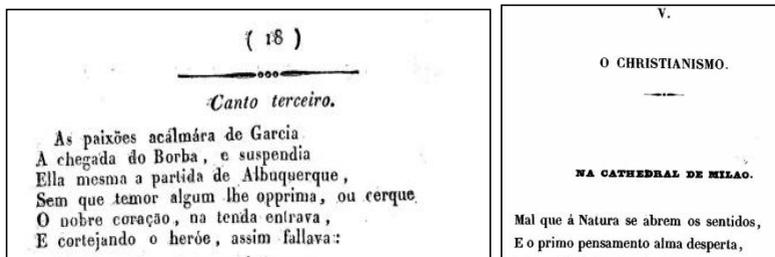


Fig. 17 e 18: cercaduras simples.

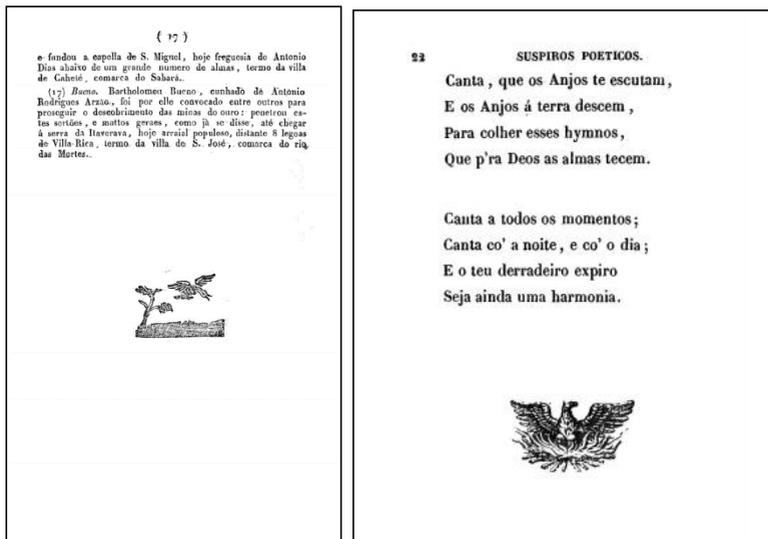


Fig. 19 e 20: vinhetas passariformes: repertório partilhado.

Esse diálogo entre imagens, e, sobretudo, o uso de um repertório delas nos evidencia que, em conformidade com as ideias de Courtine (2011, p. 39) “*toute image s’inscrit dans une culture visuelle, et cette culture visuelle suppose l’existence chez l’individu d’une mémoire visuelle, d’une mémoire d’images où toute image a un écho*”³. Não se trata de estabelecer, neste trabalho, uma genealogia, uma relação filial entre imagens, mas, sim, de compreender uma rede de relações entre essas figuras dentro

³ Tradução nossa: “toda imagem se inscreve em uma cultura visual, e esta cultura visual supõe a existência de uma memória visual no indivíduo, de uma memória de imagens onde toda imagem tem um eco”

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

de um dado contexto. Depreender a ocorrência de um repertório de imagens usadas na editoração dos textos bem como as possíveis razões de sua utilização.

Por sua vez, a intericonicidade, conforme postulada por Courtine (2011) nos remete também a uma rede interdiscursiva evocada por essas imagens. Se a intericonicidade é perpassada pela interdiscursividade, então podemos dizer que o discurso da editoração era perpassado pelos do Estado e da Igreja, discursos estes que apareciam através dos elementos imagéticos do projeto editorial da obra. Nesse caso, os autores enunciavam sob o aval do Estado e sob a vigilância da Igreja, como o mostram as folhas de aprovação⁴ presentes em muitas obras da época.

Em relação a sua tipologia interdiscursiva, podemos agrupar esses clichês tipográficos em três grupos:

- *Brutescos*: compostos por fitomorfismos (motivos vegetais) e zoomorfismos (motivos animais) (Fig. 21 e 22). Sua origem remonta ao palácio do imperador Nero, a *Domus Aurea*, o qual era decorado com esses motivos icônicos. Com a deposição desse imperador, seu palácio foi soterrado e essa decoração foi redescoberta apenas na Renascença, quando artistas da época apelidaram esses desenhos de brutescos, ou grutescos (ou seja, provenientes da gruta ou caverna) já que eram provenientes do palácio soterrado de Nero (cf. SERRÃO, 1997, p. 94). A persistência da utilização dessas imagens se deve mais a tradição do que a um significado intrínseco: elas persistem pela sua beleza e gosto dos artistas, e não por uma simbologia. No período barroco em Portugal e no Brasil temos um revigoramento do uso das decorações em brutesco, como nos mostram várias obras impressas do século XVIII.
- *Motivos⁵ religiosos*: ocorrem na forma de brasões e em antropozoomorfismos, como nas figuras de anjos. Também temos o monograma *IHS* de *Iesu Hominum Salvator*, Jesus Salvador dos Homens;

⁴ As folhas de aprovação eram textos nos quais autoridades religiosas declaravam que uma obra não continha nada contrária a religião e as escrituras. Sem esses textos as obras eram proibidas de circular.

⁵ De acordo com Panofsky (1976, p. 50), os motivos são formas dotadas de significação, ou simplesmente figuras com alguma conotação semiológica.

- *Motivos políticos*: ocorre, sobretudo, através de brasões, como no caso do brasão lusitano e desenhos representando coroas, um símbolo bastante disseminado do poder real português.

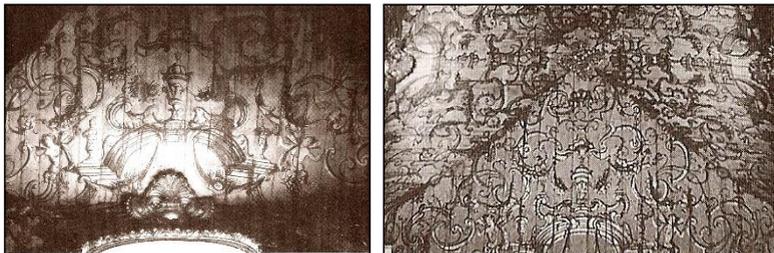


Fig. 21 e 22: pinturas de brutesco no Brasil
(Igreja Matriz de Santo Antônio, Tiradentes, MG)

Retomando a instância dos parceiros da comunicação no contrato da editoração, se temos um sujeito *edictor* que estabelece e é instituído por esse contrato discursivo, podemos falar, então de estratégias específicas desse sujeito. Primeiramente observemos que a marca do impressor é um dos poucos traços efetivamente visíveis e legíveis que temos na materialidade discursiva da obra. Vejamos, por exemplo, a folha de rosto do poema VR (Fig. 46) e da *História da América Portuguesa*, de Rocha Pita (Fig. 47):

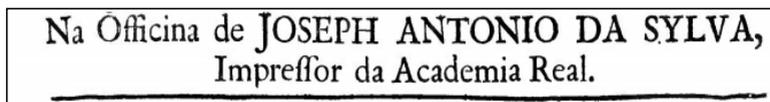
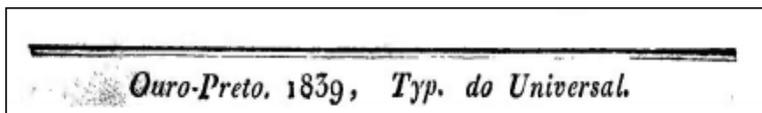


Fig. 23 e 24: detalhes da folha de rosto do VR (acima) e da HAP (abaixo):
traços da enunciação dos editores.

Tal como o sujeito *scriptor*, esse sujeito *edictor* recorre a estratégias de discurso para garantir a eficácia do seu dizer. Um diferencial, no entanto, é que o sujeito *edictor* deve autorizar e/ou legitimar não apenas seu próprio discurso, mas também o discurso do sujeito *scriptor*. O *edictor* também deve captar o *lector* com base no discurso do *scriptor*. A editoração da obra, assim, credibiliza e legitima aquele discurso literário que a

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

edição ajuda a materializar. Nesse caso, o trabalho de editoração, a diagramação, a encadernação e o uso de ilustrações na elaboração de um projeto gráfico editorial legitimam o discurso do *scriptor* ao mesmo tempo em que o fazem com o discurso do *edictor*.

Na estratégia de credibilidade e de legitimação, por exemplo, o sujeito *edictor* outorga uma autoridade ao sujeito e na de legitimação, o editor outorga uma posição de verdade do sujeito. Na editoração das obras, essas estratégias são dadas pelo uso de ilustrações e pelo projeto gráfico, o que também legitima e credibiliza o discurso do editor. Em relação à estratégia de captação, o sujeito *edictor* objetiva, a nosso ver, outorgar a materialidade da obra uma certa valoração, valor que deve ser reconhecido e acatado pelo sujeito leitor, que, então toma a obra como um bem simbólico.

O discurso do *edictor* deve, então, credibilizar e legitimar o do *scriptor* tornando a obra vendável para um dado público leitor, e para tal fim o sujeito *edictor* recorre ao trabalho meticuloso da editoração, a qual valoriza tanto o discurso do *scriptor* quanto o do *edictor*. Um procedimento que é observável ainda atualmente e, talvez até, de forma mais visível.

Essas estratégias, grosso modo, se traduzem na estetização gráfica do suporte material desse discurso e é um dos principais elementos através dos quais podemos depreender como e de que maneira os discursos ficcionais e factuais se materializam e se convertem em bem simbólicos. Essa estetização recorre a um repertório de imagens e elementos gráficos que são recorrentes no período, não apenas em obras impressas, mas também nas artes plásticas, como a escultura (Fig. 25, 26a, 26b)

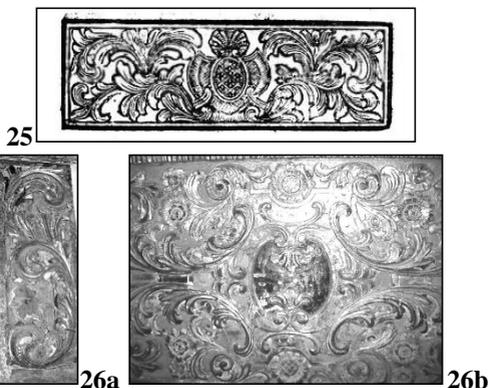


Fig. 27a, 27b, 28a e 28b: tarja decorativa nas *Obras*, de Cláudio Manoel (27): intericonicidade com partido (28b) e fitomorfismos em talha dourada (28a)



Figuras 29 e 30: pelicano e uvas no poema *VR* e em talha dourada (Igreja Matriz de Nossa Sra da Conceição de Camargos, Mariana, MG)

Fig. 27 a 28: mascarões e querubins em obras de talha pintura (direita) e paratexto nas *Obras* de Claudio Manoel e na *HAP* de Rocha Pita (esquerda).

A utilização de clichês tipográficos, embora típica de uma época, não se restringe a um padrão gráfico-editorial vigente nos séculos XVIII e XIX. É sugestivo que ainda no século XX tenhamos encontrado um catálogo de clichês tipográficos, como o de Salles (2003) com ilustrações que

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

dialogam com aquelas presentes nas obras analisadas neste trabalho. O uso de clichês também chega até meados do século XX, como nos mostra a obra *Contemplação de Ouro Preto*, de Murilo Mendes (Fig. 33 e 34).



Fig. 31 e 32: cercaduras do início do século XX:
intericonidade com clichês do século XVIII

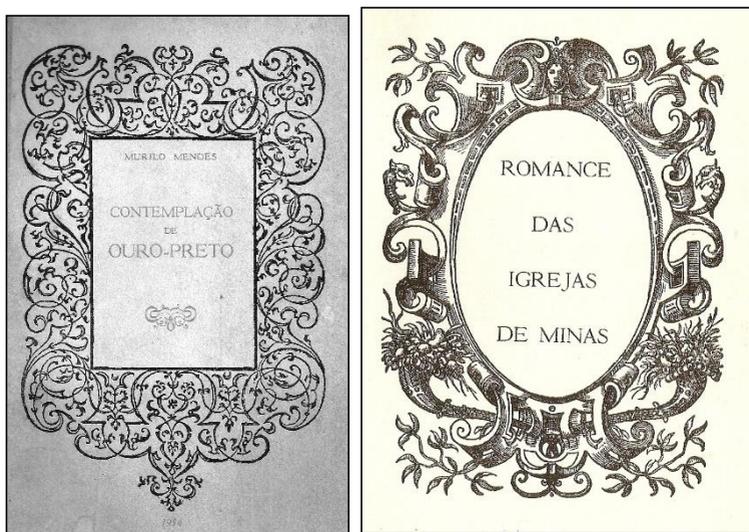


Fig. 33 e 34: cercaduras na obra de Murilo Mendes (1954) persistência no uso de brutescos (esquerda) e de elementos compósitos (fito, zoo e antropomorfismos).

O uso de clichês tipográficos garantia a exuberância do objeto livro e movimentava um mercado editorial restrito até o século XX. O desuso constante de clichês no século XX não se deve necessariamente a estagnação ou a decadência desse recurso, mas da exploração de outras tecnologias gráfico-editoriais, como a impressão em cores, e também a franca expansão do mercado editorial e a impressão de edições de bolso, mais acessíveis a uma grande massa de leitores, embora menos atraente aos olhos.

De uma certa maneira, podemos dizer que a editoração se desenvolveu em conformidade com a função social que era atribuída aos bens

simbólicos. Atingir um público leitor amplo, por sua vez, tornou-se sinônimo de buscar um sucesso editorial e, portanto, assegurar uma lucratividade e manter uma atividade econômica produtiva. É no XX, no entanto, que poderíamos dizer que a edição não apenas participa de um mercado de bens simbólicos, mas é ela mesma esse mercado. Somos consumidores de produtos editados, mas esses itens possivelmente perderam algo de seu *status* de bem simbólico. De uma certa forma, o objeto livro, um bem simbólico, tornou-se um livro objeto, um bem de consumo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Márcia. *Livros manuscritos iluminados na era moderna: compromissos de irmandades mineiras, século XVIII*. 2006. Dissertação (de Mestrado). – Fafich, Belo Horizonte.

BOURDIEU, Pierre. *Les règles de l'art*. Paris: Seuil/Points, 1998.

Charaudeau, Patrick. Visées discursives, genres situationnels et construction textuelle. In: _____. *Analyse des discours: types et genres*. Toulouse: Éd. Universitaires du Sud, 2001. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Visees-discursives-genres.83.html>. Acesso em: 23-01-2014.

_____. Le contrat de communication dans une perspective langagière: contraintes psychosociales et contraintes discursives. In: BROMBERG, Marcel; TROGNON, Alain. (Dir.). *Psychologie sociale et communication*. Paris: Dunod, 2004. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Le-contrat-de-communication-dans.89.html>>. Acesso em: 15-04-2013.

_____. *Discurso político*. Trad.: Dílson F. da Cruz e Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2006.

COSTA, Cláudio Manoel da. *Vila Rica*. Ouro Preto: Typographia do Universal, 1839. Disponível em: http://www.brasili-ana.usp.br/bbd/search?order=DESC&rpp=10&sort_by=score&page=2&group_by=none&etal=0&view=listing&fq=claudio%20manoel%20da%20costa&fq=vila%20rica>. Acesso em: 22-03-2011.

_____. *Orbas* [sic]. Coimbra: Officina de Luiz Secco Ferreira, 1768. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00427300>>. Acesso em: 22-10-2011.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

FIGUEIREDO, Manoel de Andrade de. *Nova escola para aprender a ler, escrever e contar*. Lisboa Ocidental: Na oficina de Bernardo Costa de Carvalho, 1722. Disponível em: <<http://www.brasili-ana.usp.br/bbd/handle/1918/00694900#page/1/mode/1up>>. Acesso em: 12-11-2014.

MORISSAWA, Mitsue. O manuscrito e o processo de edição. In: QUEIROZ, Sônia. (Org.). *Editoração: arte e técnica*. 2. ed. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2006, p. 11-18.

MUZZI, Eliana Scotti. Paratexto: espaço do livro, margem do texto. In: QUEIROZ, Sônia. (Org.). *Editoração: arte e técnica*. 2. ed. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2006, p. 58-62.

PEYTARD, Jean. La place et le statut du “lecteur” dans l’ensemble “public”. *Semen*, n. 1, 1983. Disponível em: <<http://Semen.Revues.Org/4231>>. Acesso em: 17-10-2014.

PINHEIRO, Ana Virgínia Teixeira da Paz. Modelagem organizacional das oficinas tipográficas dos séculos XV a XVIII. In: *IBICT*, vol. 19, n. 1, 2014, p. 40-47. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=9164>>. Acesso em: 14-11-2014.

PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Lisboa: Oficina de Joseph Antonio da Silva, 1730. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01495300>>. Acesso em: 14-08-2011

AÇÕES DO FILÓLOGO EDITOR: TEORIA E PRÁTICA

Rosa Borges dos Santos (UFBA)

borgesrosa66@gmail.com

RESUMO

Pretende-se, neste trabalho, problematizar os diferentes papéis do filólogo, sujeito-autor e editor, em suas variadas construções subjetivas, e os diferentes estilos de práticas da filologia e sua interação com outros lugares disciplinares, para pensar as edições e as leituras crítico-filológicas desenvolvidas na contemporaneidade por integrantes do Grupo de Edição e Estudo de Textos da Universidade Federal da Bahia (GEET-UFBA). A partir da experiência de trabalho com textos teatrais censurados e com textos literários, serão postos em destaque os modelos editoriais empreendidos pelo nosso grupo de pesquisa, então, observar as ações do filólogo em sua práxis editorial, em perspectiva teleológica e/ou pragmática.

Palavras-chave: Filólogo. Editor. Filologia. Edição. Texto.

1. Palavras iniciais

Pretendo, neste trabalho, discutir diferentes papéis do editor, com variadas construções subjetivas resultantes das escolhas que realiza na atividade editorial, e, conseqüentemente, os estilos de práticas da filologia e sua interação com outros lugares disciplinares, para pensar as edições e as leituras crítico-filológicas desenvolvidas na contemporaneidade. A partir da experiência de trabalho com os textos teatrais censurados, serão postos em destaque modelos editoriais empreendidos pelo nosso grupo de pesquisa para então observar as ações do editor em sua práxis filológica.

2. Papéis do filólogo na prática editorial

Para tratar dos diferentes papéis do filólogo na prática editorial, trago Maximiano de Carvalho e Silva e Hans Ulrich Gumbrecht, ambos abordam os afazeres filológicos. São tarefas da crítica textual, segundo Carvalho e Silva (1994, p. 57-58):

– A definição do conceito, do objeto, do método e das finalidades da ciência e das diferentes épocas da sua evolução.

– O estudo e classificação dos textos e das edições, e, nos casos de dúvida, a averiguação da sua autenticidade e a fundamentada identificação de textos apócrifos e de edições fraudulentas (contrafações).

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

- O exame da tradição textual e da fidelidade das transcrições, cópias e edições.
- A pesquisa da gênese dos textos, sem deixar de lado qualquer elemento (inclusive fragmentos textuais) que possa contribuir para as conclusões sobre o labor autoral.
- A fixação dos princípios gerais que devem orientar o trabalho da reprodução e da elaboração de todos os tipos de edições de textos.
- A aplicação de tais princípios e de normas gerais a diferentes tipos de textos, tendo em vista os contextos histórico-culturais em que estão integrados.
- O estabelecimento de normas gerais e de normas específicas para a conversão dos textos orais em textos escritos.
- A indicação dos pressupostos filológicos para a boa realização da tradução dos textos.
- A organização dos planos de publicação das obras avulsas ou das obras completas de determinado autor, apoiada em rigoroso levantamento de dados histórico-culturais e biobibliográficos; e a formulação de normas editoriais para cada caso em exame.
- A preparação de edições fidedignas ou de edições críticas, enriquecidas, sempre que recomendável, de estudos prévios, notas explicativas ou exegéticas destinadas a valorizar o labor autoral.

Todas as atividades filológicas, aqui mencionadas, dão conta de textos em suas diferentes modalidades e épocas, do trabalho de edição e de estudos críticos em variadas perspectivas, histórico-cultural, genética, entre outras. Para Hans Ulrich Gumbrecht (2007), as práticas básicas da filologia são: *identificar fragmentos, editar textos, escrever comentários históricos, fazer história e ensinar*. De acordo com tais orientações, cabe ao filólogo encontrar sua trajetória de leitura para ocupar-se dos diferentes objetos culturais. O filólogo deve, então, concentrar-se no texto como objeto materialmente presente e, nele, examinar os registros de sua produção, circulação e recepção. “El texto, como objeto material, aumenta nuestra capacidad de imaginar un mundo del pasado, aunque por cierto que no hay una relación mimética entre aquel mundo y la forma del texto en tanto objeto material.”⁶ (GUMBRECHT, 2007, p. 27)

Na atividade editorial, afirma Giuseppe Tavani (1988, p.35),

⁶ “O texto como objeto material, aumenta nossa capacidade de imaginar um mundo passado, ainda que por certo não haja uma relação mimética entre aquele mundo e a forma do texto enquanto objeto material”. (GUMBRECHT, 2007, p. 27, tradução nossa).

[c]ada texto es un producto histórico: como quién dice que en él se reflejan – filtradas por una serie más o menos numerosa de mediaciones estético-culturales – la situación personal del autor, su concepción del mundo, los conflictos socio-económicos por él vividos, sus experiencias existenciales, sus conocimientos teóricos y prácticos, el grado de su adhesión a toda clase de convenciones de su tiempo y de la colectividad a la cual pertenece.⁷

É preciso, inicialmente, diferenciar as práticas entre o estilo alemão de explorar o passado literário (o texto escrito) e sua tradição da abordagem anglo-estadunidense, de expressão interpretativa, caracterizada pelo *New Criticism*. Embora haja uma diversidade de tarefas na prática filológica, o trabalho edótico se realiza na busca de textos de variados períodos históricos, tomados como testemunho-documento-monumento, para estudar um momento cultural que se constrói em sua língua e literatura através dos textos escritos, cabendo à filologia a identificação e atualização desses textos, lendo-os em cada época e sociedade nas quais foram produzidos e circularam. Como diz Miguel Ángel Pérez Priego, parafraseando Giorgio Pasquali (1934), “[...] los testimonios no son meros portadores de errores y variantes, sino que poseen una específica fisonomía cultural, razón por la cual la crítica del texto ha de ir acompañada de la historia de la tradición”⁸. (PÉREZ PRIEGO, 1997, p. 36)

É comum na prática editorial o editor comprometer-se em trazer o *texto do autor*, não cedendo lugar ao editor.

Cada uno de los papeles que los editores adoptan (en dos niveles distintos: papeles de autor, y papeles de editor) pueden incluirse bajo diferentes tipos de construcciones subjetivas, y tales afinidades de diferentes papeles del editor con diferentes construcciones subjetivas nos ayudarán a entender los diversos estilos filológicos que encontramos en nuestro entorno profesional.⁹ (GUMBRECHT, 2007, p. 39).

⁷ “[c]ada texto é um produto histórico: poderíamos assim dizer, que nele se refletem – filtradas por uma série mais ou menos numerosa de mediações estético-culturais – a situação pessoal do autor, sua concepção de mundo, os conflitos socioeconômicos vividos por ele, suas experiências existenciais, seus conhecimentos teóricos e práticos, o grau de sua adesão a toda classe de convenções de seu tempo e da coletividade a qual pertence” (TAVANI, 1988, p. 35, tradução nossa).

⁸ “[...] os testemunhos não são meros portadores de erros e variantes, mas possuem uma específica fisionomia cultural, razão pela qual a crítica do texto há de vir acompanhada da história da tradição” (PASQUALI, 1934 apud PÉREZ PRIEGO, 1997, p. 36, tradução nossa).

⁹ Cada um dos papéis que os editores adotam (em dois níveis distintos: papéis de autor, e papéis de editor) podem incluir-se sob diferentes tipos de construções subjetivas, e tais afinidades de diferentes papéis do editor com diferentes construções subjetivas nos ajudarão a entender os diversos estilos filológicos que encontramos em nosso campo profissional. (GUMBRECHT, 2007, p. 39, tradução nossa).

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

O editor, no exercício da prática editorial, realiza escolhas, entre as variantes, as lições que levará para o texto crítico representativo do ânimo autoral ou de sua intenção final, corrige “erros”, faz conjecturas para determinadas passagens do texto, entre outras escolhas. No entanto, é preciso assumir que *o editor se constitui nos múltiplos atos de escolha que realiza*, trazendo um texto que resulta da sua ação mediadora, de sua leitura crítica.

Segundo Hans Ulrich Gumbrecht (2007, p. 43),

[...] el trabajo filológico produce inevitablemente un papel de editor, y que tal papel de editor presupone y en parte da forma a la producción de un hipotético papel de autor [...]. Al mismo tiempo, no hace falta aclarar que el papel de editor contiene a su vez múltiples papeles de lector.¹⁰

[I]nteresa ver cómo un papel de lector se activa y se constituye a través de cada lectura del texto, con la forma y contenido del texto provocando y guiando este proceso [...] ¹¹ (GUMBRECHT, 2007, p. 44)

Tem-se um percurso que vai do EDITOR ao LEITOR especializado para produzir uma edição e leitura crítico-filológica, apresentando-se como AUTOR, responsável intelectual pela edição do texto, pelas escolhas que realiza para trazer ao conhecimento do público o texto marcado por suas intervenções críticas, lido e comentado, o(s) texto(s) crítico(s). Assim, chamo a atenção para as formas de editar um texto e seu propósito, definindo os estilos de edição que resultam das escolas filológicas. Há as escolas que realizam a edição em perspectiva *teleológica* e outras, em perspectiva *pragmática*, delineando, assim, orientações distintas no fazer filológico.

Inicialmente, trago a *edição crítica de textos*, com K. Lachmann e o método para a *constitutio textus*, passando por J. Bédier e a teoria do bom manuscrito, por Giorgio Pasquali e a história da tradição, por Gianfranco Contini e a crítica das variantes, entre outros, evidenciando a construção de um método, mecânico, a princípio, e que, depois, torna-se mais flexível, à medida que considera os ajustes feitos a tal metodologia por cada estudioso mencionado.

¹⁰ [...] o trabalho filológico produz inevitavelmente um papel de editor, e que tal papel de editor pressupõe, em sua prática, a produção de um hipotético papel de autor [...]. Ao mesmo tempo, não é demais esclarecer que o papel de editor contém por sua vez múltiplos papéis de leitor. (GUMBRECHT, 2007, p. 43, tradução nossa).

¹¹ “[I]nteresa ver como um papel de leitor se ativa e se constitui através de cada leitura do texto, com a forma e o conteúdo do texto provocando e guiando este processo [...]”. (GUMBRECHT, 2007, p. 44, tradução nossa).

Tanto Lachmann como Bédier levam em conta a *unicidade do texto*, este último por meio do manuscrito (material) tomado para a edição. Giorgio Pasquali, em *Storia Della Tradizione e Critica del Testo*¹², considera a *tradição* como substancial na crítica do texto, em que cada testemunho é produto de uma determinada *configuração cultural*, devendo-se estudar as mudanças do texto ao longo do tempo, examinar as modalidades de sua transmissão. A existência de um espólio do autor ou de redações múltiplas na tradição manuscrita oferece material deveras precioso para estudo do que veio a se chamar “crítica das variantes”, formulada do ponto de vista teórico por Gianfranco Contini, procurando recuperar a gênese do texto a partir das variantes de autor. No entanto, mesmo diante das modificações concernentes à metodologia empregada no preparo de uma *edição crítica*, a proposta continua sendo a de apresentar um *texto único, representativo da “vontade do autor”* ou *das intenções finais de um autor*, fixado a partir de critérios filológicos estabelecidos.

Também a escola anglo-americana busca *fixar um texto único para cada obra*. Tem-se situado, porém, em dois lugares, aquele da *teoria intencionalista*, que busca a *versão mais próxima da intenção do autor*, de W. W. Greg, F. Bowers e G. Th. Tanselle (teoria do *copy-text* e da bibliografia material), e da *teoria sociológica*, em que “[c]ada versión reclama su derecho de ser editada a su propia manera, respetando su historicidad como tal realidad concreta [...]”¹³ (MCKENZIE, 2005, p. 20), de Donald Francis MCKENZIE (*Bibliography and the Sociology of the Text (The Panizzi Lectures (1985))* (1986) e Jerome John McGann (*Critique of Modern Textual Criticism* (1983)) (LOURENÇO, 2009; TEXTUAL..., [2012])).

No que se refere à corrente da “*New Bibliography*”, baseada numa concepção romântica das relações que existem entre o autor, suas obras, o público, e as instituições culturais e sociais, destaca-se a *Bibliografia Textual* que se ocupa do estudo dos diferentes estados de uma obra, buscando um *texto ideal*, depurado das alterações trazidas pelo processo de publicação. Jerome John McGann (1983), porém, esclarece que a obra de arte

¹² Nesse trabalho, Pasquali (1934) desenvolveu suas reflexões sobre o método lachmanniano apresentado por Paul Maas em seu manual. Foram discutidos os seguintes pontos: diferença entre “crítica do texto” e “história da tradição”; critério geográfico (analogia com a neolinguística: teoria areal (das áreas laterais e centrais); transmissão vertical e horizontal; recensão fechada e recensão aberta; “*codices potiores*” e “*codices deteriores*”.

¹³ “Cada versão reclama seu direito de ser editada à sua própria maneira, respeitando sua historicidade como uma realidade concreta [...]” (MCKENZIE, 2005, p. 20, tradução nossa).

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

sempre tende para um *estatuto de colaboração*, e a *intenção do autor* é apenas um fator a ser considerado.

A escola alemã, com destaque para os modelos de *aparato sinóptico* postos em prática na edição de textos por Friedrich Beißner e Hans Zeller, respectivamente, ao realizar as edições críticas e históricas, estabelece um texto crítico, em relação ao qual todas as variações são documentadas. Nessa mesma direção, analisando a *obra como processo*, a escola francesa, a partir dos anos 70 (Bellemin-Noël, Louis Hay, Biasi, Almuth Grésillon, Debray-Genette, entre outros), através da crítica genética, realiza a edição genética e o estudo de gênese. Em síntese, a tradição editorial alemã difere da tradição editorial francesa pela concepção dinâmica do texto (GRÉSILLON, 2007; LOURENÇO, 2009), no entanto, “[t]oma corpo numa forma de edição que casa diretamente as duas correntes: a edição genética”¹⁴ (GRÉSILLON, 2007, p. 246).

Para os neolachmannianos, o método da crítica textual não tem a preocupação de reconstrução de um arquétipo nem de privilégio de um texto ótimo, interessa realizar “uma *boa* leitura de um bom manuscrito, independentemente de qualquer processo de hierarquização (ELIA, 1993, p. 60). A crítica textual moderna, a partir da documentação autógrafa, ou homologada pelo autor, ocupa-se da atividade de editar um texto que corresponda à última vontade do autor ou à sua intenção final e de mostrar o processo de criação desse texto. Para além da crítica textual e da crítica genética, outra abordagem crítica, a sociologia dos textos, dará conta de estudar a ação dos diferentes atores envolvidos com a publicação. “Os textos não existem fora dos suportes materiais [sejam eles quais forem] de que são os veículos”. (CHARTIER, 2002, p. 61-62). Desse modo, uma edição deveria contemplar tal diversidade. Cabe então ao editor evidenciar a pluralidade de textos tomados em suas especificidades.

A partir das versões de uma obra, levando em conta os aspectos colaborativos da produção e publicação de textos, entram na cena da discussão aspectos, como: a instabilidade textual, o significado das versões, que compreende a concepção, recepção, transmissão, publicação do texto. O importante, então, é não “[...] hacer una combinación de todas las versiones, puesto que destruiríamos la historicidad de cada una de ellas”¹⁵

¹⁴ Grésillon (2007, p. 243, nota 22) esclarece em nota que o “modelo lançado por Beißner e aperfeiçoado por Zeller está na origem da edição genética de hoje”.

¹⁵ “[...] fazer uma combinação de todas as versões, pois destruiríamos a historicidade de cada uma delas” (MCKENZIE, 2005, p. 53, tradução nossa).

(MCKENZIE, 2005, p. 53), como fazemos ao preparar uma edição crítica, mas, também, dar visibilidade às versões do texto expostas na materialidade de cada testemunho. Nesse lugar, o texto é entendido como evento social, considerando o fato de que “the dynamics social relations [...] always exist in literary production”¹⁶. (MCGANN, 1983, p. 81)

Parece-me interessante cruzar os métodos das edições, crítica, histórica, sinóptica, genética e “social”, para dar conta dos resultados das investigações desenvolvidas, caracterizando um estilo do filólogo em sua práxis. Desse modo, *da edição alemã, histórica e crítica*, toma-se o modelo que “inclui a análise, o comentário e a interpretação genéticos e condensa os resultados dessas investigações nos seus aparatos sinópticos para resultar [...] na organização do texto definitivo” (GRÉSILLON, 2007, p. 258); *da edição genética*, o modelo que visa “[...] fornecer ao pesquisador uma simples ferramenta, apresentando-lhe na ordem da gênese os testemunhos transcritos e acompanhados de um comentário escritural do dossiê em questão” (GRÉSILLON, 2007, p. 258); *da edição “social”*, a proposta de investigar os diversos atores envolvidos com a produção e transmissão do texto, suas ações e gestos de leitura, o que explica versões distintas de um texto, que testemunham um conjunto de significações em sucessivos momentos da história.

Em síntese, a prática dos diferentes pesquisadores tem feito repensar o trabalho de edição de textos no que se refere ao tratamento dado às múltiplas versões de um texto até a sua fixação, quando for o caso. A crítica textual, através dos métodos de Lachmann e de Bédier, pressupõe um conceito estático do texto crítico, somente abrindo para os textos e suas versões quando são considerados a história da tradição e o estudo das variantes de autor (Giorgio Pasquali e Gianfranco Contini). As mudanças documentadas nos diversos testemunhos da tradição revelam as diversas maneiras como uma dada sociedade compreendeu e reinventou um texto. Nesse sentido, a crítica genética e a sociologia dos textos consideram a pluralidade de estados de um texto, de uma obra, seja pelos movimentos de gênese, seja pela ação dos diversos atores sociais no processo de transmissão textual. Enfim, todas as abordagens críticas estão em profícuo diálogo na filologia editorial e mostram como o filólogo, na contemporaneidade, evidencia suas escolhas e assume uma atitude crítica e interessada em relação ao objeto de estudo.

¹⁶ “a dinâmica social das relações [...] sempre existe na produção literária (MCGANN, 1983, p.81, tradução nossa).

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

3. Modelos editoriais e ações do editor

Do percurso traçado, duas grandes vertentes editoriais contemporâneas se apresentam: uma platônica (teleológica) e outra pragmática. Sendo assim,

[d]iante do objeto e da finalidade da pesquisa, o editor pode comportar-se pelo viés platônico, orientado pela busca do sentido original ou representativo do ânimo autoral, ou pelo viés pragmático, no qual, ainda que se estabeleça um texto, ele não será a recuperação de um texto perdido ou ideal, ou ainda uma autoridade de uma voz historicamente reconstruída, mas, sim, um centro provisório, um testemunho posto em evidência, não por privilégio ou merecimento, mas por estratégia de leitura e crítica. (BORGES; SOUZA, 2012, p. 22-23)

A mudança do suporte, do papel para o computador, mudou o cenário das edições, bem como suas práticas. Desde os anos 80, a partir das contribuições de Peter Shillingsburg, Jerome John McGann, Peter Donaldson, entre outros, a crítica textual tomou novos rumos. Alguns dos estudiosos utilizaram-se dos recursos informáticos como uma ferramenta para auxiliar na preparação e produção de edições convencionais (anteriormente pensadas para o suporte papel), outros, preferiram olhar a textualidade eletrônica como um meio para a publicação de um tipo diferente de edição – a edição eletrônica, uma tendência da crítica textual no século XXI, dado ao seu caráter interativo e multimensional, dando a ler todos os textos, todas as transformações por que passa o texto em uma edição em hipertexto.¹⁷

Segundo Maria Clara Paixão de Souza (2006, [sem paginação]), nas edições eletrônicas, o sistema de apresentação da edição difere do sistema tradicional, pois

[n]as edições eletrônicas, a apresentação final é uma etapa paralela à transcrição e ao estabelecimento do texto – ou seja: as apresentações para leitura final resultam da formação de documentos paralelos ao documento-base onde se codificou a preparação.

Nessa direção, as edições devem dar a ler toda a tradição dos textos, a partir de sua história (processo de transmissão), e das transformações do/no texto (modificações autorais, textuais). Assim, a proposta metodológica de elaboração de uma *edição sinóptica*, que busca editar todos os

¹⁷ A utilização do meio eletrônico faz mudar a metodologia filológica aplicada à Crítica Textual. Em 1978, houve um colóquio internacional organizado pelo CNRS, que reuniu filólogos, historiadores e especialista em informática para discutir o tema da crítica textual e sua automatização (ORDUNA, 2005, p. 31). No meio digital, a edição sinóptica traz a forma de texto que melhor serve aos propósitos dos pesquisadores.

testemunhos conservados da tradição, em confronto, outorgando a cada um o respeito e o protagonismo, ou de uma *edição genética*, que considera os estados materiais de uma obra em seu processo de criação, ou de uma edição *variorum eletrônica* (URBINA et al., 2005) ou uma *hiperedição* (PAIXÃO DE SOUZA, 2006), faz-se pertinente.

Esta última prática de edição parece mais apropriada à crítica textual contemporânea,

[...] elaborada a partir de los textos y cotejos de las anteriores ediciones, con clasificación y anotación de variantes, incorporación de enmiendas, anotaciones textuales, enlaces hipertextuales a las ediciones facsímiles y documentales, e interfaz interactivo para la composición de ediciones virtuales.¹⁸ (URBINA et al, 2005, p. 226)

As edições realizadas em nosso Grupo de Pesquisa evidenciam a práxis filológica nas duas direções, teleológicas e pragmáticas, ambas com foco na materialidade e historicidade dos textos. Para ilustrar o que tenho dito até agora, trago alguns dos trabalhos já desenvolvidos no âmbito da pesquisa pela Equipe Textos Teatrais Censurados (ETTC), sob minha coordenação. Para os textos da dramaturgia baiana ou produzidos para encenação na Bahia, foram realizadas *edições: crítica, interpretativa, genética, sinóptica, fac-similar* (algumas delas, em suporte eletrônico), e *eletrônica/digital* ou em suporte eletrônico (arquivo hipertextual). O Grupo de Edição e Estudo de Textos (GEET) apresenta edições em ambiente digital, explorando a plasticidade do suporte, bem como realiza edições em suporte papel.

Tais práticas editoriais e estudos críticos filológicos estão postos nas dissertações e teses¹⁹ apresentadas à Pós-Graduação em Letras da UFBA, e no livro organizado por mim, *Edição e Estudo de Textos Teatrais*

¹⁸ “[...] elaborada a partir dos textos e cotejos das edições anteriores, com classificação e anotação de variantes, incorporação de emendas, anotações textuais, links hipertextuais às edições fac-símiles e documentais, e interface interativa para a composição de edições virtuais”. (URBINA et al., 2005, p. 226, tradução nossa).

¹⁹ Confira as dissertações de Ludmila Antunes de Jesus (2008), Isabela Santos de Almeida (2011), Eduardo Silva Dantas de Matos (2011), Débora de Souza (2012), Williane Silva Corôa (2012) e Mabel Meira Mota (2012), Fabiana Prudente Correia (2013), Liliam Carine da Silva Lima (2014), Carla Ceci Rocha Fagundes (2014) e Hugo Leonardo Pires Correia (2014). Consultar o trabalho intitulado *Entre acervos, edição e crítica filológica*, publicado no CNLF por Santos (2012) para tomar conhecimento do que tratam alguns desses trabalhos. Quanto às teses, destacamos: a de Arivaldo Sacramento de Souza (2014), Ludmila Antunes de Jesus (2014), Isabela Santos Almeida (2014) e Eduardo Dantas Silva Matos (2014). Em andamento, as teses de Mabel Meira Mota, Fabiana Prudente Correia, Carla Ceci Rocha Fagundes e Débora de Souza.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Censurados na Bahia: Literatura, Teatro e História em Diálogo com a Filologia, publicado em 2012, como resultado da pesquisa desenvolvida desde o ano de 2006, com capítulos dos vários integrantes da ETTC, e no livro *Edição de Texto e Crítica Filológica*, também publicado em 2012.²⁰ Os critérios para apresentação, edição e estudo crítico dos textos estão colocados nos referidos trabalhos.

Diante da complexidade característica do texto teatral, decidimos, em alguns casos, que a edição deveria contemplar todas as versões do texto, em confronto sinóptico, de preferência em suporte eletrônico, dispondo os fac-símiles, transcrevendo cada um dos testemunhos, identificando as modificações textuais genéticas e/ou modificações realizadas por outros agentes, para registrá-las em aparatos e interpretá-las, dando conta da história do texto, através de arquivo hipertextual (eletrônico), conforme propõem Eduardo Urbina et al (2005), por meio de três categorias de edição: a fac-similar digital, a diplomática/documental e a *variorum* eletrônica.

No entanto, como também nos comprometemos com a divulgação da produção dramaturgica baiana, no sentido de permitir o acesso a textos para leitura e encenação, o trabalho filológico se faz da prática das edições críticas e interpretativas, quando há a fixação de um texto crítico, acompanhado de um aparato (crítico e de notas) que possa dar conta dos lugares de variação, das alterações genéticas, dos cortes, das anotações que resultam da ação interventiva do(s) autor(es), dos colaboradores (atores, figurinistas, e outros) e dos leitores (nesse caso, os censores) que deixam na materialidade do texto suas marcas, dando ao leitor a oportunidade de conhecer a história do texto e suas transformações (os textos em movimento) e, ao mesmo tempo, de ter uma versão criteriosamente apresentada para seu uso, o texto crítico, que resulta da interpretação e das escolhas do editor, no seu papel de leitor crítico, também mediador nesse/desse processo.

Em nossa prática, concluímos que um projeto editorial passa pela escolha do público a que se destina, do estado da documentação e do número e da natureza dos testemunhos, das escolhas teóricas do editor, quanto ao estatuto do texto, de sua gênese e de sua sócio-história, enfim dos meios disponíveis sobre o triplo plano: humano, material e tecnológico. Dessa combinação complexa, todo elemento pode variar em função

²⁰ Confira Santos (2012) e Borges et al. (2012).

da obra, do autor e do país (HAY, 1988, p. 93-94). Faço, a seguir, a exposição de alguns trabalhos²¹ para colocar em destaque as escolhas de cada editor, delineando, assim, sua atitude crítica na mediação editorial.

Ludmila Antunes de Jesus (2008), em sua dissertação de mestrado, *A Dramaturgia de João Augusto: Edição Crítica de Textos Produzidos na Época da Ditadura Militar*, recortou, entre as produções teatrais de João Augusto, alguns dos textos do teatro de cordel, e elaborou para eles *edições críticas*. Dando continuidade a esse trabalho, Ludmila Antunes de Jesus (2014), em sua tese, *Teatro de Cordel de João Augusto Entre Arquivo(s), Edição e Estudos*, ocupou-se do estudo da dramaturgia de João Augusto, em perspectiva filológica, buscando tornar pública a trajetória artístico-intelectual desse dramaturgo, a partir da edição e do estudo de textos adaptados da literatura de cordel, com documentação censória, a saber: *O Exemplo Edificante de Maria Nocaute ou Os Valores do Homem Primitivo*, *Felismina Engole-Brasa*, *As Bagaceiras do Amor* e *O Marido Que Passou o Cadeado na Boca da Mulher*. Fez uma incursão pelos arquivos e acervos, nos quais se encontram os documentos referentes à produção dramaturgic de João Augusto, com o objetivo de ler sua dramaturgia e o sujeito arquivado. A edição teve como proposta mostrar a história do texto dramático de João Augusto, através do processo de adaptação do folheto para o texto teatral, além de tornar público outros documentos que fizeram parte da circulação dos textos selecionados, como pareceres, material de imprensa, fotografias, entre outros, em um *arquivo hipertextual*.

Isabela Santos de Almeida (2011), em sua dissertação de mestrado intitulada *Três Fios do Bordado de Jurema Penna: Leituras Filológicas de Uma Dramaturgia Baiana*, realizou a *edição interpretativa em meio digital* do texto teatral *Auto da Barca do Rio das Lágrimas de Irati*, e a *edição crítica*, em suporte papel, para *Bahia Livre Exportação* e *Negro Amor de Rendas Brancas*, da dramaturga Jurema Penna, propondo-se a estudar o processo de construção do texto teatral a partir da leitura das modificações textuais e do trabalho da citação como operador de intertextualidade no processo de escritura. Na tese de doutorado, *A Crítica Filológica nas Tessituras Digitais: Arquivo Hipertextual e Edição de Textos Teatrais de Jurema Penna*, Isabela Santos de Almeida (2014) optou por realizar três tipos de edição: *fac-similar*, *sinóptica* e *crítica*, dispostas em um *arquivo hipertextual*, apresentado em um volume digital para alguns textos

²¹ Para conhecer os trabalhos aqui mencionados consultar o banco de dissertação e tese da UFBA no repositório institucional.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

teatrais de Jurema Penna, a saber: *Iemanjá – Rainha de Aiocá, O Bonequeiro Vitalino ou Nada É Impossível aos Olhos de Deus e das Crianças, Bahia Livre Exportação e Negro Amor de Rendias Brancas*, com o propósito de discutir a crítica filológica nas tessituras digitais, explorando o suporte eletrônico para exercício da prática editorial.

Eduardo Silva Dantas de Matos (2011), em sua dissertação, conciliando lugares de discussão afins, como a filologia, a crítica textual, a crítica genética, e a(s) teoria(s) do drama, propõe leituras do processo de criação de *Cândido ou O Otimismo*, texto de Voltaire, adaptado, a partir de uma tradução portuguesa, por Cleise Mendes, propondo uma *edição genética vertical seletiva*. Eduardo Silva Dantas de Matos (2014), em sua tese, discutiu a rasura, levando em conta as noções de autoria, subjetividade e edição, defendendo que os documentos de criação trazem marcas físicas a partir das quais o filólogo pode trabalhar, produzindo, no cumprimento das etapas da metodologia editorial, um saber especificamente motivado por seu modo de interpretar. Preparou ainda uma edição genética vertical seletiva para a cena IV do primeiro ato do texto teatral citado, confrontando, pelo viés da crítica filológica, as edições realizadas, entre esta (da tese) e aquela da dissertação, objetivando evidenciar como as diferentes escolhas do filólogo produzem outras edições e outras facetas/imagens do sujeito autor.

Débora de Souza (2012) traz, em sua dissertação, a *edição crítica em meio digital* dos textos teatrais de Nivalda Costa: *Aprender a Nada-r e Anatomia das Feras*. Para esta edição, valeu-se da linguagem de marcação de hipertexto, *HyperText Markup Language* (HTML), usada para produzir páginas na *internet*, e do *software Adobe Reader*, para a visualização em documentos PDF (*Portable Document Format* / Formato Portátil de Documento), dando ao leitor/navegador acesso aos fac-símiles dos textos, de documentos do processo censório e de fotos. Realizou também a edição dos textos selecionados em suporte papel e analisou o processo de construção do texto teatral. Atualmente, desenvolve a tese de doutorado, explorando novos recursos e técnicas para a edição dos textos selecionados, conciliando as práticas arquivística e filológica para uma leitura do Acervo Nivalda Costa.

Williane Silva Corôa (2012) realizou a *edição interpretativa em suporte papel e eletrônico* de *Malandragem Made in Bahia*, de Antônio Cerqueira. Para a edição em meio digital, fez uso dos programas *NVU* e *WORD*. A edição conta com um *menu* que traz: a) a apresentação, contendo orientações para a navegação; b) a edição fac-similar, contendo os

fac-símiles de *Malandragem Made in Bahia*; c) a edição interpretativa em meio digital, na qual se apresentam o texto crítico e o aparato de variantes e notas; d) o arquivo do autor, com os recortes de jornais reunidos por Antônio Cerqueira e depositados no Núcleo de Acervo do Espaço Xisto Bahia; e) os documentos da Coordenação Regional do Arquivo Nacional do Distrito Federal, fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP): requerimento de censura, pareceres e certificado de censura. Através dos *hiperlinks* é possível acessar os documentos que compõem a tradição textual direta (testemunhos) e indireta (paratextos).

Mabel Meira Mota (2012) realizou duas edições de *Irani ou As Interrogações*, de Ariovaldo Matos, a *interpretativa* (também em suporte papel) e a *fac-similar*. Para a construção da edição em suporte digital foram utilizados os programas *Antena Beta* e *Dreamweaver CS5*. Na página inicial, é possível acessar: a) a apresentação, contendo orientações para a navegação; b) o dossiê de *Irani ou As Interrogações*, contendo os recortes de jornais e documentos da Censura: requerimento de censura, pareceres e certificado de censura; c) as edições: uma edição interpretativa do texto de Ariovaldo Matos, abrangendo os itens: texto crítico e aparato de variantes e notas; e lista de materiais audiovisuais (com referências), valendo-se do uso de *hiperlinks*; e uma edição fac-similar, na qual se apresenta, em PDF, a versão de *Irani ou As Interrogações*, de Ariovaldo Matos (TAM); e a adaptação elaborada por Eduardo Cabús (TAM-EC), em três vias: TAM-EC/SBAT, TAM-EC/DCDP e TAM-EC/SR, da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT), da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) e da Superintendência Regional (SR), respectivamente. Em sua tese, já em fase de conclusão, busca ferramentas informáticas que possam dar conta do preparo de uma edição digital do texto selecionado.

Fabiana Prudente Correia (2013), na dissertação *O Desabrochar de Uma Flor em Tempos de Repressão: Edição e Crítica Filológica de Apareceu a Margarida de Roberto Athayde*, realizou duas edições: a *fac-similar* e a *sinóptica*, em arquivo digital, utilizando o *Prezi*, e, no suporte papel, com destaque para as modificações textuais. A escolha do *Prezi* como suporte de edição deveu-se à possibilidade de uma exposição radial dos conteúdos e de ter uma ampla dimensão lateral, vertical, em profundidade. O programa permite que se utilize a “página” em múltiplas orientações (vertical, horizontal, diagonal, circular etc.) e admite coexistência de múltiplas mídias (música, imagem, vídeo e texto) simultâneas. As edições foram apresentadas em DVD. O conteúdo do DVD está assim disposto: 1. *Apareceu a Margarida*: edição sinóptica em meio digital – I ATO; 2. *Apareceu*

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

a *Margarida*: edição sinóptica em meio digital – II ATO; 3. Edição facsimilar de *Apareceu a Margarida* e cronologia das versões; 4. Arquivos da censura: certificados e pareceres disponibilizados pelo Arquivo Nacional – Brasília; 5. Arquivo *Apareceu a Margarida*: coletânea de textos de jornais e revistas, fotos e programas de espetáculos relativos a *Apareceu a Margarida*, arquivados no acervo pessoal de Roberto Athayde e na publicação de 1973 (F. CORREIA, 2013). No momento, prepara a tese, considerando o dossiê de outro texto teatral de Roberto Athayde, *Os Desinibidos*.

Arivaldo Sacramento de Souza (2014), *Nas Tramas de Greta Garbo, quem diria, acabou no Irajá: Crítica Filológica e Estudo de Sexualidades*, ao investigar a tradição textual e a recepção do texto de Fernando Mello, *Greta Garbo Quem Diria Acabou no Irajá*, desenvolveu um estudo crítico-filológico dos *scripts* teatrais que encenam a homossexualidade, observando as inter-relações entre o processo de transformação pela circulação social do texto e as ações de diferentes sujeitos que mediarão a liberação, veto ou corte de trechos da peça. Em perspectiva teórico-metodológica, estabeleceu um diálogo com as teorias de desconstrução da metafísica tradicional, pondo em foco a renovação da práxis filológica no sentido de entendê-la como uma atuação crítica e investigativa das materialidades textuais, visando à leitura da pluralidade, tanto das lições de cada *script* quanto das intervenções censórias que transformaram o texto, apresentando como produto editorial uma *edição sinóptico-crítica em suporte papel e eletrônico*.

Carla Ceci Rocha Fagundes (2014) selecionou, para edição e estudo crítico-filológico, *Pau e Osso S/A*, buscando examinar os processos de produção, transmissão e circulação do texto teatral, lendo, na trama do texto, as ações do teatro amador. Além da *edição interpretativa*, o estudo crítico do texto selecionado permitiu a reflexão acerca da prática censória e de suas consequências para a produção dramaturgica baiana. Atualmente, desenvolve a tese de doutorado explorando o teatro infantil a partir do Acervo Deolindo Checcucci.

Lilium Carine da Silva Lima (2014) dedicou-se ao estudo de *Manual de Construção*, uma coletânea de poemas escritos por João Augusto, que não existe como obra acabada ou publicada. Optou pela feitura da *edição genética vertical* e desenvolvimento do estudo crítico. A partir do confronto sinóptico entre as versões manuscritas, realizou uma leitura do processo criativo de João Augusto em *Manual de Construção*, considerando

os movimentos de gênese, as etapas de escritura de cada poema, para entender a gênese do texto em questão.

Hugo Leonardo Pires Correia (2014), em sua dissertação *Bemvindo Sequeira e a Cena Política nas Tramas de Me segura que eu vou dar um voto: Edição e Crítica Filológica do Texto Teatral*, realizou a edição e o estudo crítico do texto teatral selecionado. Propôs a elaboração de uma *edição interpretativa* em suporte de papel dos dois *scripts* da peça, disponibilizando para os leitores os textos críticos. Em um *arquivo hipertextual*, além da edição interpretativa, traz a *edição fac-similar* e toda documentação relacionada ao texto, proporcionando ao leitor/navegador certa reflexão a propósito daquele período (1964-1985) de forte pressão, o da ditadura militar, vivido pela sociedade brasileira.

Nos trabalhos aqui apresentados está expressa a atitude do filólogo editor na escolha do modelo editorial, nas decisões editoriais tomadas, nas leituras críticas desenvolvidas. Marca-se também o seu lugar de leitor crítico e sujeito que atua na mediação do texto publicado.

4. Considerações finais

A partir das nossas investigações, buscamos (re)pensar as teorias e métodos da edição, levando-se em conta os problemas afetos à edição de textos modernos e contemporâneos que exigem do filólogo uma atitude crítica, atualizada, no estudo da materialidade do texto, em seu processo de produção e transmissão (pensando o manuscrito moderno, o processo de criação e os suportes que transmitem o texto) e de recepção (pensando como essa obra foi lida e modificada pela ação de vários mediadores), e, sobretudo, procurando situar a Filologia no presente, a Filologia que fazemos hoje, que contempla as pesquisas que vão do processo de criação aos processos de transmissão e circulação de um texto ou de uma obra.

O uso das novas tecnologias possibilitou ao editor construir o trabalho editorial e interpretativo de uma forma integrada e relacional, permitindo-lhe elaborar e compartilhar suas leituras por meio das tessituras que o meio digital engendra, com o propósito de dar ao conhecimento do público leitor o(s) texto(s) produzido(s) e transmitido(s) pelas vias da cultura e da sociedade e a leitura crítico-filológica dos mesmos.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Isabela Santos de. *Três fios do bordado de Jurema Penna: leituras filológicas de uma dramaturgia baiana*. 2011. 246 f. II. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

_____. *A crítica filológica nas tessituras digitais: arquivo hipertextual e edição de textos teatrais de Jurema Penna*. 2014. 321 f. 2 v. (um volume em site). Tese (Doutorado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

BORGES, Rosa. Entre acervos, edição e crítica filológica. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA, 16., 2012, Rio de Janeiro. Cadernos do CNLF (CiFEFil). Rio de Janeiro: CiFEFil, vol. 16, p. 515-524, 2012.

_____. A filologia e os lugares das críticas textual, genética e sociológica: por um estudo de *Quincas Berro D'Água*, adaptação de João Augusto. In: TELLES, Célia Marques; SANTOS, Rosa Borges dos (Orgs.). *Filologia, críticas e processos de criação*, 2012, p. 53-67.

_____; SOUZA, Arivaldo Sacramento de. Filologia e edição de texto. In: BORGES, Rosa et al. *Edição de texto e crítica filológica*. Salvador: Quarteto, 2012. p. 15-59.

_____. et al. *Edição de texto e crítica filológica*. Salvador: Quarteto, 2012.

CARVALHO E SILVA, Maximiano de. Crítica textual: conceito – objeto – finalidades. *Confluência: Revista do Instituto de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, nº 7, p. 57-63, 1º sem. 1994. Disponível em <http://maximianocsilva.pro.br/doc7.htm>. Acesso em: 07-08-2016. Sem paginação.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Tradução Cristina Antunes. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

_____. *Os desafios da escrita*. Tradução Fulvia M. L. Moretto. São Paulo: UNESP, 2002.

CORÔA, Williane Silva. *Edição de texto e estudo da linguagem proibida em Malandragem made in Bahia, de Antonio Cerqueira*. 2012. 200 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CORREIA, Fabiana Prudente. *O desabrochar de uma flor em tempos de repressão: edição e crítica filológica de Apareceu a Margarida, de Roberto Athayde*. 2013. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

CORREIA, Hugo Leonardo Pires. *Bemvindo Sequeira e a cena política nas tramas de Me segura que eu vou dar um voto: edição e crítica filológica do texto teatral*. 2014. 216 f. + DVD. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

ELIA, Silvio Edmundo. A crítica textual em seu contexto sócio-histórico. In: ENCONTRO DE ECDÓTICA E CRÍTICA GENÉTICA, 3., 1993, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa: UFPB/APML/FECPB/FCJ, p. 57-64.

FAGUNDES, Carla Ceci Rocha. *Edição e crítica filológica de Pau e Osso S/A do Amador Amadeu: o teatro amador em cena*. 2014. 164 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

GRÉSILLON, Almuth. *Elementos de crítica genética: ler os manuscritos modernos*. Trad.: Cristina de Campos Velho Birck et al. Porto Alegre: UFRGS, 2007 [1994].

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Los poderes de la filología: dinámicas de una práctica académica del texto*. Trad.: Aldo Mazzucchelli. México: Universidad Iberoamericana, 2007 [2003].

HAY, Louis. L’Ancien et le Nouveau Monde: L’edition du texte. In: LITTÉRATURE LATINO-AMERICAINE ET DES CARAIBES DU XX SIECLE: theorie et pratique de l’edition critique. Roma: Bulzoni, 1988, p. 87-102. (Collection Archives).

JESUS, Ludmila Antunes de. *A Dramaturgia de João Augusto: edição crítica de textos produzidos na época da ditadura militar*. 2008. 202 f. Dissertação (Mestrado em Letras em Linguística) - Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, 2008.

_____. *Teatro de cordel de João Augusto entre arquivo(s), edição e estudos*. 2014. 177 f. + DVD. Tese (Doutorado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

LIMA, Liliam Carine da Silva. *Manual de construção, a arquitetura poética de João Augusto: edição genética e estudo crítico*. 2014. 207f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, 2014.

LOURENÇO, Isabel Maria da Graça. *The William Blake Archive: da gravura iluminada à edição eletrónica*. 2009. 490f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Programa de Pós-Graduação em Língua e literaturas Modernas, Coimbra. Disponível em: <www.dominiopublico.com.br>. Acesso em: 02 set. 2011.

MATOS, Eduardo Silva Dantas de. *Os manuscritos de Cândido ou O Otimismo – o herói de todo caráter, uma adaptação de Cleise Mendes: leituras do processo de criação e proposta de edição genética*. 2011. 208f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

_____. *O manuscrito autógrafo e suas rasuras: autoria, subjetividade e edição*. 2014. 202f. Tese (Doutorado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

MCGANN, Jerome John. *A Critique of Modern Textual Criticism*. Chicago: University of Chicago Press, 1983.

MCKENZIE, Donald Francis. *Bibliografía y sociología de los textos*. Tradução Fernando Bouza. Madrid: Akal, 2005[1986].

MOTA, Mabel Meira. *Da trama do arquivo à trama detetivesca de Irani ou As Interrogações, de Ariovaldo Matos: leitura filológica do arquivo e edição do texto*. 2012. 220 f.. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

ORDUNA, Germán. *Fundamentos de crítica textual*. Madrid: Arco;Libros, 2005.

PASQUALI, Giorgio. *Storia della tradizione e critica del testo*. Firenze: Le Mounier, 1934.

PÉREZ PRIEGO, Miguel Ángel. *La edición de textos*. Madrid: Síntesis, 1997.

SANTOS, Rosa Borges dos. (Org.). *Edição e estudo de textos teatrais censurados na Bahia: a Filologia em diálogo com a Literatura, a História e o Teatro*. Salvador: EDUFBA, 2012.

_____. Dramaturgia censurada: abordagens críticas no estudo da transmissão textual. In: FERREIRA, C.; FIGUEIREDO, V. (Org.). *Autores e livros: Gênese e transmissão textuais*, 2015, Niterói. Autores e livros: Gênese e transmissão textuais Anais do II Seminário do Laboratório de Ecdótica da UFF. Rio de Janeiro: Clã Destino, 2015. p. 59-74.

_____. Filologia, genética e sociologia dos textos. In: ROMANELLI, Sérgio. (Org.). *Compêndio de Crítica Genética: América Latina*. Vinhedo: Horizonte, 2013 [2015]. p. 43-50.

SOUZA, Arivaldo Sacramento de. *Nas tramas de Greta Garbo, quem diria, acabou no Irajá: crítica filológica e estudo de sexualidades*. 2014. 358 f. + DVD. Tese (Doutorado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SOUZA, Débora de. *Aprender a nada-r e Anatomia das feras, de Nivalda Costa: processo de construção dos textos e edição*. 2012. 251 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SOUZA, Maria Clara Paixão de. *Edições críticas eletrônicas: fundamentos e diretrizes* (Primeiro esboço). IEL-UNICAMP, Jun. 2006. Site Memórias do texto: http://www.ime.usp.br/~tycho/participants/psousa/memorias/critical_hyper/ece_Frameset.html. Acesso em: jan. 2016.

TAVANI, Giuseppe. Teoría y metodología de la edición crítica de textos literarios contemporáneos. In: LITTERATURE LATINO-AMERICAINE ET DES CARAIBES DU XX SIECLE: theorie et pratique de l'edition critique. Roma: Bulzoni, 1988. p. 65-84. (Collection Archives).

TEXTUAL Scholarship. Disponível em: <http://www.textualscholarship.org/sociology/index.html>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

URBINA, Eduardo et al. Humanidades digitais, crítica textual y la edición variorum electrónica del Quijote (EVE DQ). AISPI. *Actas XXIII* (2005)... p. 223-235. Disponível em: http://cvc.cervantes.es/literatura/aispi/pdf/21/I_20.pdf>. Acesso em: 02 set. 2011.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
EDIÇÃO DE PROCESSOS-CRIME DO INÍCIO DO SÉCULO XX:
AUTOS DE DEFLORAMENTO

Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz (UEFS)
rcrqueiroz@uol.com.br

RESUMO

Através de sua atividade mais autêntica, a edição de textos, a filologia textual, nos últimos anos, tem ganhado notório destaque no meio acadêmico, haja vista o crescente número de textos editados, sejam estes antigos, medievais, modernos ou contemporâneos. Destarte, podemos compreender os estudos filológicos como um meio através do qual os textos, produzidos ao longo da história da humanidade, estão sendo preservados. Sendo assim, a filologia textual traz para o presente a memória coletiva, pois os testemunhos das atividades intelectivas de um dado povo são resgatados. Com este objetivo, buscamos trazer à tona aquilo que os insetos e a ação do ser humano não conseguiram apagar, editando semidiplomaticamente processos-crime do início do século XX, mais especificamente autos de defloramento, documentos estes sob a guarda do Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOC), órgão da Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia. Deste modo, apresentamos neste trabalho as etapas da edição semidiplomática de autos de defloramento, desde a sua seleção, passando pela descrição, culminando na edição. Com isso, trazemos a lume histórias de jovens defloradas em cidades do interior da Bahia na primeira década do século XX.

Palavras-chave: Filologia. Edição semidiplomática. Autos de defloramento.

1. Introdução

No princípio esteve a palavra. Quando a palavra nasceu, abriu-se o mundo e quando a palavra se pôde escrever, tudo se tornou possível. Uma grande dádiva, a arte de alinhar as letras compondo as palavras e formando frases. [...]. (SCHEDEL, 2003).

A partir do momento em que a humanidade dominou a técnica da escrita, o acúmulo de documentação, seja esta produzida nas tabuinhas de argila, nos papiros, nos pergaminhos, nos papéis, nas paredes, nas moedas, ou em quaisquer outros suportes, cresceu a níveis estratosféricos.

Deste modo, os arquivos, detentores em grande parte da documentação manuscrita, principalmente, são os responsáveis pela guarda, conservação, preservação e divulgação dos documentos. Naqueles são encontrados diversos tipos de documentos, manuscritos ou impressos, públicos ou privados, literários ou não, de épocas distintas.

A situação descrita anteriormente se apresenta em todo o mundo, embora haja lugares em que a escrita não se impôs e, por conta disso, não há uma documentação que a revele como meio de perpetuação da memória coletiva ou particular. No Brasil há diversas instituições responsáveis pela salvaguarda do patrimônio escrito, mesmo que esta atividade não receba das autoridades e da população em geral o reconhecimento devido.

Em se tratado de Bahia, terra onde o Brasil foi fundado pelos portugueses, há uma documentação valiosa à espera de tratamentos distintos, sejam estes relativos à digitalização, higienização, restauro, dentre outros. Com vistas a trazer à tona as informações contidas nos textos, a Filologia, em sua atividade mais nobre e mais autêntica, a edição de textos, tem como ferramentas de análises a descrição e a transcrição de documentos, oferecendo o texto na íntegra sem a necessidade de manuseio do suporte no qual foi escrito.

A partir do que foi postulado, foram selecionados documentos em arquivos baianos, com destaque para os das cidades de Santo Amaro, no Recôncavo, e de Feira de Santana, porta para o Sertão. Em Santo Amaro foi selecionado, no Arquivo Municipal, o auto de defloração de Maria Juliana (1903)²²; em Feira de Santana, no acervo do Centro de Documentação e Pesquisa – CEDOC²³, órgão da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, foram selecionados diversos autos de defloração, a saber: auto de defloração de Joanna Francisca dos Santos (1900)²⁴; auto de defloração Saturnina Maria de Jesus (1902)²⁵; auto de defloração de Maria José de Oliveira (1902-1903)²⁶; auto de defloração de Senhorinha Soares de Lima (1903)²⁷; auto de defloração de Josepha Esmina Ribeiro (1907)²⁸; auto de defloração de Ephigenia Augusta de Jesus

²² Editado por Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz.

²³ O Centro de Documentação e Pesquisa – CEDOC, possui em seu acervo documentos cedidos em comodato pelo Fórum Filinto Bastos, da cidade de Feira de Santana. Constam naqueles documentos da área cível e crime, com destaque para inventários, testamentos e todo tipo de queixa crime: arrombamento, porte ilegal de armas, curandeirismo, roubo, e os defloramentos, objeto deste trabalho.

²⁴ Editado por Bárbara Bezerra de Santana Pereira.

²⁵ Editado por Fernanda Assunção Dias Cerqueira.

²⁶ Editado por Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz.

²⁷ Editado por Jacilene Marques Salomão.

²⁸ Editado por Ivanete Martins de Jesus.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

(1907)²⁹; estes já editados pelos integrantes do Núcleo de Estudos do Manuscrito (NEMa). Há outros documentos, como queixas de estupro, editados e em vias de edição, sendo objeto de dissertação de mestrado defendida (SILVA, 2014) e em curso³⁰ no Mestrado em Estudos Linguísticos (MEL).

2. *Os autos de defloramento selecionados*

Para este trabalho, selecionamos quatro autos de defloramento: de Josepha Esmina, de Maria José, de Senhorinha Soares e de Saturnina Maria; com os quais foi procedida a edição semidiplomática, a qual requer um grau mediano de intervenção do editor, que neste caso se restringiu ao desdobramento das abreviaturas e à separação das palavras unidas e à união das palavras separadas

3. *A edição semidiplomática dos autos de defloramento*

Como dito anteriormente, o tipo de edição escolhido foi a semidiplomática, a qual preserva quase que fielmente o texto, pois a intervenção do editor é mediana. Para a execução de tal atividade, são estabelecidos alguns critérios, descritos na sessão seguinte.

3.1. Critérios de edição

- Para a descrição do documento, deve observar e anotar:
 - a) Número de colunas;
 - b) Número de linhas da mancha escrita;
 - c) Existência de ornamentos;
 - d) Maiúsculas mais interessantes;
 - e) Existências de sinais especiais;

²⁹ Editado por Analídia dos Santos Brandão.

³⁰ Damares Oliveira de Souza editará uma queixa crime de roubo seguido de estupro, processo que correu na Justiça de 1913 a 1914, em sua dissertação de mestrado, sob a orientação da profa. Dra. Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz.

- f) Número de abreviaturas;
- g) Tipo de escrita;
- h) Tipo de papel.
- Para a transcrição, deve-se:
 - a) Respeitar fielmente o texto: grafia, linhas, fólios etc.;
 - b) Fazer remissão ao número do fólio no ângulo superior direito; c) Numerar o texto linha por linha, constando a numeração de cinco em cinco;
 - d) Separar as palavras unidas e unir as separadas;
 - e) Desdobrar as abreviaturas usando itálico;
 - f) Utilizar colchetes para as interpolações: [];
 - g) Indicar as rasuras, acréscimos e supressões através dos seguintes operadores:
 - ((†)) rasura ilegível;
 - [†] escrito não identificado;
 - (...) leitura impossível por dano do suporte;
 - // leitura conjecturada;
 - < > supressão;
 - () rasura ou mancha;
 - [] acréscimo.

3.2. Descrição dos autos

Nesta sessão, são apresentadas as descrições dos quatro autos de defloramento selecionados.

3.2.1. Auto de defloramento de Josepha Esmina

Processo crime sobre o defloramento da considerada vítima, Josepha Esmina Ribeiro e o acusado, Santos Gonçalves de Oliveira. Documento constituído de 33 fólios, datado de 1907 e arquivado. Escrito com

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

tinta preta em papel *almasso*. O referido documento está disposto em única coluna, estando os fólhos 1, 3, 4, 6, 7, 8, 13, 31 e 33 apenas escritos no recto e os demais recto e verso.

No fólho 1 apresentam-se grandes manchas escuras de tinta preta à margem direita; todos os fólhos encontram-se amarelados pela ação do tempo e manuseios indevidos, e possuem todas as bordas rasgadas e amassadas. Sendo que as manchas escuras se estendem até o fólho 17v. Consta um carimbo no fólho 1r, à margem direita meio superior, com a seguinte inscrição: EPAMINONDAS VICENTE DOS REIS, ESCRIVÃO DE JURY E EXECUÇÕES CRIMINAIS, FEIRA DE SANTANA BAHIA. E ainda se encontram pequenos furos de insetos no fólho 1r. O documento é costurado pela margem esquerda, possui a seguinte dimensão: 330 mm X 220 mm; e sendo a extensão da mancha escrita dos fólhos: 280 mm X 170 mm. O fólho 15 está rasgado à margem direita, ao centro, e os fólhos 17v, 18r, 28v e 29r apresentam manchas corrosivas causadas por insetos (cupins e traças).

3.2.2. *Auto de defloração de Maria José*

Documento lavrado entre os anos de 1902 a 1903, pertencente ao Centro de Documentação e Pesquisa – CEDOC, núcleo da Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia – Brasil, assim descrito: processo-crime – subsérie: sumário. Escrito em papel almaço – com as seguintes dimensões: 222 mm X 324 mm, com tinta preta, em 19 fólhos, sendo todos no recto e no verso apenas nos seguintes: 2, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17. Contém numeração a partir do fólho 4, sendo registrada a partir do número 1. Bom estado de conservação. A vítima de defloração é a menor Maria José de Oliveira, filha de Maria Gertrudes. O delito ocorreu próximo a sua casa, em 23 de outubro de 1902. O acusado do crime é identificado como Laudelino de Tal, que fora noivo da vítima.

3.2.3. *Auto de defloração de Senhorinha Soares*

O documento possui 72 fólhos (sendo que há mancha escrita apenas, no recto, em vinte e dois fólhos; no recto e verso, em cinquenta destes), escrito em papel almaço. A capa está mais degradada em relação aos demais fólhos. Além disso, naquela há uma marca d'água com a seguinte inscrição: *Epaminondas Vincente dos Reis, escrivão de Jury execuções criminais*. Além de: Feira de Santana (espaço para data) Bahia e também

existem outros escritos em tinta vermelha: o número 26 e em tinta azul: A, M-2 e julgado em 16 de junho. No fôlio 5r, há uma mancha de cor preta dificultando um pouco a leitura. Encontra-se nos fôlios 7r, 8r e 9r uma marca de selo com a frase: *Estado da Bahia, Republica Brasileira, imposto do selo, 200 reis*. Há também uma imagem: um rosto de um homem característico do modelo greco-clássico. Entre os fôlios: 49r e 49v uma parte do jornal *O Progresso*, publicado em Feira de Santana, no dia 20 de setembro de 1908, em péssimo estado de conservação. As numerações dos fôlios estão incorretas; após o f. 41r consta como numeração 38, mas, deveria ser sinalizada como 40. Além disso, do número 49 há um salto para a numeração 56, ficando os próximos fôlios sem numeração. No mais o documento encontra-se em bom estado de conservação, apesar da ação do tempo e humana.

3.2.4. Auto de defloramento de Saturnina Maria

Documento escrito em 14 dos 19 fôlios, em papel almaço, medindo 360mm X 320mm. Bom estado de conservação, datado de 1902. A mancha escrita tem as seguintes dimensões: f. 1r - 291mm X 146mm, 28 linhas; f. 2r - 295mm X 185mm, 33 linhas; f. 2v - 204mm X 155mm, 23 linhas; f. 3r - 264mm X 179mm, 26 linhas; f. 4r - 293mm X 166mm, 30 linhas; f. 5r - 242mm X 197 mm, 28 linhas; f. 6r - 270mm X 173 mm, 24 linhas; f. 6v - 80mm X 175mm, 9 linhas; f. 7r - 305mm X 164mm, 33 linhas; f. 7v - 310mm X 162mm, 33 linhas; f. 8r - 310mm X 162mm, 33 linhas; f. 8v - 283mm X 160mm, 32 linhas; f. 9r - 294mm X 167mm, 31 linhas; f. 9v - 395mm X 160mm, 33 linhas; f. 10r - 310mm X 160mm, 27 linhas; f. 11r - 290mm X 215mm, 22 linhas; f. 11v - 165mm X 60mm, 7 linhas; f. 12r - 266mm X 215mm, 24 linhas; f. 13r - 265mm X 166mm, 24 linhas; f. 13v - 265mm X 145mm, 31 linhas; f. 14r - 285mm X 170mm, 32 linhas; f. 14v - 245mm X 185mm, 27 linhas. Sinais especiais: Timbre – “Thezouro do Estado da Bahia” – nos seguintes fôlios: 3r, 5r, 6r, 6v, 11r, 11v, 12r. Selos: f. 3r – dois – um impresso e o outro colado; f. 6r – um impresso; f. 11r – dois selos, um impresso e outro colado; f. 12r – dois selos, um impresso e outro colado; 13r – um selo federal.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

3.3. Edição semidiplomática dos autos de defloramento

3.3.1. Auto de Josepha Esmina

f. 2r

Illustríssimo Senhor Doutor juiz de Direito

A. Recebi a denuncia; proceda-se ao sum-
mario da culpa no dia que designar o

5 Escrivão feitas, as necessarias instaura-
ções, Feira, 27 Abril de 1907.

Dia 11 de Maio

[Rubrica]

O Promotor Publico da Comarca, no desem-
penho de suas atribuições e baseado nas

10 diligencias policiais, constantes do inqu-
rito feito, vem denunciar o individuo
de nome Santos Gonçalves de Oliveira, re-
sidente na fazenda “Mungunzá”, deste termo,
por haver, no dia 24 de Dezembro do

15 anno passado, nesta Comarca, deflorado
a menor Josepha Esmina Ribeiro, usando
para a consecução desse fim, de promes-
sas de casamento, dizendo-se noivo da
mesma para ter ingresso em sua casa
20 e mais facilmente poder realizar o seu
intuito libidinoso.

Assim, offerece o Promotor Publico a
presente denuncia que, recebida e julga-
da provada seja o denunciado punido

25 no maximo das penas do *artigo* penal, por
terem concorrido os agravantes das *linhas*
2, 4, 6, do *artigo* do *código Citado*

A. procedam-se aos mais termos da lei
para a formação da culpa, sciente o de-

30 nunciado *para* se ver processar e esta
promotoria que, requer se requisite do
reverendíssimo Parocho a respectiva Certidão de idade
da menor offendida.

3.3.2. Auto de Maria José

f. 8

5

Auto de corpo de Delicto no
defloramento da menor *Maria*
Jose de Oliveira

5 Aos vinte cinco dias do mes de
Outubro de mil novecentos e dous,
nesta Cidade da Feira de *Sant'Anna*
as onse horas do dia, em casa da
residencia do Commissario de Policia
Major Jose Antonio Guimaraes, on-
10 de escrivão do seo cargo abaixo assi-
gnado fui vindo, prezente os peri-
tos nomeados os Doutores Fabio
Lira dos Santos e Manoel Marcolino
da Silva Pimentel, profissionaes, e
15 as testemunhas abaixo fermadas, to-
dos residentes nesta mesma Cidade,
o Commissario, depois de terem os

20 ditos peritos declarado que, sobre pa-
lavra de homra, se compromettiam
a cumprir bem e fielmente os seus
deveres, os encarregou de procederem
a exame na pessoa da offendida, a
menor Maria José de Oliveira, e que
respondessem os quesitos seguintes:

25 1° Houve com effeito o defloramento?
2° Qual o meio empregado? 3° Houve
Copula Carnal? 4° Houve violencia
para fins libidinosos? 5° Quais foram
essas violencias? Em consequencia
30 passaram os peritos a fazer os exames
e investigações ordenadas e as que julgavão
necessarias; concluidas as quaes decla-
ravam o seguinte: - Delaceração do

Guima-
raes

Quesitos

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

3.3.3. *Auto de Senhorinha Soares*

		2
	<i>Ilustríssimo Senhor</i> Juiz de Direito	f.3r
	Procêda-se ao sumario no dia que marcar	
	o Escrivão, intimando as testemunhas	
5	para deporem, por mandado, o denun-	
	ciado <i>para</i> se vêr processado, com sciencia do <i>Doutor</i>	
	Promotor Publico sob as penas da lei.	
	O Promotor Publico da Comarca usan	
	do das atribuições que lhe conferi a le	
10	gislação em vigor vem perante <i>Vossa Senhoria</i> denun-	
	ciar a Alexandre Adriano de Almeida	
	por haver, no dia 27 de Dezembro do	
	anno corrente, na Freguesia de Tan	
	quinho, desta cidade, deflorado a me	
15	nor Senhorinha Soares de Lima, do	
	fato que passa a narrar.	
	Estando em sua casa, no logar	
	acima referido, a menor offendida	
	com seus irmãos, tambem de menor	
20	idade e achando-se ausente Anto-	
	nio Julião de Lima, pai dos me	
	nores, eis que, aparece Alexandre	
	Adriano de Alemida a procura	
	de Senhorinha para comprar	
25	ovos; Senhorinha dirige-se <i>para</i>	
	uma velha casa contigua, onde	
	os tinha guardado, afim de bus-	
	calos para vender, é acompanha	
	da por Adriano que em chegando,	
	a leva por terra, subjulga-a	
30	impossibilitando-a de resistir e de	
	fender-se, attenta a sua impossibili-	
	dade de forças e idade e satis-	

3.3.4. Auto de Saturnina Maria

		f.2r
	Illustrissimo Senhor Doutor Juiz de Direito	
	D. e A, aceito a denuncia para iniciar-se	
	a instrução da culpa; expeça-se mandado para	
	a intimação das testemunhas, a fim de deporem	
5	no dia, hora e lugar que designar o escrivão	
	O promotor publico, no exercício de suas atribuições, vem perante Vossa <i>Senhoria</i> denunciar a Bernardo	
	da Motta Aragão por ter deflorado a menor	
	Sarturnina Maria de Jesus, na fazenda denominada Lagôa, do districto de <i>Santa</i> Barbara deste termo	
10	onde reside a dita menor com a sua mãe Catharina	
	Maria de Jesus, facto este dado em Novembro	
	do anno proximo passado: o denunciado assim procedendo inscrito nas penas do artigo 267 do <i>Codigo</i>	
15	Penal.	
	E para que o mesmo seja punido se offerece a presente denuncia que se espessa seja recebida e afinal julgada provada, requer se proceda as demais deligencias	
	<i>para</i> formação da culpa, intimando-se as testemunhas ar	
20	roladas para deporem no dia que for designado	
	com sciencia do denunciado e esta promotoria. Outrosim seguem-se no interior da justiça	
	se expeça mandado de prizão contra o mesmo em	
	vista das provas existentes e o mais que dos	
25	presentes autos constar como theor proceda-se [...]	
	respectivas- Testemunhas	
	Francisco Pereira de Carvalho - Jorgea Maria de Jesus	
	Manuel Pedro de Araujo – Benedicto Ribeiro de Souza	
	Rozendo Nunes de Lima - todos rezidentes no districto de	
30	<i>Santa</i> Barbara.	
	Feira 11 de março de 1902	
	O Promotor publico	
	Moises Elpidio d'Almeida	

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

4. *Considerações finais*

Os autos de defloração são documentos ricos de informações acerca dos processos que envolveram jovens defloradas no início do século XX. O papel da justiça foi de suma importância para que muitos casos fossem resolvidos, bem como a medicina legal, a qual atuou na verificação física do crime, através dos exames de corpo de delito. Editar esses documentos, trazer à tona as histórias dessas jovens, muitas iludidas com as promessas de casamento, outras vítimas mesmo da violência masculina, fruto de séculos de dominação sobre o corpo feminino, o qual o homem se acha dono, faz-se imprescindível não só para a filologia, mas para diversas outras áreas, como a história, o direito, a medicina, a antropologia, dentre outras.

Para a filologia, resgatar esses documentos do ostracismo é, também, dar-lhe vida, é fazer submergir o que estava empoeirado, sendo devorado pelas traças e cupins. Nas palavras de Spina (1994, p. 83), a atividade filológica tem três funções primordiais, as quais se encerram na função substantiva, na qual se restitui o texto à sua forma genuína; a função adjetiva, na qual se deduz do texto o que ele traz, como autoria, datação, etc.; e a função transcendente, em que o filólogo não só reconstitui o texto, mas a vida espiritual do povo ou da comunidade que o produziu. Deste modo, o labor filológico, a partir das três funções, é erudito, é investigativo, é histórico e cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *A escrita no Brasil Colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos*. 2. ed. Recife: UFPE / Fundação Joaquim Nabuco / Editora Massangana, 2003.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. *Noções de paleografia e diplomática*. Santa Maria: UFSM, 1991.

CAMARGO, Célia Reis. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1999, p. 49-63.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CEDOC. Disponível em: <<http://www5.uefs.br/cedoc>>. Acesso em: 29-06-2016.

QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. (Org.). *Documentos do acervo de Monsenhor Galvão*: edição semidiplomática. Feira de Santana: UEFS, 2007.

_____. *Manuscritos baianos dos séculos XVIII ao XX*: livro de notas de escrituras, vol. 1. Colaboração de Liliane Lemos Santana e Daiane Dantas Martins. Salvador: Quarteto, 2007.

SCHEDDEL, Theresa. *O mosteiro e a coroa*. Barcarena (Portugal): Editorial Presença, 2003. Disponível em: <<http://www.presenca.pt/editorial/premio-maxima-literatura-2004>>. Acesso em: 29-06-2016.

SILVA, Daianna Quelle da Silva Santos da. *Entre a escrita e a sexualidade: edição semidiplomática e estudo léxico-semântico do processo crime de Maria Possidonia de Jesus (1907)*. 2014. 172 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Departamento de Letras e Artes, Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana-BA.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica*: crítica textual. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Ars Poetica / Universidade de São Paulo, 1994.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
O SERTÃO BAIANO
ATRAVÉS DE SEU PATRIMÔNIO DOCUMENTAL:
EDIÇÕES FILOLÓGICAS DE TESTAMENTOS
DA FAMÍLIA FRÓES DA MOTTA DE FEIRA DE SANTANA

Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto (USP/UEFS)
nilce11.barreto@gmail.com

RESUMO

A filologia é concebida como a ciência do texto escrito desde o século III a. C. quando os estudiosos da língua começaram a se reunir e realizar edições dos textos de Homero na Antiga Biblioteca de Alexandria, no Egito. Desde então, o trabalho do filólogo se caracteriza como a atividade de fixar, comentar e interpretar textos representativos de determinado período histórico, o que possibilita a “perpetuação” das informações contidas naqueles. Dito isto e partindo dos pressupostos teórico-metodológicos adotados pela filologia moderna, apresentaremos, neste trabalho, as edições fac-similar (fotografia digital do documento, a qual permite a reprodução fiel daquele) e a semidiplomática (transcrição *ipsis litteris* de todas as informações constantes no texto, interferindo apenas no que concerne ao desdobramento de abreviaturas, e união das palavras separadas e separação das palavras unidas, com a finalidade de facilitar a leitura do texto para o público em geral) do Testamento de Dona Maximiana de Almeida Motta, matriarca da influente família Fróes da Motta, na cidade de Feira de Santana – BA, no início do século XX. Também é importante ressaltar que o referido *corpus* possui 9 fôlios, escritos no recto e no verso, em tinta preta, localizada na estante 06, caixa 166 e documento 2569 no Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOC), na Universidade Estadual de Feira de Santana – BA. Portanto, apresentaremos tanto as edições semidiplomática e fac-similar, quanto os aspectos codicológicos do referido *corpus*, no que se refere à existência ou não de selos, carimbos, manchas, borrões, tipo de escrita, intervenção ou não de terceiros etc.

Palavras-chave: Patrimônio documental. Edição filológica. Família Fróes da Motta.

1. Para começar o nosso diálogo...

Incontestavelmente, a filologia é a ciência que anda de “mãos dadas” com a história, as culturas e as sociedades atuais e/ou pretéritas. Ao se falar em textos escritos, objeto de estudo da filologia, somos levados à perscrutar os arquivos públicos e/ou privados em busca de salvaguardar todo o patrimônio documental de uma dada sociedade, de uma família ou uma pessoa em particular. Assim, o fazer filológico vai-se consolidando como uma atividade indispensável às pesquisas linguísticas, antropológicas, históricas, geográficas, biológicas etc. já que todo documento carrega

consgo uma ou várias histórias que merecem ser preservadas das ações do tempo e contadas às gerações posteriores à nossa.

Dito isto, lançamos mão do aparato teórico-metodológico disponibilizado pela crítica textual, com o objetivo de trazer à tona edições de textos confiáveis aos diversos interesses de pesquisadores. Com isso, editar filologicamente um texto significa oferecer a um determinado público um material preparado minuciosamente para atender às demandas de pesquisas que versem sobre a língua, a história do homem, os espaços urbanos e até sobre a existência de patologias existentes em épocas pretéritas. Assim, nos documentos, são encontradas informações importantíssimas sobre os lugares e as pessoas envolvidas em cada documento de uma determinada época, o que pode, conseqüentemente, revelar o *modus vivendi* e o *modus operandi* das populações, de modo geral.

Partindo desse pressuposto, apresentamos, a seguir, o testamento de Dona Maximiana de Almeida Motta, matriarca da família Fróes da Motta, de Feira de Santana – Ba, pertencente ao acervo do Centro de Documentação e Pesquisa, doravante CEDOC, localizado na Universidade Estadual de Feira de Santana – BA. Neste manuscrito de domínio público, datado de 1918, são descritos todos os bens adquiridos e inventariados no testamento da referida senhora, que foi esposa, por mais de 40 anos, do intendente da cidade de Feira de Santana no início do século XX, o Coronel Agostinho Fróes da Motta, pessoa influente político e socialmente no período em questão.

Partindo disso, organizamos este trabalho em quatro seções, que tratarão dos testamentos da família Fróes da Motta, disponíveis no CEDOC, mais especificamente do de Dona Maximiana de Almeida Motta, do levantamento de alguns aspectos codicológicos constantes nos documentos, dos critérios filológicos adotados para a descrição e a transcrição do *corpus*, bem como da disposição justalinear das edições fac-similar e semidiplomática de um fôlio do referido testamento da distinta senhora. Por fim, apresentamos as conclusões finais a que chegamos e perspectivas futuras de investigação nos referidos testamentos.

2. Destrinchando o corpus filologicamente

Sabe-se que a família Fróes da Motta foi muito influente na cidade de Feira de Santana durante, principalmente, as três primeiras décadas do século XX. Assim, por se tratarem de pessoas com um extenso patrimônio

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

econômico, que versa desde muitos imóveis a títulos de capitalização não é de se admirar que os bens deixados pelos referidos membros dessa família fossem inventariados em muitas páginas de documentos.

Sobre os Fróes da Motta, Reis (2012) afirma que o senhor Agostinho Fróes da Motta adquiriu primeiras núpcias em 1875 com a senhora Maximiana de Almeida Motta, com quem teve 6 filhos, a saber: Albertina, Arthur, Augusto, Amália, Adalgisa e Eduardo, dos quais este último foi o filho que se tornou o representante legal dos bens deixados por seus pais, após as suas respectivas mortes.

Sabe-se também que o patriarca da família foi um grande exportador de fumo, que emprestava dinheiro a juros, que possuía várias casas de aluguel, comércio de gado e ainda atuava como banqueiro, o que favoreceu o crescimento significativo de sua fortuna. Além disso, foi intendente na cidade de Feira de Santana entre 1914 a 1918, período em que construiu escolas na Rua dos Remédios destinadas aos pobres, também participou da comissão que construiu a escola, em 1916, chamada Grupo Escolar Dr. J. J. Seabra, atual Centro Universitário de Cultura e Arte – CUCA. Criou também mais duas escolas em 1917: uma na Rua dos Remédios denominada Escola Municipal, que atualmente chama-se Escola Maria Quitéria e outra situada na Rua Senhor dos Passos, denominada Escola João Florêncio, atual Arquivo Público Municipal de Feira de Santana.

Entretanto, apesar da construção dessas escolas, supõe-se que Agostinho Fróes da Motta possuía “instrução incompleta”, pois não há registro documental dizendo onde e nem quando ele recebeu instrução, o que não impossibilitou que os Fróes da Motta se tornassem a família mais afortunada em Feira de Santana nas primeiras décadas do século XX.

Como símbolo de riqueza e luxo, os Fróes da Motta construíram o Casarão Fróes da Motta – denominada vila, um palacete em estilo neoclássico, que funcionou primeiro como residência do coronel Agostinho Fróes da Motta e, depois, de seu filho Eduardo Fróes da Motta. Trata-se de um casarão construído no final do século XIX, sendo reformado pela primeira vez em 1923-1924.

Entretanto, apesar de ser um “homem de negócios”, a vida pessoal do Coronel Agostinho Fróes da Motta sempre foi muito agitada, principalmente porque possuía um romance extraconjugal, público e durante muitos anos, com Dona Guilhermina de Almeida, com quem teve um filho ilegítimo, e a qual se tornou a sua segunda esposa, após a morte de Dona Maximiana de Almeida Motta. Além disso, a sua relação com os filhos

variava desde muita empatia, como nos casos dos filhos Arthur, Eduardo, Alberto, Augusto, Albertina e Adalgisa com quem tinha uma extrema relação afetiva à um sentimento de rejeição, como no caso da filha Amália, já que esta foi deserdada em seu testamento por apresentar um comportamento desaprovado pelo pai.

Sobre D. Maximiana de Almeida Motta, sabe-se que era uma mãe amável, esposa dedicada, mas que, à beira da morte, rebelou-se contra o seu marido, por este possuir um romance extraconjugal, escancarado socialmente durante muitos anos. Em vista disso, D. Maximiana de Almeida Motta retira o nome de seu marido de seu testamento, deixando os seus bens para o seu filho mais novo, o Dr. Eduardo Fróes da Motta, e para instituições de caridade, como orfanatos, igrejas e asilos, além de favorecer os seus compadres, amigos da família, no seu testamento. Assim, os filhos, os compadres e as instituições públicas tornam-se os seus principais herdeiros, já que a referida senhora possuía uma herança substancial.

Portanto, por se tratar de uma família muito rica, ao todo, estão disponíveis, no CEDOC, 9 testamentos de membros da família Fróes da Motta, como pode ser visualizado na tabela a seguir:

DOCUMENTO	QUANTIDADE DE FÓLIOS	PERÍODO	PARTES INTERESSADAS	LOCALIDADE	LOCALIZAÇÃO NO CEDOC
Processo Cível - Subsérie: Inventário - Tipologia: Testamento	18	1912-1914	José Borges da Motta e dona Anna Victoria Borges	Bonfim de Feira - lavrado em Feira de Santana	Estante 01, Caixa 02 e Documento 17
Processo Cível - Subsérie: Inventário - Tipologia: Testamento	9	1918	Maximiana de Almeida Motta e Eduardo Fróes da Motta	Feira de Santana - lavrado em Feira de Santana	Estante 06, Caixa 166 e Documento 2569
Processo Cível - Subsérie: Inventário - Tipologia: Testamento	9	1922	Agostinho Fróes da Motta e Eduardo Fróes da Motta	Feira de Santana - lavrado em Feira de Santana	Estante 06, Caixa 166 e Documento 2573
Processo Cível - Subsérie: Inventário - Tipologia: Volumes I, II, III e IV do Inventário de Agostinho Fróes da Motta	Volume I: 164 Volume II: 216 Volume III: 172 Volume IV: 219 TOTAL: 771	1922-1925	Agostinho Fróes da Motta e Eduardo Fróes da Motta	Feira de Santana - lavrado em Feira de Santana	Estante 06, Caixa 175 e Documento 2887
Processo Cível - Subsérie: Inventário - Tipologia: Testamento	26	1933	Anna Victoria Motta e Luiz Jose de Mello	Localidade de Almas - lavrado em Feira de Santana	Estante 05, Caixa 123 e Documento 1669

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Processo Cível - Subsérie: Inventário - Tipologia: Testamento	5	1933	Anna Victoria Motta e Luiz José de Mello	Localidade de Almas - lavrado em Feira de Santana	Estante 06, Caixa 169 e Documento 2670
Processo Cível - Subsérie: Inventário - Tipologia: Testamento	12	1940-1943	Albertina de Almeida Motta e Arthur Fróes da Motta	Feira de Santana - lavrado em Feira de Santana	Estante 06, Caixa 171 e Documento 2716
Processo Cível - Subsérie: Inventário - Tipologia: Testamento	326	1951-1959	Arthur Fróes da Motta e Francelina Carneiro da Motta	Feira de Santana - lavrado em Feira de Santana	Estante 03, Caixa 78 e Documento 945
Processo Cível - Subsérie: Inventário - Tipologia: Testamento	6	1951	Arthur Fróes da Motta e Francelina Carneiro da Motta	Feira de Santana - lavrado em Feira de Santana	Estante 06, Caixa 166 e Documento 2571

Tabela 1: Lista de inventários da família Fróes da Motta, disponíveis no CEDOC/ UEFS

Como se pode identificar na tabela apresentada, há vários inventários pertencentes à família Fróes da Motta. O primeiro deles se trata do testamento do senhor José Borges da Motta, provavelmente o pai do coronel Agostinho Fróes da Motta, lavrado entre 1912 a 1914 com 18 fólios escritos no recto e verso, o qual apresenta a maioria dos fólios bem conservados. O segundo testamento, de 18 fólios escritos no recto e verso, de 1918, é o de Dona Maximiana de Almeida Motta, primeira esposa do coronel Agostinho Fróes da Motta e mãe de seus 6 filhos. É importante ressaltar que este documento se encontra em bom estado de conservação.

O terceiro e o quarto documentos são o inventário do coronel Agostinho Fróes da Motta, sendo que o terceiro, com apenas 9 fólios, foi escrito ainda em vida do inventariado e o outro, após a sua morte, tendo como inventariante o seu filho caçula, o Dr. Eduardo Fróes da Motta. O quarto inventário possui um total de 771 fólios escritos no recto e verso, subdividido em 4 volumes com quantidades de fólios distintas, visto que o primeiro volume possui 164 fólios, o segundo 216, o terceiro 172 e o quarto 219. O quinto e o sexto testamentos são de Dona Anna Victoria Motta e do senhor José Luiz de Mello, lavrados em 1933, sendo o primeiro escrito em 26 fólios e o segundo em 5.

O sétimo testamento pertence a dois dos filhos do coronel Agostinho Fróes da Motta com Dona Maximiana de Almeida Motta: Albertina de Almeida Motta – inventariada - e Arthur Fróes da Motta - inventariante, lavrado entre 1940 a 1943 e escrito em 12 fólios escritos no recto e no verso. Os dois últimos e mais recentes inventários são do filho farmacêutico do coronel Agostinho Fróes da Motta, Arthur Fróes da Motta – inventariado – e de sua esposa Francelina Carneiro da Motta – inventariante, escritos entre 1951 a 1959 com 326 fólios o primeiro e 6 o segundo.

Para finalizar esta sessão, há de se ressaltar que os documentos, aqui apresentados, estão em razoável estado de conservação, já que há alguns deles que estão muito bem conservados e outros com alguns fólhos já bastante deteriorados. Também há documentos que apresentam algumas manchas, borrões, muitos selos, carimbos, rasgados, alguns fólhos datiloscritos, muitos formulários impressos, preenchidos manualmente e que foram inseridos dentro dos documentos, etc. Entretanto, neste trabalho, apresentaremos nas sessões seguintes os critérios e as edições filológicas apenas do primeiro fólho do testamento de Dona Maximiana de Almeida Motta, por se tratar de um documento pertencente à matriarca da família e, em outra ocasião, apresentaremos o do patriarca, o Coronel Agostino Fróes da Motta e os de seus filhos.

2.1. Critérios adotados para a descrição e a transcrição do *corpus*

A fim de facilitar a leitura do referido documento, elencamos os seguintes critérios para a descrição e transcrição, baseados em Queiroz (2007):

Para a descrição, verificamos:

- a) Número de colunas;
- b) Número de linhas da mancha escrita;
- c) Existência de ornamentos;
- d) Maiúsculas mais interessantes;
- e) Existências de sinais especiais;
- f) Número de abreviaturas;
- g) Tipo de escrita;
- h) Tipo de papel.

Na transcrição, decidimos:

- a) Respeitar fielmente o texto: grafia, linhas, fólhos etc.;
- b) Fazer remissão ao número do fólho no ângulo superior direito;
- c) Numerar o texto linha por linha, constando a numeração de cinco em cinco;
- d) Separar as palavras unidas e unir as separadas;

**II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA**

- e) Desdobrar as abreviaturas usando itálico;
- f) Utilizar colchetes para as interpolações: [];
- g) Indicar as rasuras, acréscimos e supressões através dos seguintes operadores:
 - ((†)) rasura ilegível;
 - [†] escrito não identificado;
 - (...) leitura impossível por dano do suporte;
 - // leitura conjecturada;
 - < > supressão;
 - () rasura ou mancha;
 - [] acréscimo.

2.2. Descrição do testamento de D. Maximiana de Almeida Motta

O testamento de D. Maximiana de Almeida Motta é um documento escrito em tinta preta, em papel almaço, letra cursiva, em 9 fólios escritos no recto e no verso, lavrado na cidade de Feira de Santana em 1918. O manuscrito apresenta uma ficha catalográfica, como pode ser observada a seguir (figura 1), inserida pelos estagiários do CEDOC/UEFS no primeiro fólio do documento, a fim de facilitar a catalogação e localização do referido testamento em uma das caixa-arquivo do acervo. Também há um carimbo na parte superior direita e uma datação (1918) rasurada em tinta azul na margem superior esquerda, ambos no fólio 1r (figura 2). Há também assinaturas do Dr. João Carneiro Vital, tabelião da Comarca de Feira de Santana, ao longo do documento, como pode ser verificado na figura 3. Além disso, observa-se a existência de uma seta vertical feita pelo tabelião, no fólio 4r, como exposta na figura 4. No fólio 5v, há um trecho do texto escrito de cabeça para baixo e também manchas ocasionadas pela aplicação de um carimbo, como podem ser constatados na figura 5. Por fim, há também um formulário preenchido, que se encontra dentro do documento (figura 6).

	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA	CLASSIFICAÇÃO		
	LEVANTAMENTO GERAL DOS NÚCLEOS DOCUMENTAIS	E	Cx	Doc
		06	266	2569
NÚCLEO: FÓRUM DESEMBARGADOR FILINTO BASTOS				
SECÃO: JUDICIÁRIO		SÉRIE: <i>Carteis</i>		
SUBSÉRIE: <i>Instrumentos</i>		TIPOLOGIA: <i>Testamentos</i>		
COMARCA: FSA		Nº FOLHAS: <i>09</i>		
LOCALIDADE: <i>FSA</i>		PERÍODO: <i>1918-1918</i>		
PARTES E/OU INTERESSADOS				
<i>I - Maximiana de Almeida Mattos</i>				
<i>II - Eduardo Traves da Mattos</i>				
OBS.: _____				

Figura 1: Ficha catalográfica no fólio 1r.

Fonte: CEDOC/ UEFS. Fotografia: Josenilce Rodrigues de O. Barreto

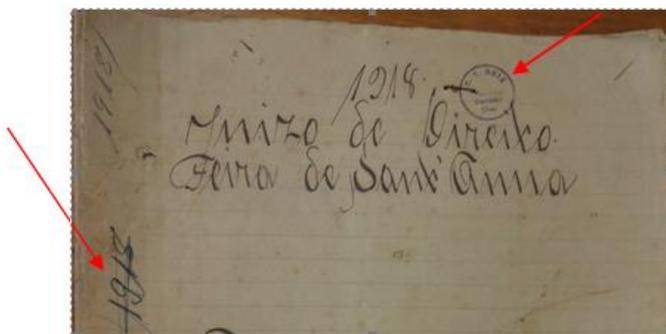


Figura 2: Existência de um carimbo e de uma datação rasurada.

Fonte: CEDOC/ UEFS. Fotografia: Josenilce Rodrigues de O. Barreto

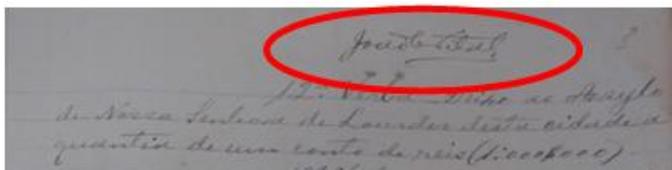


Figura 3: Assinatura do Dr. João Carneiro Vital.

Fonte: CEDOC/ UEFS. Fotografia: Josenilce Rodrigues de O. Barreto

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

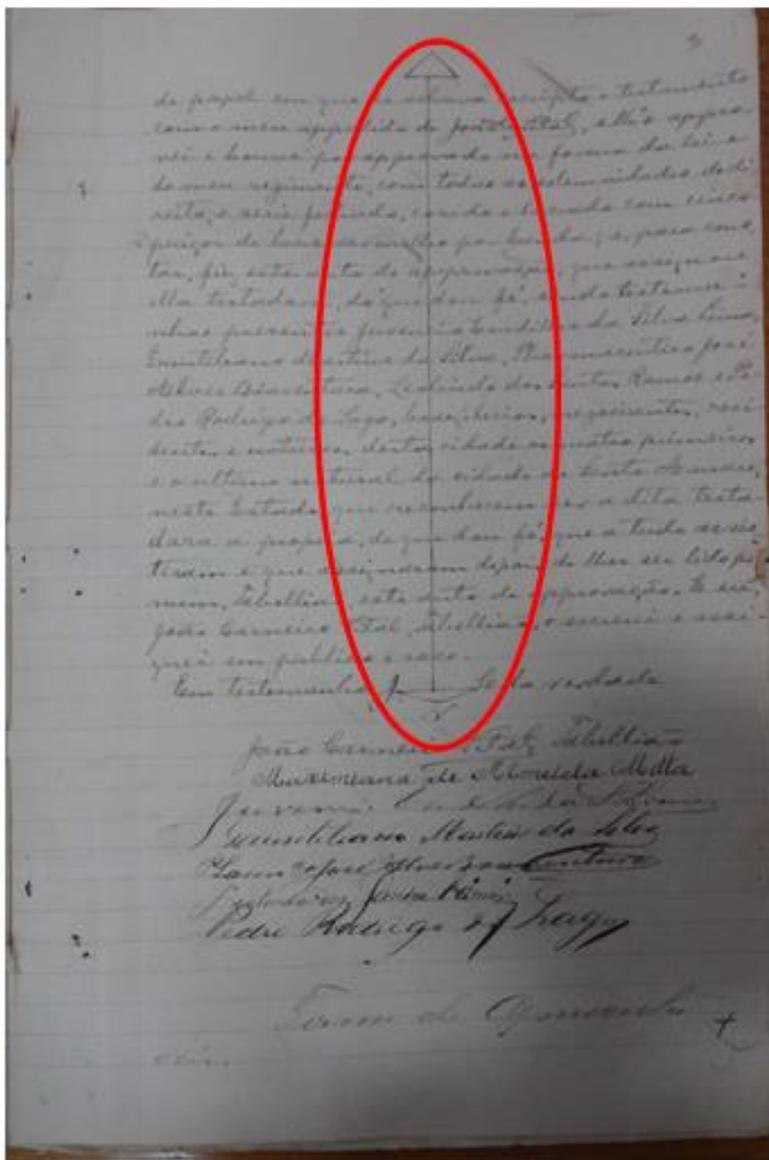


Figura 4: Seta vertical feita pelo Dr. João Carneiro Vital.
Fonte: CEDOC/ UEFS. Fotografia: Josenilce Rodrigues de O. Barreto

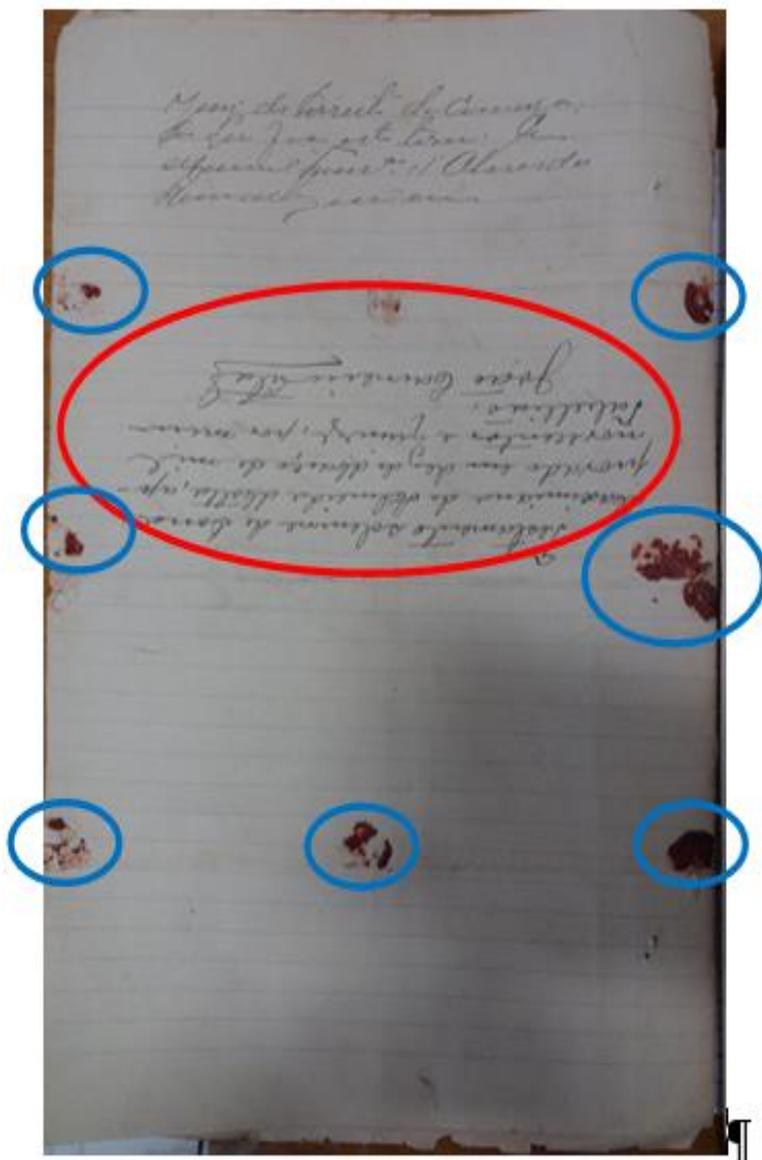


Figura 5: Trecho escrito de cabeça para baixo, em vermelho, e manchas ocasionadas pela aplicação de carimbo, em azul.
Fonte: CEDOC/UEFS. Fotografia: Josenilce Rodrigues de O. Barreto

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

ez N.º 73 Exercício de 1918

Imposto de Custas Judiciais N.º 73 R\$. 2.000

O fl. 16 do livro da Receita fica lançada a debito do Collector
Dionicio da Silva Daltos, que paga a favor
Eduardo Trés da Motta 1.º testamenteiro dos bens
deixados por falecimento de sua Mãe D. Maximiana de Almeida Motta,
a quantia de dois mil reis

proveniente do imposto de
custas judiciais pertencentes ao Es-
tado, da abertura do testamento feita
pelo Com.º Sr. Juiz de Direito da
Comarca

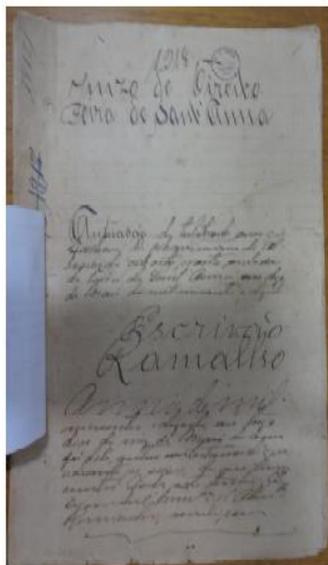
Collectoria de Serra de Sant'Anna do Estado
da Bahia, em 23 de Maio de 1918

O Collector
Dionicio da Silva Daltos O Escrivão,
Aguiar M. Almeida

Figura 6: Formulário preenchido.
Fonte: CEDOC/UEFS. Fotografia: Josenilce Rodrigues de O. Barreto

2.3. As edições fac-similar e semidiplomática do testamento de Dona Maximiana de Almeida Motta

2.3.1. Edições fac-similar e semidiplomática do fôlio 1r do testamento de Dona Maximiana de Almeida Motta



1918 f. 1r
JUIZO DE DIREITO
FEIRA DE SANT'ANNA

5

10

Antucação da [...] com que
falleceu Dona Maximiana de Al-
meida Motta, nesta cidade
da Feira de Sant' Anna aos doze
de Maio de mil novecentos e dezotto.

20

ESCRIVÃO
RAMALHO

25

ANNO DE MIL
novecentos e dezotto, aos treze
dias do mez de Maio do anno
foi dito, nuto em testamento que
adiante se segue: do que [...]
[...] faço este termo. Eu,
Manuel Francisco d'Almeida

30 Ramalho, escrivão escrevi

3. Considerações finais

Incontestavelmente, entende-se que todo texto escrito carrega consigo informações, objetivos e contextos específicos relacionados à sua produção. Logo, não é de se admirar que, do ponto de vista social, as sociedades sejam induzidas a produzir, a todo momento, textos que sejam meios de veiculação e perpetuação de informações além-tempo. Sendo assim, quando nos debruçamos sobre uma gama enorme de documentação armazenada em arquivos públicos, acabamos nos deparando com os mais variados gêneros textuais, assuntos e fontes de pesquisa sobre a nossa própria história, o que nos leva a conhecer, a contar e a preservar, através do labor filológico, tal documentação. A partir disso, surge a Filologia como a ciência que examina minuciosamente o texto escrito.

Entretanto, apesar de se tratar de um trabalho em fase inicial, já que apenas fizemos um levantamento dos testamentos da família Fróes da

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Motta constantes no CEDOC/UEFS, já pode-se notar que, através das edições fac-similar e semidiplomática de um dos documentos apresentados neste trabalho, poderemos conhecer informações importantes sobre a cidade de Feira de Santana no início do século XX, sobre as relações familiares da Família Fróes da Motta, sobre a língua portuguesa no período em que tais textos foram escritos, levantar os aspectos paleográficos e codicológicos, etc., o que ratifica o labor filológico como uma atividade extremamente importante para a preservação do patrimônio histórico-linguístico-cultural presente nos manuscritos, especialmente os do Sertão baiano.

Portanto, longe de serem considerações finais, este texto nos aponta o quão ricos de informações são os testamentos acerca dos bens e da vida dos Fróes da Motta, mas, principalmente, dá-nos indícios das inúmeras possibilidades de estudo a partir daqueles, já que o texto escrito é um verdadeiro manancial de informações importantes sobre determinada época, sociedades, culturas e línguas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. Introdução metodológica. In: _____. (Org.). *Documentos do acervo de Monsenhor Galvão*: edição semidiplomática. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2007, p. 23-34.

REIS, Wagner Alves. *Agostinho Fróes da Motta: trajetórias e conquistas de um “homem de cor” em Feira de Santana (1856-1922)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História). – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana.

**TRAÇOS DA CIDADE DO SALVADOR
EM MANUSCRITOS QUINHENTISTAS**

Maria das Graças Telles Sobral (UFBA/Cidade)
sobralmg2@gmail.com

RESUMO

Preservar documentos escritos é preservar a memória de um povo. Na perspectiva de resgate, recuperação, conservação de documentos que trazem informações sobre a formação e desenvolvimento da sociedade baiana, fez-se um recorte dos documentos do *Livro Velho do Tombo*, pertencente ao acervo do Mosteiro de São Bento da Bahia, datados originalmente do século XVI, para a realização de uma edição semidiplomática. O conjunto de manuscritos do século XVI, de teor jurídico, traz à baila referências sociais, culturais, geográficas, históricas e políticas, possibilitando o acesso a fatos históricos, disponibilizando aos linguistas um texto com as suas características textuais originais, para diversos estudos sobre a língua como também evita o desgaste ocasionado pelo manuseio do texto original.

Palavras-chave: Cidade de Salvador. Manuscritos. Memória. Edição semidiplomática.

O Mosteiro de São Bento da Bahia é detentor de um acervo que possui documentos de valor inestimável que contam a história da Bahia, de um período de cerca de 300 anos, relativos aos séculos XVI, XVII, XVIII. Nesse acervo encontra-se a coleção dos *Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia* que teve o reconhecimento no Registro Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO em 17 de outubro de 2012.

A coleção completa dos *Livros do Tombo*, segundo Andrade (2012, p. 12), “é composta por, pelo menos seis livros [...]”, dentre eles está o *Livro Velho do Tombo* que contém os registros do patrimônio material dos monges beneditinos, datados de 1568 a 1716, trasladados no século XVIII. O *Livro Velho do Tombo* foi criado com a finalidade de conservar os registros do patrimônio material dos Mosteiro de São Bento da Bahia, como se pode constatar no pedido feito pelo Abade do Mosteiro, **Fig. 1**, transcrito pelo escrivão Lourenço Barbosa.

O conjunto de manuscritos editados abrange o período de 1568 a 1596, é composto por 11 documentos, perfazendo um total de 37 fólios. São documentos notariais, caracterizados por Belloto (2002, p. 13) como “[...] documentos que, emanados das autoridades supremas, delegadas ou legitimadoras (como é o caso dos notários), são submetidos, para efeito de

**II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA**

validade, à sistematização imposta pelo Direito”. Possuem, portanto, características da comunicação jurídica, sua linguagem é prescritiva e descriptiva, visto que tem como objetivo assegurar direitos.

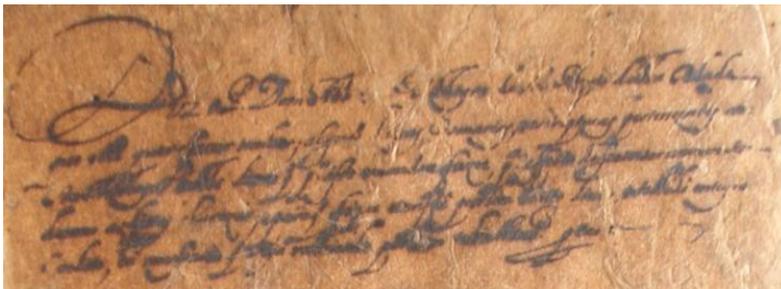


Fig. 1 – Folha de guarda do Livro Velho do Tombo. Fonte: Banco de dados do Projeto edição semidiplomática do Livro Velho do Tombo do Mosteiro de São Bento

Transcrição

Diz o P(adre) Dom Abb{ade} do Mosteyro de S(ão) Bento desta Cidade que elle quer fazer tombar alguãas {doações} Cesmarias e escripturas pertencentes ao seo Mosteyro neste Liuro q(ue) p(ar)a isso omandou fazer, p(ar)a effeito deseconseruaren sem damno asditas clarezas, epara q(ue) fique com fee publica o ditto Liur{o} eselhe de in-teyro
Credito he necessario q(ue) seja rubricado por mim taballião publico

O Quadro 1 apresenta a relação dos manuscritos quincentistas cuja identificação corresponde à do *Livro Velho do Tombo*. Não há uma sequência numérica para o conjunto dos documentos do século XVI, a numeração dos fólios segue a ordem em que foram transladados no *Livro Velho do Tombo*.

1568	Sesmaria dada no anno de 1568 a Catherina Al(uare)z daterra de Villa velha atheo Ribeiro, o qual deixou ad(it)a terra aeste Conuento	38v ^o - 40r ^o
1577	Escriturap elaqual foram dadas em dote húns chaos ECasas sitos navilavela aAyres deRocha as que aodespois ouue<mos>p(or)Compra <do>/ [↑p(or)[P(adr)eVig(a)r(i)o Matheus Vas detras de N(ossa) S(enhora) da Vitoria digodoP(adr)e Vig(a)r(i)o Niculao G(onça)l(ve)z	68r ^o - 69r ^o
1578	e escritura dozchaos eCazas que foram do P(adr)eVigario Matheus Vas digo do P(adr)eVigario Niculao G(onça)l(ve)z que Comprou aAy{res} da Rocha Peixoto easuamulher sitas na Villavelha	48v ^o - 50r ^o

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

1580	Treslado da Doação de que o Instrumento de posse adeante faz menção do Condestavel Francisco Affonso	167rº- 167vº
1581	Treslado de hum documento se acha huã Licença dos (en)ho(r) Bispo, e o Governador, e officiaes da Camara	168vº- 169rº
1581	Treslado de hum documento em que se acham licenças do Senhor Bispo, Governador, e officiaes da Camara.	189rº- 189vº
1584	Testamento de Gabriel Soares de Souza	163vº- 166rº
1586	Treslado authenticado da doação dos Recifes Esalgado de frontes (en)rada Conceição nesta cidade e a qual doação Nostres pasou Manuel Nunes de seitas, e a depois o Nostre seu Genro Efilha como da escritura adiante a foy o Consta esta doação foy dada por o Genro de Manuel Nunes Enão porelle	10rº- 11vº
1587	Doação que fez Francisco Affonso, e sua mulher Maria Caneira ao Mosteiro de São Bento desta Cidade.	167vº- 168vº
1593	Escritura de venda feita por este Convento a Simão de Almeida o Cego de humas Casazitas no Ribeiro, Ebrejo desta Cidade	45vº- 47rº
1596	Trespaçada doação que fez Luis Rodrigues Esua Molher da terra da Paraíba que está ao uerador de vinte bras que he alingoa de terra em que esta Luis Mendes de hum ferreiro de terra do Convento de Balthasar-Ferraz	136rº- 137rº

Quadro 1 – Relação dos manuscritos quinhentistas. Fonte: Banco de dados do Projeto edição semidiplomática do Livro Velho do Tombo do Mosteiro de São Bento

Ao realizar a edição de textos, parte da memória de um povo é preservada e, conseqüentemente, desperta interesse pelo conteúdo das informações presentes nesses documentos, propõe-se, aqui, destacar os aspectos culturais do período colonial referentes ao século XVI presentes nos manuscritos editados. Cabe ressaltar que os aspectos destacados estão vinculados às percepções e as marcas pessoais que o pesquisador lança sobre o objeto de estudo, já que “[...] qualquer olhar sobre o presente ou sobre o passado sempre será subjetivo, porque aquele será mediado pelos discursos internalizados de quem lança o seu olhar”. (TEIXEIRA, 2008, p. 20)

Dessa forma, não se pretende esgotar todas as possibilidades de exploração dos aspectos culturais existentes nos manuscritos do século XVI.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Pretende-se desvelar somente aqueles sobre os quais incidiram e foram perceptíveis pela pesquisadora ao lançar seu olhar sobre os elementos que estão registrados.

No período colonial, "todos os registros eram feitos em tabeliões únicos [...]" e "[...] a Igreja, por intermédio do Padroado Régio – acordo entre a Igreja Católica e a Coroa Portuguesa, no qual ficam estabelecido direitos e deveres entre ambos – atuava como um autêntico serviço público", conforme Bacellar (2010, p. 39-40), essa afirmação ratifica a importância das informações contidas no *Livro Velho do Tombo* como fonte de pesquisa que possibilitam trazer à tona elementos que nos aproximam da história vivida no período colonial. Dessa forma, os atos jurídicos contidos nos manuscritos do século XVI do *Livro Velho do Tombo* resguardam o registro do patrimônio da ordem religiosa beneditina na Bahia, mas também salvaguardam parte da memória da sociedade quinhentista.

O conceito de memória é bastante amplo e pode ser abordado a partir de diferentes perspectivas. A concepção de memória adotada refere-se à conservação de informações sobre o passado de uma sociedade retidas em documentos, ancorada pela seguinte definição: “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”. (LE GOFF, 2012, p. 455)

O documento escrito permite a comunicação através do tempo e do espaço, todavia, “[...] o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 2012, p. 521-522). Assim, ciente da complexa relação entre memória e a construção da identidade coletiva, pretende-se aqui, na perspectiva de Jacques Le Goff, na qual a memória social é seletiva, levantar os traços que ficaram do passado registrados dos manuscritos do século XVI.

A leitura do conjunto de atos jurídicos dos manuscritos revela, ainda que com lacunas e interrupções, vários aspectos sociais, culturais, geográficas, históricos e políticos sobre a identidade da sociedade do século XVI. O *corpus* trabalhado é constituído de 11 documentos, agrupando-os por registro, nota-se que, efetivamente, trata-se de 16 tipos de atos jurídicos, como se observa no Quadro 2:

Tipo de registro	Fólios	Data
Sesmaria	38vo a 40ro	12/01/1568
	10vo a 11vo	04/11/1586
Instrumento de Dote	68ro a 69ro	21/08/1577
Instrumento de Venda	48vo a 49ro	08/11/1578
	45vo a 46vo	04/06/1593
Instrumento de Posse	49ro a 49vo	18/12/1578
	168ro a 168vo	10/02/1587
	11ro a 11vo	13/11/1586
	46vo a 47ro	05/07/1593
Instrumento de Trespasse e Doação	136ro a 137ro	16/04/1596
Doação de Terras	167ro e 167vo	16/06/1580
	10ro	1/11/1586
	167vo a 168ro	06/02/1587
Licença de Instalação	168vo a 169ro	15/04/1581
	189ro a 189vo	15/04/1581
Testamento	163vo a 166ro	10/08/1584

Quadro 2 – Tipos de Registros. Fonte: Banco de dados do Projeto edição semidiplomática do Livro Velho do Tombo do Mosteiro de São Bento

A memória nesses documentos é marcada pela forte presença da religiosidade, em cujo período, de acordo com Le Goff (2012, p. 424), “[...] o essencial vem da difusão do cristianismo como religião e como ideologia dominante e do quase monopólio que a Igreja conquista no domínio intelectual”.

As cartas de sesmarias, documentos de 1568 e 1586, instrumento utilizado para doação de terras, instituído por D. João III, rei de Portugal, a partir do século XVI, através da implantação das Capitánias Hereditárias ajudam a entender o processo que envolvia a instituição da sesmaria no Brasil, visto que eles fornecem informações sobre o favorecido com a doação, a descrição da terra doada e o regimento que regulavam essa doação:

[...] Thomedesouza./ Treslado do Regim(en)to/deelRey nososenhor. Asterras eagoas d{os} Ribeyros queestiuere dentro/ do termo elimite daditaCidade quesamseizLegoas paracada p(ar)te/quenam forem dadas apesoas queas aproueitem, eestiuere vagaz ede/volutas paramimporqualquer uia, omudo queeseja podereis dar de/SesmariasPessoas queuolas pedirem as quaes terras asim dareis liure/mente sem outro algumforo nemtributo somente odizimo aordem de No/sosenhor Jezus Christo eomascondiçoens eobrigaçõens doforal/dado as ditas terras <†> deminhaobrigaçãom digo edemi {nh} aorde/naçam do quarto Liurotitulo dassesmarias comcondiçam queatal/pesoas, oupeçoas Rezidam napouoaçãom daditaBahia, oudas terras/quelheasimforemdadas aomenos tres annos, equedentro nodito tempo/que asnamposam vender nem alhear, e te-reis lembrança quenaõ/deis acadapesoa mais terra queaquella quesegundosua-possibilidade/virdes, ouuospareser quepode aproueitar. Esealgumas pesoas

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

aquefo=/rem dadas terras noditotermo eastiueremperdidadas por as nam apro=/ue-
itarem, evolvas tornaremapedir uos lhas dareis denouo para as aprouei/tarem co-
mascondiçoens eobrigaçõens contheudas neste Cap(itul)o oqualse/tresladará
nas Cartas desesmarias. (*LIVRO velho do tombo*, fôlio 39^o, l. 21-39).

Como também ratificam as palavras de Le Goff (2012, p. 4245), nesse período

[...] o cristão é chamado a viver na memória das palavras de Jesus [...]. Nas regras do regimento acima, dentre as condições para a concessão de terras, está o pagamento do dízimo à Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo. Essa condição aponta que D. João III, ao implantar as Capitânicas Hereditárias que permitia a doação das terras pelo sistema de sesmarias, tinha como preocupação não somente a ocupação e defesa das terras conquistadas, mas também com a propagação da fé cristã.

Como salienta Tavares (2009, p. 38), está “[...] fora de dúvida que D. João agia por uma percepção das possibilidades da nossa terra e pelo desejo de a incorporar, com a catequese da sua gente, ao mundo cristão que Portugal tanto alargara”.

O primeiro documento referente às sesmarias traz um registro sobre Diogo Alvares e Catherina Alvares considerados, na história do Brasil, como a primeira família brasileira documentada, constituída por um português e uma índia. É o relato da concessão de terras a Diogo Alvares por Francisco Pereira Coutinho e confirmadas por Thomé de Souza³¹. Metade dessas terras foram deixadas de herança para Catherina Alvares, mulher de Diogo Alvares, como se pode constatar no fragmento seguinte da carta com as informações sobre o sistema jurídico das sesmarias:

[...] petição secontinha/entreoutras couzas nella contheudas, queporfalecimento de Diogo Aluares/seumarido lheficou ametade dehuma da{ta} deterra desesmarias,/aqualestá junto destapouoaçam ecorrendo do mar para oCertam/a quallhefoi dada por FranciscoPereiraCoutinho CapitameGouernador/quefoi destaCidade digo destaCapitania, a quallhefora confirma/da porThomé desouzaGouernador quefoi easim mais demuitotempo/aesta p(ar)te posuhia o dito Diogo Aluares humpedaso deterra quevai/pellacabeseira desua data ao Longo dehum ribeiro, aqualterra odito/seumarido pedio a Thomé de souza eelle lhadeo efez mersedelapor/despacho dehumpetiçam epello d(it)o seumarido nam tirar Carta como/tinhanodespacho deThomédesouza dequelhefez merse delhedar. (*LIVRO velho do tombo*, fôlio 38^vo, l. 18-29).

Catherina Álvares era uma índia tupinambá que ficou registrada na história pela doação que fez ao Mosteiro de São Bento da Bahia como também pelo documento do seu batismo na França:

³¹ 1º Governador Geral no período de 1549 a 1553.

Lá, na cidade de Saint-Malo, a Paraguaçu foi conduzida à pia batismal, recebendo o nome de “Catarina do Brasil” (em homenagem à sua madrinha, Catherine des Granches, mulher do mareante Jacques Cartier, louvado como o “descobridor” do Canadá), e se casando, em seguida, com seu Diogo. (RISÉRIO, 2004, p. 71)

As terras que foram doadas aos monges beneditinos, segundo Tavares (2008, p.70), “[...] corresponderia ao trecho do bairro da Graça”, na qual foi construída a igreja e o convento de Nossa Senhora da Graça e onde estão os restos mortais de Catherina Alvarez, que morreu em 1589.

Nesses documentos destacam-se também as representações utilizadas no momento de posse de terras e a representação pré-estabelecida para o funeral em um testamento, denominadas de ritos. Os ritos são cerimônias constituídas por atos e expressões, representam uma forma de comunicação simbólica, cujas características dependem do contexto social no qual são praticados e os objetivos aos quais se destinam. Estas encenações, conforme Schmitt (2002, vol. 2, p. 415-416), possuem extrema diversidade e variam de acordo com os meios sociais, as circunstâncias, o grau de solenidade, a despesa efetuada, com o que se pode perder ou ganhar.

No *Testamento de Gabriel Soares de Souza*, datado de 1584, há um rito de passagem, nos documentos de 1578, 1581, 1586 e 1593 há ritos posse de terra.

O rito de passagem, é uma representação simbólica vinculada à ideia de existência de uma morada definitiva para a alma, o qual conduziria o morto ao limiar do além, conforme Fabre (2009, p. 528). Essa representação está alicerçada na concepção de morte da Idade Média, a qual a considerava como um momento de transição de um lugar passageiro, isto é, da vida no mundo material, para um lugar eterno, a vida no mundo do além. Essa prática reflete a preocupação com o destino final da alma, já que a Igreja Católica pregava a existência de três destinos para a alma após a morte: o Paraíso, para as almas boas, o Inferno, para as almas más, e o Purgatório, para as almas intermediárias entre o bem e o mal. Assim, essa prática está ligada à crença, dentro do universo católico, de que haverá um julgamento pós-morte, ela é realizada, portanto, devido à necessidade de identificação e reconhecimento do homem como cristão, voltada para as expectativas em relação à vida eterna. A Igreja, de acordo com Fabre (2009, p. 528), desde a Idade Média, empenhou-se em controlar o rito de passagem, sendo o velório, a expressão dos lamentos fúnebres e a refeição após o sepultamento os três momentos mais disputados. Um exemplo do

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

ritual de velório pode ser observado no *Testamento de Gabriel Soares de Souza*.

No preâmbulo, ou parte inicial, ele declara a razão pela qual faz o testamento, no qual constata-se a preocupação com o destino final pós-morte:

Iezus Maria

Em nomedo PadreedoFilhoedo Espiritu Santo Amen /Saibam q(uan)tos este Jnstromen/to uirem Como noanno doNasimento de nososenhor JeZus Christo demil equinhentoseoi/ tentaeCoatroannos aos des dias domes deAgosto daCidade dosaludador estando {E}u Ga/ brielsoares deSouza deCaminho pera-Espanha sam ebemdisposto emtodo omeuEnten/ dimento e pRefeito JuiZo asi-medamaneira que oDeos em mim pos pondoopensa/mento em meus peCados temendo aEstreitaComtaquedellas heidedaranososenhor/DeTreminei faZer esteTestamento emoqual deClaro minha deradeirauontadeefisque/seCumpRira eguardara JmteiramenteComo aBaxo eaodianteVai deClarado/sern [†] hepor duvida Ouembargo algum / [...]. (*LIVRO velho do tombo*, fólio 163vº, l. 27-36)

Após essa introdução, estão os legados espirituais no qual Gabriel Soares de Souza encomenda a sua alma, demonstrando a crença na existência de julgamento após a morte e em seguida está descrito como deve ser o rito de passagem:

[...] Item donde quer queeufallesermeemterraraõ nohabitodesamBen/tohauendoahiMosteirodesuaOrdem, Onde me imterraram,enaõhauendo Ma/neirades-tehabito,ehauendoMosteiro desamFrancisco, meemterarram noseu/habito,eos-RelligioZos dambas estasOrdens meaCompanharam eaCada humdaraõ/de Es-mollasinComil Reis, e pello habito des CruZados; [...]. (*LIVRO velho do tombo*, fólio 164rº, l. 42-46)

Item seDeus fo{r}serui/do queeufale{s}a nestaCidade eCapitania meu-Corpo seraemterrado em {sa}m/Emsam Bento da dita Cidade naCapellaMor, OndesemeporahumaCampa Com/ hum letreiro que diga aqui jas humpecador, oqual estara nomeiode hum EsCudoque/selauraranaditaCampa, esendoDeusse-ruido demeleuar noMar ou Em Espanhas/todauia sepora naditaCappellaMo-rad(it)aCampa, Comod(it)oletreiro emaqual sepultu/ra seemterrara minha mo-lher Annade Argollo [...]. (*LIVRO velho do tombo*, fólio 164rº, l.46-47; fólio 164vº, l. 1-5)

Item aCompanhara omeuCor/posefalleCernestaCidade oCabido aquemse-daraaesmollaCustumada eos Pa/dresdeSsamBento leuaram deOferta humporco eseis Almudesdeuinho esinCoCru/Zados [...]. (*LIVRO velho do tombo*, fólio 164vº, l. 5-8)

Item aCompanharmeão dous pobres Com Cada humsuatocha OuCirios nas/maos edaram daluger aComfraria dondeforem hum CruZado deCada huma ecada/pobrepellas leuarem dousTostonis [...]. (*LIVRO velho do tombo*, fólio 164vº, l. 8-10)

Item não do Braramo signospormim/esomentesefararã os signais que sefaZem por hum pobre quando morre [...]. (*LIVRO velho do tombo*, fólio 164vº, l. 10-11)

Item/deixo aCaza da santaMiZeriCordia destaCidade CorentamilReis deesmolla pera/sedouraroRetabolla epormeaCompanharCinComilReis [...]. (*LIVRO velho do tombo*, fólio 164vº, l. 11-13)

Itemdeixo aCom/frariadoSantosacram(en)to sinComil Reis eade nosasehora doRozario do/usmilReis / Item farneaõnoMostei rodesam Bento quer fallecanestaCa/pitania quemoutraqualquerparteTres OfiCios denoue siores digo de no/ue liConis em tres dias aReo tanto queeufallecer ousesouber aCerteZa de minha/morteemCada OfiCio sedara deOfertahum porco esinco Alqueires defarinha/enaõ mefaram pompa nehuma somente meporam hum panno pReto nochaõ/Comdous BanCos Cubertos depReto eemCada hum SinCouellas aseZas [...]. (*LIVRO velho do tombo*, fólio 164vº, l. 13-15)

Item em/CadaofiCio destes mediraõsinCo misas ReZadas ahonrradassinCoChagas de/nososenhora JeZus Christo Comseus ResponCos sobreasepultura [...]. (*LIVRO velho do tombo*, fólio 164vº, l. 15-20)

Item nos ou/tros dias seguintes me diram emtres dias aReoCadadia sinCo misas ReZadas/as pRimeira sinco ahonrradosGoZos denosasehora eaoutro dia asoutras/SinCo ahonrradossincos passos dolloroZos daMadre deDeus eao terCeiro diaou/tras Sinco ahonrrados SinCo misteriosGlorioZos daMadre deDeus Confor/meaComtemplaCaõ doRoZario [...]. (*LIVRO velho do tombo*, fólio 164vº, l. 20-26)

Item mediraõ namesma caZa aCabados/OfiCios atras, Çento esinCoentamissas ReZadas equinzeCantadas eas Canta/das daramdeOfertaaCada huaCom sua Galinha eCanada deuinho ehuas e outras/SahiramComseuResponCo sobreminha sepultura easmisas seRepartiram pe/llamaneiraseguinte/ Item nos pRimeiros sinCo dias sediram emCada dia des mi/sas ReZadas ehuaCantada Como asima fiCa dito ahonrrados Prazer{es} {q(ue)}{†}/seComtemplam noRoZario denosasehora /Item nosoutros sinCo dias logo/Seguintes sediram emCada dia Outras desmisas ReZadas ehuaCantada ahonrra/dossinco misterios doloroZos dauirgem nosasehora/Itemnosoutrosinco/dias seguintes sediram emCada dia Outras des misas ReZadas ehuaCantada a/honrra dossinco Misterios GlorioZos dauirgem MadredeDeus / Esenhaõ Ouuer/ PadresnodoMosteiro que Bastem perasediZeremestas misas Juntas humil/dementepeso ao Padre AbbadequeordeneComos Padres doCollegio oudase Com/queseposam diZerestas misas Comotenho deClarado porquetenho Comfianca/NamadredeDeus que noCabo destas misas sahira minha Alma do Prugatorio/Item/ComoseaCabarem dediZer estas misas Comotenho deClarado aoutro dia seguinte/semedigahum ofiCio denoue LiConis Como Osque asima tenho deClarado [...]. (*LIVRO velho do tombo*, fólio 164vº, l. 27-45)

Na construção desse ato jurídico perpassa o discurso argumentativo orientado pelos princípios cristãos, revelando a estreita relação entre a prática cartorial da época e a religião. Verifica-se, nesse registro, a dicotomia

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

espiritual/material que caracterizava a mentalidade da época, demonstração de uma sociedade regida pelos preceitos cristãos. De um lado, a Igreja Católica desempenhando o seu papel no quadro da salvação das almas, de outro lado, a prática de boas ações pelas famílias, como, por exemplo, o despojamento de bens materiais, já que as atitudes na terra implicavam considerações na hora do juízo final e, conseqüentemente, determinantes do local pós-morte instituídos pela Igreja Católica.

Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca [1958] 2005, p. 149-150-27), “[...] a linguagem não é somente um meio de comunicação, é também instrumento de ação sobre as mentes, meios de persuasão”. Ao declarar “[...] tenho Confiança/NamadredeDeus quenoCabo destas misas sahira minha Alma do Prugatorio [...]”, (fólio 164 vº, l. 40-41), percebe-se o anseio de remissão dos pecados, e, assim ingressar no Paraíso. Assim, esses trechos dos ritos de passagem simbolizam a aceitação por parte de Gabriel Soares de Souza das normas estabelecidas pela doutrina cristã, bem como o desejo pelo assentimento social dentro de um contexto no qual os valores cristãos norteavam o comportamento da sociedade, objetivando ser reconhecido como um integrante da comunidade católica.

O segundo tipo de rito é uma prática social dotada de simbolismo, caracterizava-se como um elemento de ordem social para legitimar a posse de terras. Esse rito é constituído por uma sequência de atos ordenados, como se pode verificar nos rituais de posse nos seguintes manuscritos quinhentistas:

Posequetomoudascazas et (coeter)a

Saibam quantos este intromento de posse virem que no anno do nasimento de nosos senhor Jezus Christo de mil e quinhentos e teinta e oito annos aos dezoito dias do mes de Dezembro do dito anno na pouca açam de pereira termo da Cidade de Salvador Bahia de todos os sãtos e terras do Brasil aonde eu T abaleam fui adar pose ao Padre Niculaõ G(onça)l(ve)z das Cazas contheudas na dita escritura a tras, Esendonas/ditas Casas meti de pose ao dito Padre sarrando e Abrindo as portas da dita Caza E asim lhe meti nas maos pao pedras, heruas, mato q(ue)t(ome)y/do dito quintal elhemeti tudo nas maos Eo ouue por metodo emvestidoda/ditapose das ditas Casas Equintal e elle se ouue por emvestido da dita /pose actual e corporal [...]. (*LIVRO velho do tombo*, fólio 49rº, l. 25-36)

Instrumento de Posse

Saibam q(uan)toz este publico Instrom(en)to de posse, virem q(ue) no anno do N{a}cim(en)to de N(oso) {Senhor}/prim(en)to das d(it)az cartaz, e doaçoẽz eu Tabaleaõ tomei p(e)la maõ aod(it)o R(eueren)do P(adr)e em nome do d(it)o Most(ei)ro, e andamos p(e)la terra, de huã, eoutracarta, e doaçoẽz, elhemeti na-

/maõ Ramoz daruorez, e naterrapaöz, easy desta man(ei)ra lheandeí dando ad(it)a posse/detodo, corporal, eatural, pacificam(en)te porConsentim(en)to dod(it)o Doador, q(ue) atudo esteue/prez(en)te pello q(u)al foi d(it)o q(ue) ficaua defora destaPosse ochaõ q(ue) tinha vendido aJo-/zephF(e)r(nande)z Carn(ei)ro junto ao curral do Cons(elh)o q(ue) está místico comaterra comtheda/nas ditas Doaçoez, e o d(it)o R(euere)ndo P(adr)e houueportomada ad(it)a posse emnomedodito/Most(ei)ro detoda ad(it)aterra, conforme azditaz doaçoëz, Comdeclaração q(ue) {n}aõ to=/ma posse nod(it)o cham q(ue) o doador disse tem vendido aod(it)o Jozeph F(e)r(nande)z porq(ue) este/tal {f}ica defora dasditaz doaçoëz, posto q(ue) nellos naõ vã declarado, eq(ue) senaõ/declarou porresquesim(en)to, eporesta man(ei)ra euTabaleaõ lheouve pordada adita /posse. (*LIVRO velho do tombo*, fôlio 49^r, l. 25-36)

O rito de posse de terras, como se observa nos trechos acima, são representativos de uma encenação simbólica, já que são utilizados de elementos pertencentes ao espaço a ser ocupado, tais como pedras e matos, para representar a tomada de posse das terras, bem como pelo uso de palavras padronizadas.

Destacados alguns aspectos culturais nos atos jurídicos quinhen-tista, apreende-se a importância desses documentos para a recuperação de informações visando à compreensão do passado. Ao transpor informações originais para um novo suporte, a edição de um texto assegura a preservação de testemunhos pertencentes ao patrimônio cultural escrito de uma sociedade que gradativamente vem sendo destruído devido à degradação do suporte provocada por diversos fatores externos, tais como a ação de insetos, de fungos, da umidade do ar, do calor, da oxidação da tinta, das condições de armazenamento ou pela ação do homem em função do manuseio inadequado. Assim, ao realizar a edição de textos, preservam-se informações sobre a memória de um povo, em determinado período, possibilitando a continuação da transmissão da cultura escrita, contribui-se para o resgate de vários aspectos capazes de fazer compreender a evolução e formas de expressão de uma sociedade em um dado momento histórico, como também contribui para o estudo da língua, elemento importante para o entendimento da formação cultural do povo que a fala.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Thales. *Povoamento da cidade do Salvador*. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2009.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINK, Carla Basanezi. (Org.). *Fontes históricas*. 2. ed. reimpr. São Paulo: Contexto, 2010.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

FABRE, Daniel. Famílias. O provado contra o costume. In: CHARTIER, Roger. (Org.). *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes*. Trad.: Hildegard Feist. 1. reimpr. São Paulo: Cia. das Letras. 2009, p. 521-558.

HENRIQUES, Antonio; TRUBILHANO, Fábio. *Linguagem jurídica e argumentação*. São Paulo: Atlas, 2010.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad.: Bernardo Leitão et al. 6. ed. Campinas: Unicamp, 2012.

LIVRO velho do tombo do Mosteiro de São Bento da cidade do Salvador. Bahia: Tipografia Beneditina, 1945.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Trad.: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão; rev. da trad.: Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RISÉRIO, Antônio. *Uma história da cidade da Bahia*. Rio de Janeiro: Versal, 2004.

STAEB, Dom Plácido, OSB. Apresentação. In: *LIVRO velho do tombo do Mosteiro de São Bento da cidade do Salvador*. Bahia: Tipografia Beneditina, 1945, p. v-viii.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 10. ed. São Paulo: UNESP; Salvador: Edufba, 2008.

TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis. A filologia textual: o revelar de aspectos da história. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro: CiFEFiL, vol. XII, n. 08 (Textos: produção e edição), p. 17-26, 2008. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/xiiicnlf/08/02.pdf>>.

**A POÉTICA DE FERREIRA GULLAR:
UMA VISÃO
SOB A ÓTICA DA CRÍTICA GENÉTICA E ESTILÍSTICA**

Cláudia Gomes de Albuquerque Haully (UEL)
haullyclaudia@hotmail.com

RESUMO

Em uma era com tantas tecnologias, ainda podemos encontrar alguns artistas que se utilizam de rascunhos para compor suas obras, e esses documentos são essenciais para a crítica genética. O objeto de estudo deste trabalho é um recorte do manuscrito do poema *Rainer Maria Rilke e a morte*, do poeta Ferreira Gullar. Os acréscimos, cortes e correções são algumas marcas deixadas pelo autor na construção do seu processo criativo. Essas são algumas das pistas que servirão de apoio para desvendar os caminhos percorridos pelo autor, até o texto publicado. O inacabado desperta fascínio no geneticista e possibilita a exploração de uma linguagem até então desconhecida pelo leitor. A crítica genética e a estilística oferecerão os aportes teóricos para a análise em questão.

Palavras-chave: Poema. Linguagem. Crítica Genética.

1. Introdução

A proposta deste trabalho é traçar considerações sobre a crítica genética, tendo como suporte a estilística, para revelar que recursos podem potencializar a expressividade do texto. O *corpus* escolhido é um fragmento do poema *Rainer Maria Rilke e a morte*, do poeta Ferreira Gullar, que tem como exploração a morte em diversas formas. Em meio à natureza, o poema apresenta reflexões sobre a vida e morte de Rilke. René Karl Wilhelm Johann Josef Maria Rilke, poeta, nasceu em Praga, a 4 de dezembro de 1875. Um dos maiores poetas do século XX, trocou seu primeiro nome para Rainer por sugestão da escritora Lou Andréas Salomé que foi sua amante. O romance termina, mas os dois ainda continuaram a ser confidentes e amigos.

A crítica genética baseia-se na análise de materiais e o seu objeto de estudo são os textos em seu nascimento. Vale ressaltar que não é só a investigação do objeto que importa, mas o processo que o pesquisador irá construir a partir dos manuscritos. Philippe Willemart (2005, p. 4) salienta: “A crítica genética ‘deslocou o olhar’ do pesquisador do produto acabado,

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

para o processo que inclui esse produto considerado como uma das versões”. Assim, ao adentrar no “canteiro de obras” do autor, o geneticista tem a oportunidade de observar como a obra foi construída. O crítico quer contemplar a obra por dentro e acompanhar o processo de criação.

Uma vez em posse dos documentos de processo, o geneticista precisa ter mansidão para organizar, decodificar e transcrever os manuscritos. Descrever o texto em seu devir requer paciência e estar atento a todas as modificações como rasuras, acréscimos, substituições e supressões. Sem dúvida, a paciência é uma das virtudes mais significativas, como salienta Almuth Grésillon (2007, p. 27):

Paciência para ter a humildade diante dos materiais invasivos e às vezes desencorajadoras pela massa de problemas inextricáveis; paciência de erudito em relação a um documento que ele põe à sã distância para que, de objeto de paixão, ele se transforme em objeto de conhecimento; paciência do editor para restituir a gênese do texto.

Pretende-se, através da análise do processo criativo, demonstrar o que acontece no percurso de construção da obra, desde sua criação até o texto publicado, não esquecendo o encanto poético que os recursos empregados podem provocar no leitor. Analisaremos os documentos de processo de forma a demonstrar o que está implícito, o que foi retirado ou acrescentado, antes da publicação do texto.

O uso da estilística na análise dos documentos de processo de Ferreira Gullar irá complementar o estudo da gênese da criação. Por meio da Estilística podemos desnudar os mais variados efeitos expressivos no processo comunicativo. Nesse sentido, segundo Pierre Guiraud (1978, p. 11), “[...] há quem veja no estilo a escolha consciente dos meios de expressão, enquanto outros procuram identificar as forças obscuras que informam a linguagem no subconsciente”. A estilística é a disciplina que estuda a expressividade numa língua e a sua capacidade de emocionar mediante o estilo. Esse estilo, que já foi objeto da antiga retórica, irá definir não somente a forma de escrever do autor, mas uma época, uma escola artística, enfim, o estilo refletirá o mundo interior desse autor e suas vivências.

2. *A morte no poema*

A morte é tema recorrente nos poemas de Ferreira Gullar e, de certo modo, o poeta faz uma homenagem ao alemão René Karl Wilehlm Johann Josef Maria Rilke que também trabalhou com esse tema em suas obras. Muitos poetas são atraídos pelo tema da morte em suas composições e, a

esse respeito, Ferreira Gullar comenta: “A morte é um tema permanente em minha poesia, e eu sempre achei insuportável ter que morrer”. (LEAL, 1995, p. 6), A minha poesia está cheia disso, dessa luta com a morte”. Ainda sobre o fascínio e receio da morte, Edgar Morin (1997, p. 265-266) comenta:

O espectro da morte assediara a literatura. A morte, até então mais ou menos envolta nos temas mágicos que a exorcizavam, ou recolhida na participação estética, ou camuflada sob o véu da decência, aparece nua. [...] obras inteiras, como as de Barrès, Loti, Maeterlink, Mallarmé e Rilke serão marcadas pela obsessão da morte [...].

No poema, a morte de Rilke é detalhada a cada verso e está presente nas imagens da natureza usadas por Ferreira Gullar. A linguagem metafórica da morte, nos primeiros versos, vai tomando forma. No 8º verso ela é explicitada para o leitor por meio dos elementos da natureza. *Rainer Maria Rilke e a morte* faz parte de um caminho trilhado pelo poeta para manifestar seus sentimentos e indagações sobre a vida e a morte.

No livro *Muitas Vozes*, de Ferreira Gullar (2013b, p. 11), Ivo Barroso, poeta e tradutor, comenta que “[...] em seus últimos trabalhos, Ferreira Gullar começou a demonstrar uma preocupação com a morte, com os amigos que se foram, mas ao mesmo tempo conseguiu equacionar-lhe o sentido profundo sem fazer dela uma angústia existencial”.

3. O processo criativo

Em entrevista³² a nós concedida, em 2014, Ferreira Gullar descreve seu processo criativo dizendo que o poema nasce do espanto. Ele não decide sobre o que vai escrever. Segundo o autor:

O poema não é assim, eu não decido o que vou escrever, algo acontece que me põe em estado de escrever um poema, o espanto, algo me espanta e eu fico no estado em que eu possa escrever o poema. Então esse estado que não é nada divino é simplesmente uma perplexidade, uma descoberta de algo, de uma coisa que você ainda não tinha percebido, então escrevo. Assim acontece comigo, se eu estou nesse estado, então pego o papel e começo a escrever o poema, não tenho nenhuma tática especial, não tenho nada, a não ser expressar aquilo que está dentro de mim que ainda não tem forma.

O autor testemunha que há poemas que nascem praticamente prontos, sem rasuras, como é o caso de *Traduzir-se*, “nasceu e ficou como nasceu”. Mas no poema de Rainer *Maria Rilke e a morte*, não foi assim. Há

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

rasuras e também modificações que não estão na versão autógrafa, apenas na obra publicada.

4. *Estilística*

Para atingir os efeitos desejados em um texto, o poeta lapida sua linguagem por meio dos recursos expressivos que estão disponíveis na língua. A estilística, disciplina voltada para os fenômenos da linguagem tem, por escopo, o estilo. Estilo também passou a definir um conjunto de tendências e particularidades estéticas, linguísticas e formais, que determinam ou diferenciam uma obra. Segundo Silvio Elia (1978, p.76), “[...] estilo é o máximo de efeito expressivo que se consegue obter dentro das possibilidades da língua”. Para Eduardo Carlos Pereira (1956, p. 397-398): “Estilo é o modo peculiar de dar a cada escritor expressão a seus pensamentos”. O estilo é um modo de enunciar o pensamento por meio da linguagem.

Charles Bally, discípulo de Saussure, trouxe à luz a estilística, uma ciência recente, mas de um saber muito antigo, que remodela a tradicional retórica dos gregos, atualiza-se em uma ciência da expressão e também uma crítica dos estilos individuais. Quanto às relações entre gramática e estilística, essas duas disciplinas não são excludentes, mas se completam. Segundo Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1978, p.24), a estilística,

[...] ao lado de um sistema de fundo intelectualivo, é um sistema de expressividade que nele se insinua e com ele funciona inelutavelmente. Assim compreendida, é o complemento da exposição gramatical, desdobrando-se, como esta, no exame dos sons, das significações e das ordenações formais.

A estilística, portanto, oferece os meios para interpretar e utilizar os variados recursos que a língua nos oferece, auxiliando na interpretação e nos múltiplos sentidos que o texto pode ter. Para Mattoso Joaquim Câmara Jr. (1978, p. 25), a estilística é “[...] a ciência da linguagem expressiva, independentemente do âmbito particular em que a expressividade funciona”.

O escritor, ao elaborar um texto, acaba criando outra realidade – a realidade artística, que não pode ser analisada como se o leitor estivesse diante do seu mundo real. Sobre a questão, Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1978, p. 110) afirma que a estilística “[...] é disciplina linguística que estuda a expressão em seu sentido estrito de expressividade da linguagem, isto é, a sua capacidade de emocionar, e sugestionar”. Distingue-se, portanto, da gramática, que estuda as formas linguísticas na sua função de estabelecerem a compreensão linguística.

É possível compreender pelo menos três dimensões da estilística, segundo Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1978, p. 29-74):

a) Estilística fônica: destaca-se a expressividade do material fônico dos vocábulos tanto isolados quanto agrupados em frases. Em uma análise Estilística os fonemas revelam expressividade. Monteiro (1991, p. 99) sugere uma classificação das sensações de determinadas vogais e consoantes. “Cada ordem de sensações é sugerida por fonemas específicos, em virtude de correspondências articulatórias ou impressões acústicas”. As vogais abertas indicam formas claras e amplas, já as fechadas, ambientes escuros e sentimento de tristeza. As consoantes podem sugerir sensações auditivas, cinéticas ou táteis. Essas referências são apenas sugestões, pois os fonemas podem causar reações diversas dependendo do contexto. Quando envolvem emoções, segundo Monteiro (1991, p.103), “será ainda mais difícil esgotar ou sistematizar as correlações, pois os fatores subjetivos é que irão defini-las”.

b) Estilística léxico-semântica ou léxico-estilística: estuda a seleção vocabular e os fenômenos de conotação e polissemia referentes aos valores afetivos, emotivos ou socialmente convencionais que aderem à significação das palavras.

c) Estilística sintática: estilística do mecanismo da frase que colabora com a estilística léxica e fônica.

5. *Crítica genética*

No ano de 1968, uma equipe de estudiosos germânicos é convidada para organizar os manuscritos de Heinrich Heine que tinham chegado à biblioteca Nacional da França. Foi criado um laboratório próprio no CNRS: Institut des Textes et Manuscrits Modernes (ITEM), aplicado aos estudos do manuscrito literário. Os estudiosos organizavam-se em grupos unidos ao estudo dos acervos de escritores como Flaubert, Zola, Proust, entre outros.

No Brasil, a crítica genética foi introduzida por Philippe Willemart, que organizou o "I Colóquio de Crítica Textual: o Manuscrito Moderno e as Edições", na Universidade de São Paulo, em 1985. Philippe Willemart é professor de literatura francesa, dedicado ao estudo da psicanálise e literatura. O pesquisador tem os manuscritos de Flaubert como objeto de estudo.

A crítica genética desperta um novo olhar no seu objeto de estudo: o manuscrito. Seu método? Entrar no labirinto do artista e conhecer os caminhos percorridos pelo artista no processo criativo.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

O que a crítica genética irá investigar é a reconstrução e interpretação do processo de criação, os questionamentos da origem do texto, assim como modificações, variantes e suas evoluções. O conjunto de documentos como cópias impressas, rascunhos, testemunhos, projetos, desenhos é denominado prototexto. Sobre a concepção de prototexto, Cecília Almeida Salles (1992, p. 53) afirma: “[...] o prototexto não é o conjunto de manuscritos, mas esse novo texto formado pelo conjunto de documentos que coloca em evidência os sistemas lógicos que o organizam”.

Quando um pesquisador decide trabalhar com manuscritos, pode se deparar com algumas dificuldades, pois esses materiais não estão disponíveis nas bibliotecas e seu acesso é limitado. Já os manuscritos que se encontram em posse dos autores, só será possível o contato se o pesquisador estabelecer uma relação de confiança com o autor, pois são documentos que certamente não foram vistos por ninguém.

Com os manuscritos em mãos, será preciso que o pesquisador estabeleça um espaço de relações, um recorte. Nesse recorte, separam-se alguns movimentos da escritura dentro do dossiê. Segundo Claudia Amigo Pino e Roberto Zular (2007, p. 122), “[...] esses movimentos serão selecionados não pela importância que tiveram para o escritor dentro de sua busca, mas pela importância que têm para o pesquisador dentro de sua própria busca”. O recorte, ainda segundo Claudia Amigo Pino e Roberto Zular, é dado a partir do método de leitura, realidade da criação e também da conexão entre o pesquisador e o manuscrito. A respeito da linha teórica a ser seguida, como psicanálise, semiótica, estilística, entre outras, elas serão guiadas pelas relações encontradas no manuscrito. Talvez a escolha seja por uma ou mais linhas, isso dependerá do funcionamento do objeto de criação, pois segundo Cecília Almeida Salles (1996, p. 48): “Cada teoria tem o poder de lançar luzes sobre diferentes aspectos do objeto ‘manuscrito’”.

Após a leitura minuciosa dos documentos de processo, o pesquisador passa ao momento da transcrição. Ao reproduzir o dossiê, o acesso à leitura poderá ficar mais claro, não se esquecendo que o formato original deve ser mantido sem nenhuma variação. Com a ajuda dos recursos da informática, essas reproduções ficam tais como as iniciais.

Identificar rasuras, substituições, acréscimos e eliminações fazem parte da análise dos dossiês. Essas são algumas das variações que encontramos nos manuscritos. Após o reconhecimento desses aspectos, passamos a classificá-los, “[...] ler em todos os sentidos” como comenta Almuth

Grésillon (2007, p. 189). Imaginar todos os prováveis movimentos do texto e não somente a leitura linear, pois podemos encontrar vestígios em uma escrita marginal ou estarem como peças de quebra-cabeça espalhadas pelos fólhos.

Partindo das marcas deixadas pelo autor na sua trajetória de criação, buscaremos refazer todo um caminho de descobertas percorrido pelo criador na busca de concretizar o seu projeto poético. Segundo Cecília Almeida Salles (2008, p. 28), “[...] o crítico genético pretende tornar o percurso da criação mais claro, ao revelar o sistema responsável pela geração da obra”.

6. Ferreira Gullar

Ferreira Gullar foi o pseudônimo que José Ribamar Ferreira escolheu. O autor nasceu em São Luís do Maranhão, em 10/09/1930. Seus pais, Newton Ferreira e Alzira Ribeiro Goulart, tiveram 11 filhos. Aos 13 anos, deixa a molecagem para empenhar-se à literatura, por curiosidade, pois em sua casa ninguém se interessava por livros. Com apenas 19 anos publicou, com seus próprios recursos, o primeiro livro de poesias, *Um Pouco Acima do Chão*. Em 1951, muda-se para o Rio de Janeiro, onde mora até hoje.

A poesia com a qual Ferreira Gullar se identificou foi *Elegias de Duíno*, de Rainer Maria Rilke. Segundo Ferreira Gullar: “A leitura desses poemas foi para mim uma revelação do que era a verdadeira poesia”. O poeta atesta que ali se instalara um processo de reflexão que teria uma influência direta na concepção de *A Luta Corporal* (1954), obra que considera seu efetivo debute. Segundo Alfredo Bosi (2003, p.171): “Há uma personalidade poética bastante coesa no interior da obra de Ferreira Gullar, que, à força de dizer-se, acaba nos dando sentimento vivo de um tom, a visão de uma paisagem estilística, a identidade de um rosto”. A raiz do seu mundo poético é São Luís, mas uma São Luís do imaginário, onde passou sua infância e adolescência.

Ferreira Gullar revolucionou a poesia com o neoconcretismo. Ligia Clark e Hélio Oiticica foram seus colaboradores, ambos artistas plásticos. Trocavam ideias com os poetas neoconcretos para ampliar suas propostas de trabalhos e fazer com que suas obras interagissem com o público. Esses intercâmbios de ideias foram fundamentais para o movimento neoconcretista.

Ferreira Gullar sempre foi engajado politicamente e socialmente,

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

mas seu posicionamento político fez com que fosse exilado durante o regime militar brasileiro. No exílio, na década de 1970, na Argentina, escreveu *Poema Sujo*, um dos mais importantes da poesia brasileira.

Ferreira Gullar ganhou o Prêmio Camões, em 2010, e em 2012, o Prêmio Jabuti com o livro *Bananas Podres*. Em maio de 2016, no espaço Cultural BNDS, no Rio de Janeiro, aconteceu uma mostra em homenagem aos 85 anos da trajetória do poeta.

7. *Análise do corpus*

Vários são os estímulos que levam um pesquisador a analisar manuscritos, no entanto não só o interesse tem importância na remontagem de um dossiê, mas também sua compreensão. O *corpus* desse trabalho é composto por um poema disposto em dois fólhos escritos com uma caneta de ponta grossa e de tinta preta. As 2 páginas manuscritas, versão única, transformam-se em 221 linhas impressas.

Os fólhos de Ferreira Gullar são numerados, porém nem todos são datados. No que diz respeito ao poema *Rainer Maria Rilke* e a morte, o poeta não se recorda a data em que foi feito, mas antes da publicação, em 2004, no livro *Melhores Poemas de Ferreira Gullar* (2013a), o poeta o publicou no jornal Folha De São Paulo, em 2001. Trabalharemos com a publicação de 2013 do livro *Em Alguma Parte Alguma*.

Dispomos de duas páginas soltas de sulfite, não pautadas, amareladas pelo tempo, numeradas e escritas somente na frente. Há uma escrita diferente da versão primeira, mudança do tipo de caneta, alterações, novos trechos que não estão no rascunho, mas estão no texto publicado. Vocábulos e frases foram substituídos e algumas construções suprimidas no poema, quase em sua totalidade, e novas construções foram inseridas pelo autor que se preocupa em encontrar termos que expressem melhor seu pensamento. A mudança do tipo da caneta nas rasuras indica que o poema foi escrito em momentos diferentes.

No início do poema, há uma substituição do verbo “estar” que indica condição, pelo verbo ser que possui estado permanente. “Ela está no sumo das folhas” por “Ela é sumo na folhagem”. O autor utiliza-se do tempo presente para indicar que a ação ocorre naquele momento, como se ele estivesse testemunhando o acontecido. O “eu” lírico representa a morte pelo pronome “Ela”, que se personifica nos seres do bosque. Há uma humanização na natureza, aproximando a vida da morte.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Versos do manuscrito:	Versos publicados:
Ela está nos sumos das folhas	1 Ela é sumo e perfume na folhagem

Nos versos publicados, o autor se refere à morte de forma metafórica, integrando-a a natureza. Não se pode ver a morte, mas podemos senti-la pelo movimento sinestésico: “perfume” (olfato), “relâmpago” (visão), “açúcar” (paladar). O que está impresso nesse campo semântico são combinações que remetem a diferentes sentidos.

Versos do manuscrito:	Versos publicados:
Ela está nos sumos das folhas	1 Ela é sumo e perfume na folhagem
No clarão da polpa madura	2 é relâmpago
	3 e açúcar
	4 na polpa fendida

Na versão publicada, o substantivo perfume (aquilo que cheira bem) vem complementar o sentido da palavra sumo (que é o suco extraído das plantas), geralmente de cheiro forte e, muitas vezes, desagradável, ou seja, a morte para o autor apresenta faces opostas. Na versão original, o verso “no clarão da polpa madura” se desdobra em “é relâmpago” “e açúcar” para remeter à ideia de dinamicidade que a palavra relâmpago traz em seu bojo, em virtude de sua construção sonora, diferentemente da palavra clarão, que é estática. Também o sabor doce coloca novamente a morte de forma contraditória, pois de modo geral ela não é encarada de forma agradável. A “polpa madura” se transforma em “polpa fendida”, que remete à mesma ideia, pois o fruto, ao amadurecer, racha e coloca à mostra a parte carnosa dos frutos e a morte, na versão do autor, também se comporta dessa maneira.

Para complementar essa ideia primeira, o manuscrito traz o seguinte verso, retirado na versão publicada: “mescla de claridade e treva”, o que vem corroborar a ideia de que a morte apresenta faces opostas.

A seguir, o manuscrito apresenta a seguinte possibilidade aventada pelo autor: “no rumor da seiva dentro dos caules, move-se metálica nos insetos”. Essa versão não aparece no texto publicado, mas a ideia se espalha pelos versos seguintes, de forma expandida, tornando mais clara a ideia que o autor quer ressaltar. Dos versos 8 ao 20 percebemos a presença dos elementos esboçados pelo autor como possibilidade de uso, ou seja, a morte circula luminosa (10) dentro dos caules (11) abre-se em cores nas flores nos insetos (veja este verde metálico/ este azul de metileno (13-17))

A escolha pelo verso “e em todo o bosque” (verso 5) na versão publicada, em lugar de “nos vegetais” e “nos insetos” visa demonstrar que

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

a morte está em vários lugares ao mesmo tempo, sendo, portanto, inexorável a sua presença. O verso seguinte constante do manuscrito “na carne do homem” seria um complemento da ideia de presentificação da morte, mas o autor resolve tirá-lo, uma vez que a morte estará presente na natureza, por todo poema. Isto se confirma quando o autor acrescenta ao texto publicado os versos:

“é rumor verde que de copa em copa se propaga”

“entre estalos e chilreios”

A sensação sinestésica se faz presente no primeiro verso “rumor verde” reforçando as sinestesias anteriormente exploradas (“é sumo e perfume”, “é relâmpago e açúcar”).

O verso seguinte apresenta uma constituição sonora expressiva. Os fonemas plosivos, aliados aos fonemas fricativos, sugerem os ruídos que se espalham pelo bosque. A escolha dos vocábulos “estalos” e “chilreios” também se fez em virtude de sua massa sonora. A palavra “estalo”, por si só, com a tônica no meio da palavra, sugere um barulho agudo, enquanto “chilreios” é vocábulo onomatopaico que remete ao canto trinado dos pássaros. Dessa forma, a morte anuncia de forma rumorosa por toda floresta.

Os versos que foram para publicação são os que seguem:

- 5 é em todo bosque
- 6 é rumos verde que de copa em copa se propaga
- 7 entre estalos e chileiros
- 8 a morte
- 9 presença e ocultação
- 10 circula luminosa
- 11 dentro dos caules
- 12 e se estende em ramos
- 13 abre-se em cores
- 15 insetos (veja
- 16 este verde metálico este
- 17 azul de metileno) e inspira
- 18 o mover mecânico
- 19 dos mínimos robôs

8. Considerações

Analisamos, neste trabalho, um recorte do poema *Rainer Maria Rilke e a morte*, do poeta maranhense Ferreira Gullar, sob a ótica da crítica genética e estilística. No seu processo criativo, Ferreira Gullar utiliza-se da história sobre os momentos de solidão e da morte do poeta alemão. Rainer Maria Rilke foi diagnosticado com leucemia e morreu em um sanatório, na Suíça, em 1926.

Partindo das marcas deixadas pelo poeta Ferreira Gullar, pudemos conhecer um pouco de como foi construído seu processo criativo. As transformações fizeram parte do percurso da criação do autor, e foi por meio dessas pistas que pudemos estabelecer uma aproximação com a mão criadora.

Ferreira Gullar faz uso dos recursos estilísticos para atingir a expressividade pretendida em relação à morte. Sem perder o contato com o mundo e com a natureza, as palavras são cuidadosamente escolhidas antes da publicação. Isso só reforça o fato de que o texto não nasce pronto, mas é resultado de um processo e reformulações da linguagem.

Com suas escolhas, Ferreira Gullar, por meio de seu manuscrito, só confirma que a escrita é um processo que exige reflexão, alterações, reescrituras para se atingir o objetivo desejado, pois o texto está em constante movimento.

Abaixo a transcrição de um recorte do manuscrito *Rainer Maria Rilke e a Morte*:

Ela está nos sumos das folhas
No clarões da polpa
madura
~~mescla de claridade e Treva~~ no rumor
nos vegetais ~~da seiva dentro~~
nos insetos dos caules, move-se metálicas/ nos insetos
na carne
do homem
a morte den em ti mistura de luz e
~~está misturando à vida como~~ a Treva
~~que a vida arrastra como um rastro e a luz~~ em tua carne/como
na/na carne da frutas
no alternar dos segredos vertiginosa
do teu relógio de pulso na água do poço

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

É como o fulgor lunar
na ~~solidão~~ noite
a radiante solidão
mãe do poema

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOSI, Alfredo. *Céu inferno*: ensaios de crítica literária e ideológica. São Paulo: Editora 34, 2003.
- CÂMARA JR. Joaquim Mattoso. *Contribuição à estilística portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.
- ELIA, Sílvio. *Orientações da linguística moderna*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.
- GUIRAUD, Pierre. *A estilística*. Trad.: Miguel Maillet. São Paulo: Mestre Jou, 1978.
- GULLAR, Ferreira. *Em alguma parte alguma*. Rio de Janeiro: José Olympo, 2013a.
- GULLAR, Ferreira. *Muitas vozes*. Curadoria: Augusto Sérgio Bastos; apresentação: Ivo Barroso. 11. ed. Rio de Janeiro: José Olympo, 2013b.
- GRÉSILLON, Almath. *Elementos de crítica genética*: ler os manuscritos modernos. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- LEAL, Weydson Barros. Ferreira Gullar conta tudo!!! Entrevista publicada originariamente no *Diário Oficial de Pernambuco*, nov. 1995. Disponível em: <<http://www.jornaldepoesia.jor.br/gular01.html>>. Acesso em: 9-07-2016.
- MONTEIRO, José Lemos. *A estilística*. São Paulo: Vozes, 1991.
- MORIN, Edgar. *O homem e a morte*. Trad.: Cleone Augusto Rodrigues. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática expositiva*: curso superior. 99. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1956.
- PINO, Claudia Amigo; ZULAR, Roberto. *Escrever sobre escrever*: uma introdução à crítica genética. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.
- SALLES, Cecília Almeida. *Crítica genética*: uma introdução. São Paulo: Educ, 1992.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

SALLES, Cecília Almeida. Crítica genética *in statu nascendi*. *Manuscrita: Revista de Crítica Genética*, São Paulo, n. 6, p. 45-57, 1996. Disponível em: <<http://www.revistas.fflch.usp.br/manuscrita/article/viewFile/870/787>>. Acesso em: 12-09-2015.

SALLES, Cecília Almeida. *Crítica genética: fundamentos dos estudos genéticos sobre o processo de criação artística*. 3. ed. São Paulo: Educ, 2008.

WILLEMART, Philippe. *Crítica genética e psicanálise*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

ANEXO A

Fragmento do manuscrito – Arquivo pessoal

Parar Meia Noite e a noite

3ª orça no meio das folhas
no clamar da polpa
madura

~~nosela se decaída e~~ ~~trava~~ ~~no~~ ~~meio~~
nos vegetais ~~de~~ ~~no~~ ~~meio~~ ~~das~~ ~~folhas~~
nos insetos ~~das~~ ~~caules~~, ~~more~~ ~~no~~ ~~meio~~ ~~das~~ ~~folhas~~
~~no~~ ~~meio~~
~~de~~ ~~trava~~

a noite ~~depois~~ ~~de~~ ~~um~~ ~~ti~~ ~~limita~~ ~~o~~ ~~seu~~ ~~seu~~
~~que~~ ~~a~~ ~~noite~~ ~~avanta~~ ~~como~~ ~~um~~ ~~aviso~~ ~~em~~ ~~seus~~ ~~canais~~
~~no~~ ~~atlas~~ ~~em~~ ~~das~~ ~~repartido~~ ~~como~~ ~~um~~ ~~aviso~~ ~~em~~ ~~seus~~ ~~canais~~
~~de~~ ~~seus~~ ~~relatório~~ ~~de~~ ~~trava~~ ~~no~~ ~~meio~~ ~~das~~ ~~folhas~~

5ª como o fulgor lunar
nos arborescência noite
a natureza relata
sua presença

a noite

depois de um ti
em seus canais

ANEXO B

Recorte do poema publicado *Rainer Maria Rilke e a morte* (versos 1 a 20)

Rainer Maria Rilke e a morte

- 1 Ela é sumo e perfume na folhagem
- 2 é relâmpago
- 3 e açúcar
- 4 na polpa fendida
- 5 e em todo o bosque
- 6 é rumor verde que de copa em copa se propaga
- 7 entre estalos e chilreios
- 8 a morte
- 9 presença e ocultação
- 10 circula luminosa
- 11 dentro dos caules
- 12 e se estende em ramos
- 13 abre-se em cores
- 14 nas flores nos
- 15 insetos (veja
- 16 este verde metálico este
- 17 azul de metileno) e inspira
- 18 o mover mecânico
- 19 dos mínimos robôs
- 20 da floresta

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES
ACERCA DA FILOLOGIA DO PROCESSO:
A CRÍTICA FILOLÓGICA NA BAHIA

Arivaldo Sacramento de Souza (UFBA)
arisacramento@gmail.com

RESUMO

Já é comum lembrar-se da filologia como campo de estudo que se preocupa com a restituição dos textos, isto é, com a recuperação dos originais perdidos ou com os textos de última vontade do autor. Tal delimitação reservou à filologia uma adjetivação tecnicista e, quase sempre, ancilar de qualquer estudo da língua ou do texto, o que não é nenhum demérito, mas castra a diversidade temática do labor filológico e reduz a pluralidade das possibilidades de pesquisa. Felizmente, neste momento, quando observamos o movimento forte das desconstruções do pensamento metafísico tradicional e em meio à emergência da crise do intelectual, surgem propostas que nos ajudam a compreender possíveis papéis do filólogo no contexto atual. Uma dessas propostas foi construída no ano de 2001 pela Profa. Rosa Borges em sua tese de doutorado. Longe de qualquer proselitismo ou glorificação, enveredaremos pela leitura crítica de *Poemas do Mar de Arthur de Sales: Edição Crítico-Genética e Estudo*, título da tese, que é uma pesquisa construída pela base teórica dos métodos tradicionais da edição de texto e a partir do estudo de um autor não canônico, cujo projeto de escrever uma coletânea de poemas do mar, empreendimento frustrado pelo mercado editorial e pela crítica cultural do modernismo baiano da primeira metade do século XX, foi assumido pela filóloga. Este é objeto desta investigação, que toma para discussão o projeto filológico editorial de Rosa Borges e visa ler o lugar dela como intelectual que assume intervenções editoriais contra os discursos opressores difundidos pela crítica literária tradicional que levaram Arthur de Salles ao esquecimento. A partir desse caso, propomos nossa práxis filológica hoje, mais como intérpretes e menos como legisladores da língua e da cultura.

Palavras-chave: Filologia do processo. Crítica filológica. Crítica genética.

1. *Modo de ler*

Os preceitos que normatizam as comunicações em eventos acadêmicos quase sempre prezam por um texto que abole a subjetividade do pesquisador como método de estabelecimento da verdade. Nesta minha fala, todavia, tanto a verdade quanto o referido princípio de objetividade estão em xeque.

Primeiro, pelo meu lugar de fala: “acontece que eu sou baiano...” e sou testemunha ocular das vivências e sociabilidades da filologia na Bahia, isto é, pelas minhas formas de amar as letras. *Segundo*, pelo propósito

desta fala, qual seja: uma leitura do empreendimento crítico-filológico elaborado por Rosa Borges a fim de refletir, epistemologicamente, os rumos da filologia na Bahia; enquanto leitura, assumo, qual um cartógrafo, a parcialidade do olhar, os compromissos afetivos e a construção da travessia na produção textual de Rosa Borges. *Terceiro*, pela divergência de expectativa em relação à ciência, cujo destino é a busca pela verdade; aqui, quero, ao ler os recursos produzidos na atividade de pesquisa filológica na edição da “obra marinha” do poeta baiano Arthur de Salles, tomar lições que apontem – e, para mim, recuperem – a criatividade como condição *sine qua non* para a renovação dos estudos filológicos.

Nesse sentido, longe de qualquer proselitismo ou glorificação, enveredarei pela leitura crítica de parte de *Poemas do Mar de Arthur de Salles: edição crítico-genética e estudo*, de Rosa Borges, que é uma pesquisa construída pela base teórica dos métodos de crítica de texto por meio do estudo de um autor não canônico, cujo projeto de literatura sofreu o contingenciamento e boicote do campo literário, mercado editorial e da crítica cultural da primeira metade do século XX na Bahia.

Como não será possível ocupar-me das mais de 900 folhas da tese, selecionarei, como trajeto cartográfico, dois aspectos importantes para a formulação aqui proposta: de um lado, o investimento numa metodologia construída a partir da confluência dos procedimentos da crítica textual e da crítica genética; de outro, a relação editor-autor na construção da lírica marinha do poeta. A partir disso, invisto na compreensão de uma práxis filológica que não elegerá nenhum ídolo para a prática de pesquisa, nem modelo a ser seguido, mas que reconhece a ética criativa de atuação da Filologia mais como procedimento analítico que normativo ou legislador quer da língua, quer da cultura.

2. As lições dos *Poemas do Mar de Arthur de Sales*

É bastante comum que os manuais de crítica textual e disciplinas próximas a ela tragam, em alguma seção, uma explanação sobre os modelos de edição que devem orientar os trabalhos de pesquisa para os iniciantes. Um dos critérios de maior recorrência para descrevê-los é classificá-los a partir da quantidade dos testemunhos de um texto de uma dada tradição. A isso César Nardelli Cambraia, em sua *Iniciação à Crítica Textual* (2005), acrescenta um critério de “grau de intervenção” do editor que varia das ações mais conservadoras como, supostamente, as fac-similares àquela

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

em que o editor reconstituiu a genuinidade do texto e que, portanto, apresenta muito mais manipulações.

Com esses parâmetros, resumem-se os nortes de atuação da área e, como muito pertinentemente afirmou Marcello Moreira (2011), são aplicados, quase que categoricamente, esses mesmos princípios teórico-metodológicos aos mais diferentes tipos de texto de épocas bem diferentes, elaboradas em circunstâncias as mais diversificadas. Tais procedimentos podem trazer prejuízos decorrentes dessa massificação, pois historicizam, por exemplo, noções como autor, texto, leitor, negligenciando as coordenadas nas quais os textos foram forjados.

Felizmente, para suavizar a sentença que terminamos de esboçar para sintetizar a experiência de edição no Brasil, há pesquisas que se apresentam, indisciplinadamente, arriscando-se para além da aplicação metodológica, ainda que representem muito pouco do que vem sendo produzido. Podemos exemplificar, no horizonte de língua portuguesa, com as pesquisas de Fagundes Duarte e Marcello Moreira, mas não quero agora mostrar diferenças ou tecer provocações a respeito da obra dos referidos filólogos, deixo em suspenso para outro momento de reflexão. Essa exiguidade já foi descrita no discurso lusófono de Ivo Castro em recensão ao livro de *Introdução à Edótica*, de Segismundo Spina.

Nesse terreno de trabalhos que irrompem o tom monocórdico da crítica, quero situar o trabalho de Rosa Borges sobre Arthur de Salles. Inicialmente, pensar a relação pesquisador e objeto a partir da leitura realizada do espólio do bardo baiano; em seguida, compreender a constituição do cancionero marinho – e nessa altura encontro um lugar de crítica – como ato de criação editorial; e, por fim, observar como o material assumido como fonte da pesquisa possibilitou a construção de um aparato metodológico a partir da conjunção da crítica genética e da crítica textual.

Para começar, é preciso dizer que a proposta de edição de Rosa Borges é de verve política: trata-se de uma ação contra o discurso naturalizador dos gostos e normatizador dos valores superiores da literatura que estiveram sob o abrigo dos pareceristas do “bom gosto”. Isso fica ainda mais claro quando leio o projeto editorial assumido pela filóloga: reunir os poemas do mar, projeto que o autor não pôde concluir em vida. É possível pensar em diversas hipóteses de caráter econômico, social e político que contribuíram para que a poética salesiana soçobrasse, ao percorrer as cartas e comentários de seus contemporâneos, ficam mais claros os contornos em torno desse silenciamento.

Contra esse cenário de esquecimento, a providência tomada pela editora foi resgatar os projetos inacabados e inseminar a produção poética salesiana no rijo tecido da literatura brasileira. Ouvir a narrativa de encontro com a produção inconclusa do poeta é fundamental para entender como a metodologia das pesquisas filológicas não pode vir de uma recomendação apriorística, mas pode vir dos mares do Recôncavo Baiano, quando ele é ritmo, poesia e, sobretudo, poética. Nessa direção, Rosa Borges, nas palavras abaixo, deixa-nos entrever elementos do discurso lírico que nortearam a prática de uma *recensio* contracorrente da dispersão histórica das matérias do mar. Ela afirma:

A importância do mar para esse poeta do recôncavo baiano pode-se assim resumir: “Tudo no mar é poesia. Todo o rythmo está nelle. Poesia simples, poesia profunda, o idyllio, o madrigal, a endeixa (sic), a sonata, a ode. Tudo ahi está. A epopéa, a tragedia. Há (u)ma poesia grandiosa em tanta poesia (...)”. Esse fascínio pelo mar acha-se registrado em parte de sua obra publicada, em depoimentos de amigos, seus contemporâneos, em muitos de seus textos inéditos e dispersos, nas cartas que enviava ao amigo e também poeta Durval de Moraes, revelando, em uma delas, a intenção de fazer “o Mar em livro”. O destino não quisera, enfim, que tal desejo se realizasse. Coube-nos, então, a tarefa de resgatar tal obra. (BORGES, 2001, p. 6)

Essas decisões e os compromissos políticos assumidos, mas também de afeto e ética, vão em direção a um movimento de desconstrução do argumento estético que condenou, patrimonialmente, o autor do célebre *Hino ao Senhor do Bonfim*. De fato, questões de ordem racial-e-social podem ser evocadas (mesmo porque ainda não foram) para compreender porque quanto mais se conhece o *Hino*, que já foi aventado para ser o Hino da Bahia, menos se conhece o próprio autor.

Por isso, é de capital importância perceber o trabalho do editor como um “suplemento” – entendido aqui nos termos de Jacques Derrida – que assume o autor Arthur de Salles e a sua produção poética como texto bibliográfico que não pode ser *reparado* (não há defeitos na história dos textos, mas história), nem *restituído* (não há como regressar à gênese do texto, nem à sua integridade, sequer a uma individualidade), tampouco *corrigido*, uma vez que as transformações textuais e discursivas por que passaram os textos não podem ser combatidas, mas lidas com vistas à interpretação dos sujeitos e interesses que movimentaram, e mantiveram vivos, os textos; entretanto, podem ser, permitam-me a repetição, suplementados, reinventados num novo contexto texto-discursivo em que as coordenadas de produção e circulação mantêm-se em relação intertextual com o anterior, e não complementam o anterior. Isso me leva a acreditar que o

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

trabalho intelectual do filólogo é de criação e montagem, de crítica bibliográfica.

Porém, ainda cabe uma questão que espero desenvolver mais noutra oportunidade, mas desejo, ao menos interrogar: o editor, ao assumir o projeto inacabado de outro, pode ser chamado de autor? Antes do confortável sim ou não que a nossa proposição demanda, quero escapar com um breve exame das condições discursivas e histórica no caso de uma resposta afirmativa, pois a negativa parece mais assentada na diferença óbvia entre os sujeitos autor e editor.

Antes de tudo, precisamos compreender o que vem a ser autor e editor, mas esta definição aqui visa mais ao ordenamento do meu discurso que um parecer definitivo sobre a questão, afinal o debate acerca do estatuto do autor na contemporaneidade tem ocupado vários *bits* dos periódicos qualificados das áreas de Letras e o parecer é de que a resposta é mesmo a necessária manutenção do questionamento. Diante disso, assumo, ainda, os termos da proposta de Foucault em relação à questão *O que é um autor?* Para ele, não é fértil a discussão acerca da (in)existência do autor, mas é preciso compreender o modo como o argumento do autor opera nas redes discursivas, ou melhor, como autor, enquanto uma função atua, ou melhor, exerce a função-autor, com que fins, para quais interesses.

Então, em caso de resposta positiva à nossa proposição segundo a qual editor é autor, a questão que, de imediato, surge é a seguinte: a sentença copulativa proposta também serviria para fazer equivaler as “funções” de um (editor) e de outro (autor)? Não. Afinal, o significado social decorrente das condições de funcionamento da autoria como dispositivo não são as mesmas do editor, e não poderiam ser. É empobrecedor que seja. A resposta positiva de pensar editor como autor encontra fôlego na generalização romântica de autor como aquele que, inspirado pela musa criadora, exerce a paternidade do *logos*. De fato, acredito que há mais proveito em compreender a função do editor como um projeto de rasura e de desconstrução desse ideal de autoria, já que para o editor autor-e-texto, sua biobibliografia, são *corpora* de labor filológico, isto é, de interpretação que, conforme Jacques Derrida consiste em “tecer um tecido com os fios extraído de outros tecidos-textos” (DERRIDA, 2005). É nesse sentido que compreendo que Rosa Borges não acaba, ou seja, não termina o projeto de Arthur de Salles, mas *assume* a construção do cancionário marítimo inseminando-se entre os manuscritos e os mais diversos testemunhos que constituem o *corpus* sallesiano e, assim, dissemina, noutra contexto enunciativa, os *Poemas do Mar*. Afinal, “Quem é de mar não enjoa”.

Assim, no lugar de o editor reclamar para si o direito à propriedade intelectual de autor, mantendo um compromisso com os mecanismos de interpretação paternalista, defendo que talvez fosse mais produtivo desconstruir a centralidade que tanto autorizou a atividade hermenêutica da filologia tradicional como norma de leitura e de método de análise. Por isso, julgo que a possibilidade do trabalho editorial é, em si, a necessária desconstrução do autor, já que tal atividade constitui a reabertura da cena de gênese da obra para um local plural e de trânsito (de partida e de regresso), no qual não existe a ideia original, nem o mesmo sujeito ora leitor, ora escritor de si, onde a dúvida da escrita, a rasura e o disparate dos originais encontram abrigo.

Por isso, o editor-filólogo, juiz desse campo insalubre da sintaxe não-linear, dos escombros dos não-textos, pode escolher diversos caminhos, dois deles me interessam mais aqui: um teleológico, que pactua com as convenções sobre a função autor, função leitor... e, portanto, comporta-se como padraço, recuperando a presença do autor sob o argumento que fica expresso na sentença cotidiana “o autor disse isso...”; e uma abordagem criativa que assume o ato editorial como um processo de montagem, de inscrição histórica de um projeto de leitura de um autor, e não de assunção ao lugar dele nos regimes de operação discursiva (KASTAN, 2001). Diante disso, prefiro ser editor enquanto leitor, ou autor de um projeto de leitura, mas que, mesmo assim, mantém a (in)conciliação com o autor.

Acredito que isso é o que faz Rosa Borges quando explica seu projeto filológico que não se encontra prescrito em nenhum manual, mas que advém da perícia documental apolineamente estabelecida pela filóloga. Sobre isso ela diz:

Procurou-se reunir um acervo textual que, de certa forma, ainda se encontra disperso e para o qual seu autor não definiu a estrutura global, apenas deixou registrado, em carta, o desejo de fazer um livro com os assuntos do mar. Trata-se de uma tarefa delicada que será empreendida de acordo com critérios funcionais, num primeiro momento, admitindo-se as *indicações autógrafas* (as informações patentes nos autógrafos); posteriormente, por *atribuição*, quando serão tomados outros poemas, alguns delimitados por uma *atribuição explícita*, ou seja, foram publicados e enfileirados sob o título de *Poemas do Mar*, quando vivo o poeta, outros, *sem atribuição*, relacionados a partir de uma temática, a marinha, evidentemente, tornando-se, por isso, atribuíveis do ponto de vista crítico-filológico – *classificação léxico-temática*. (BORGES, 2001, p. 8)

Se sobre essas palavras não posso falar em uma poética filológica (não posso?), embebida nas vagas salesianas, trato a constituição do “acervo textual” da pesquisa como metodologia criada, provisoriamente,

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

para a situação textual que ela enfrentou. Desse modo, a construção de *Poemas de Mar* baseou-se em “critérios funcionais” diversificados, mas aqui destaco: (i) toda a pesquisa indiciária que buscou recuperar o mar salesiano a partir de fontes diversas, pesquisa de campo que deram corpo ao desejo não realizado de um poeta solapado pelas redes de poder hegemônico; (ii) a classificação léxico-temática é a outra parte importante, na qual vemos o agenciamento de pesquisa linguística somada à reflexão crítica e literária, por outras palavras, uma abordagem que não resume tudo em filologia, mas aponta a ética de leitura que conforma a práxis filológica.

Por falar nisso, outro aspecto que importa mencionar é a arquitetura teórico-metodológica criada para estabelecer o texto crítico do *corpus* de Salles. Entre os testemunhos, foram selecionados manuscritos e rascunhos que mostram o *avant-texte* e trazem o drama do manuscrito autógrafo, sintomaticamente discutida por Luís Fagundes Duarte em sua *Maldição do Manuscrito Autógrafo* (DUARTE, 1995). Tal discussão instaurou a emergência de uma *crítica textual moderna*, também chamada de *filologia do autor*, de forte inspiração italiana, que tem compromisso com a última vontade do autor, ou, mais modernamente, vontade última.

Lendo as variantes autorais, dos processos de gênese e do processo de transmissão, Rosa Borges estabeleceu e/ou propôs leitura de 39 poemas, ou quase poemas, textos éditos ou inéditos, fragmentados, completos, performando, na dobra bibliográfica proposta por Arthur de Salles, a obra *Poemas do Mar*. Esse procedimento ficcionaliza um Arthur de Salles, pondo em circulação e “em liberdade”, para usar uma expressão de Silviano Santiago (1994), a produção poética não levada a cabo pelo bardo baiano. Assim, contra as formas do silenciamento (ORLANDI, 1995), articulando a gênese do processo de criação e o método de estabelecimento crítico neolachmanniano, a obra foi criada. Aqui também não tratarei dos aspectos idealista e teleológico dos paradigmas editoriais platônicos ainda presentes tanto na crítica textual, ao acreditar no estabelecimento textual como um retorno à cena integralizadora dos sentidos corretos presentes na origem ou última vontade do autor, quanto na crítica genética, cuja ideia de processo ainda se mostra vacilante na própria concepção de processo que, via de regra, desemboca na tentativa de instauração de uma linearidade do processo de criação.

Para comentar um pouco mais sobre os deslimites entre a crítica textual e a crítica genética, também não me posicionarei sobre as influências mútuas e defesas de identidades disciplinares. Passo a discutir um problema que acho que Rosa Borges consegue resolver e que sequer é pensado

no campo dos estudos de gênese. Com o pressuposto de que o que interessa para a compreensão do processo criador termina com a publicação dos manuscritos, a maior parte dos trabalhos de crítica genética deixa de fora de seus dossiês ou encara como limite todas as outras cenas de criação e escrita pós-publicação.

Pergunto, então: os trabalhos de reescrita, de uma edição para outra, deixam de constar como processos criativos? Um escritor não cria ao reescrever uma obra? Claro que sim. Esse limite metodológico do *avant-texte* traz severo risco à compreensão da história dos textos e do processo de criação e de transmissão (transformação). Talvez, por isso, Rosa Borges tenha proposto uma interação teórica e metodológica das duas perspectivas, traíndo as fronteiras disciplinares que mais limitam as questões de pesquisa que articulam respostas. Só isso, possibilitou a revisão crítica de poemas éditos que foram retomados depois pelo escritor.

Além disso, considero vantajosa a possibilidade de leitura do aparato crítico-genético que constitui um sumário, ou melhor, um dispositivo arquivístico cujo centro é o texto édito, mas, à margem, constam todos os contextos de perturbação que depõem contra a opção científica da editora e revelam as “variantes” e as lições dos testemunhos. Uma leitura filológica que supere o sintagmatismo da crítica literária e leia a dispersão material ainda precisa ser realizada, pois seria interessante perceber como as tensões que resultam nas “variantes” surgem das mediações de sujeitos direta ou indiretamente interessados no texto. Tudo isso é elemento constituinte do tecido-texto e é assumido pela leitura filológica como campo para a cartografia da crítica.

3. Algumas palavras provisórias

Assim, diante do exposto, compreendo que, a partir do texto de Rosa Borges e de outras pesquisas mencionadas na primeira seção, é possível entender o movimento da crítica filológica, sem que, para isso, tenha que encerrar os procedimentos metodológicos em leis, nem que seja necessário separar o ato de edição das perspectivas de crítica. Por isso, não me parece saudável permanecer crente na função substantiva, adjetiva e transcendente proposta por Segismundo Spina (1977), pois não há ato de crítica que esteja isento da subjetividade da pesquisa, nem maneira de estabelecer substantivamente um texto que não esteja amparada também na crítica “biográfica” (considerada adjetiva) ou na leitura de mundo materializada na produção a ser editada (chamada de transcendental).

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Outro espaço importante que é possível considerar é a relação editor e autor. Se este na metafísica platônica é considerado o Pai do texto, o que tem condições de proteger os sentidos do texto e reafirmá-lo contra a corrupção das percepções; aquele, seguindo a mesma matriz de pensamento, buscou restituir, através dos métodos positivista dos estudos filológicos, a presença paterna, sendo um *padrasto* do texto. Acredito, aliás como já discutimos (SACRAMENTO, 2014), que o ato de edição precisa ser de parricídio, muito mais no sentido de revelar outras estratégias de produzir sentido que não ative, em qualquer que seja o empreendimento de leitura, uma norma. Essa é a razão por que considero também problemática a ascensão do editor à posição de autor, em qualquer que seja a função. Isso, talvez, seja uma manutenção da estrutura hermenêutica baseada no argumento de posse, do lugar de quem tem permissão para dizer do texto.

Por fim, uma questão ainda precisa ser posta: o que se quer afirmar quando se diz que um texto é!... de alguém? Quando o texto é do editor, por exemplo? Ou melhor, que os *Poemas de mar*, embora nunca reclamados por ela, são de Rosa Borges? Uma possível interpretação mais difundida socialmente é aquela que considera o verbo “ser” como atributo permanente do predicativo ao seu sujeito. Essa é uma sintaxe que, embora tenha mais interesse em responsabilizar o editor pela constituição do texto, deixa ao relento a “comunidade de interpretação”, para usar uma expressão de Stanley Fish (1980). Tal comunidade poderia ser parafraseada por aquilo que Donald Francis McKenzie também poderia chamar de sociologia da produção do texto, isto é, como os sujeitos integrados a uma comunidade de interpretação criam e são criados por ela/nela.

Assim, fechando a página 901, saio com a impressão de que reconheci não a autora dos poemas de mar, mas a intérprete de Arthur de Salles e, com isso, quero pensar a minha compreensão de filólogo com sujeito eivado de suas mais diversas formas de leitura de mundo. Vale ressaltar que esta perspectiva é mais de descentramento cultural que de etnocentrismo, não quero levar meu mundo para imprimir regras para o dos outros; mas não posso estar desatento ao terreno de disputa de sentidos a que o editor, intérprete, está jogando.

Para terminar, gostaria de afirmar que esta minha interpretação dos *Poemas de Mar*, de Rosa Borges, se não são um comentário, um simulacro, do trabalho realizado, é um agradecimento que nunca consegui fazer ao curso que fiz na graduação que teve como base os poemas de Mar de Salles. Aquela tinha sido a primeira vez que uma filóloga tinha se dedicado a

elaborar um texto crítico à minha vista, depois disso, não parei mais de etnografar práticas e posturas editoriais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Rosa. *Poemas do Mar de Arthur de Salles: edição crítico-genética e estudo*. 2002. Tese (Doutorado em Letras e Linguística). – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CASTRO, Ivo. Recensão a Introdução à Edótica, de Segismundo Spina, *Boletim de Filologia*, XXVI, 1980-1, p. 374-386.

DERRIDA, Jacques. *A farmácia de Platão*. Trad.: Rogério Costa. São Paulo: Iluminuras, 2005.

DUARTE, Luiz Fagundes. A Maldição do manuscrito autógrafo. *Qvinto Império: Revista de Cultura e Literatura de Língua Portuguesa*. Salvador, vol. 1, 1995.

DUARTE, Luiz Fagundes. A maldição do manuscrito autógrafo. *Qvinto Império: Revista de Cultura e Literatura de Língua Portuguesa*. Salvador, vol. 1, p. 87, 1995.

KASTAN, David Scott. *Shakespeare and the book*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MCKENZIE, Donald Francis. *Bibliografía y sociología de los textos*. Trad.: Fernando Bouza. Madrid: Akal, 2005.

MOREIRA, Marcello. *Crítica textualis in caelum revocata?* Uma proposta de edição e estudo da tradição de Gregório de Matos e Guerra. São Paulo: Edusp, 2011.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1995.

SANTIAGO, Silviano. *Em liberdade: uma ficção de Silviano Santiago*. 4. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
MODELAGEM HIPERTEXTUAL
PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM ARQUIVO DIGITAL
DE EDIÇÕES DE DOCUMENTOS NOTARIAIS

Elian Conceição Luz (UFBA)

elianconceicao@ufba.br

Norma Suely da Silva Pereira (UFBA)

normasuelypereira@yahoo.com.br

RESUMO

No âmbito dos estudos filológicos, o projeto "A análise de textos notariais e o estudo de práticas culturais: construção de edições em ambiente digital" busca ampliar o conhecimento sobre práticas culturais de natureza sociorreligiosa na sociedade baiana no período compreendido entre os séculos XVI e XIX, através da realização de edições diplomático-interpretativas em meio eletrônico de documentos notariais extraídos dos *Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia*. As edições em formato digital possibilitam, com a construção de arquivos digitais, a fácil recuperação da informação através de uma modelagem hipertextual. Sendo assim, é fundamental desenvolver mecanismos que alinhem os desafios impostos pelos dispositivos computacionais aos *corpora* dos documentos notariais que serão editados. Dessa forma, para desenvolver mecanismos de organização e acesso às edições em ambiente digital, buscou-se aplicações e teorias da ciência da informação (LIMA, 2015), as quais condicionam a representação e recuperação dos hiperdocumentos a partir do léxico - palavras indexadoras, assim como da diplomática, ciência que estuda os diplomas e documentos oficiais antigos, permitindo uma melhor compreensão do seu conteúdo. Como resultado, apresenta-se, em fase de desenvolvimento, um arquivo digital da edição de um testamento escrito no século XVI. Conclui-se, então, que as reflexões apresentadas, neste artigo, permitem a concepção de um arquivo digital que melhor apresentará aspectos da sócio-história da Bahia Colonial através da disseminação de fontes fidedignas.

Palavras-chave: Filologia digital. Arquivo digital. Modelagem hipertextual. Recuperação da informação. Documentos notariais.

1. Introdução

O filólogo, ao desenvolver estudos com documentos notarias, envolve-se com a construção da história que “[...] é composta pelos textos históricos, jurídicos, religiosos, políticos, diplomáticos [entre outros]” (SPINA, 1977, p. 74). Assim, a preservação e difusão dos documentos que testemunham as práticas culturais de épocas pretéritas é responsabilidade de vários estudiosos, a exemplo de historiadores, filólogos e arquivistas.

O trabalho do editor crítico é fundamental para a mediação cultural do patrimônio escrito de uma sociedade, a qual é uma questão-chave “[...]”

para a construção de uma memória sócio-histórico-cultural” (QUEIROZ, 2006, p. 147). Nessa perspectiva, o projeto "A análise de textos notariais e o estudo de práticas culturais: construção de edições em ambiente digital" apresenta ao leitor contemporâneo através de edições diplomático-interpretativas e interpretativas de documentos provenientes do Mosteiro de São Bento da Bahia e do Convento da Nossa Senhora da Conceição da Lapa (LUZ & PEREIRA, 2016)³³ estudos sobre as práticas culturais de natureza sociorreligiosa no período compreendido entre os séculos XVI e XIX. (PEREIRA, 2015)

A preservação da memória deste período envolve, além da custódia dos documentos originais e das publicações de edições diplomático-interpretativas dos documentos, o armazenamento, a descrição, o acesso e a disseminação destas, a fim de possibilitar fontes fidedignas à produção de conhecimento. No ambiente digital, observando-se que as tecnologias do hipertexto, a exemplo dos sistemas de gerenciamento de bancos (SBDAs), possibilitam explorar abordagens já utilizadas nos arquivos tradicionais, compreende-se que essa discussão converge à preservação digital, superando antigas limitações e explorando novos domínios no campo da recuperação da informação (RI). (LIMA, 2015)

Nesse artigo, apresentou-se o esforço de aproximar estratégias da recuperação da informação a recursos dos sistemas de gerenciamento de bancos na construção de um arquivo digital para difusão dos produtos e processos editoriais provenientes da pesquisa. Tendo o léxico como interface entre uma perspectiva de recuperação da informação estrutural e semântica, a pesquisa, buscou uma descrição que relacione a origem e as interligações entre os documentos, tomando por base as diretrizes da descrição de documentos arquivísticos propostas pela *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD (G)* (2002), porém, estabelecendo relações também através de um mapa conceitual (MC) conforme proposto em Gercina Ângela de Lima (2015), as quais são mais adequadas as *características do hipertexto*. (LÈVY, 1993)

de roubo seguido de estupro, processo que correu na Justiça de 1913 a 1914, em sua dissertação de mestrado, sob a orientação da profa. Dra. Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz.

³³ 1º Governador Geral n

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

2. *Os registros do patrimônio material do Mosteiro de São Bento da Bahia*

O Brasil nasceu na Bahia, e em bases de forte influência da religião, neste período sob a hegemonia da Igreja Católica, como se pode perceber pela presença dos Jesuítas em terras tupiniquins, desde 1549 (NUNES, 2013). Em 1575, a Ordem Beneditina, representada pelo abade geral, convocou o segundo Capítulo Geral do Mosteiro de Tibães, em Portugal, para colaborar com as conquistas portuguesas no continente americano através da evangelização em terras ultramarinas, alinhando-se, assim, aos interesses do el-rei Dom Sebastião. (SENHA, 2011)

Neste mesmo ano, ficou, então, resolvido enviar à Salvador um procurador, o Frei Pedro de São Bento Ferraz, natural da Capitania de Ilhéus, que recebeu uma porção de terras de Francisco Afonso e da sua mulher, Maria Carneiro, logo após a sua chegada em terras brasileiras, em 1575. Contudo, somente em 1581, São Bento Ferraz recebeu autorização da administração da cidade de Salvador para o recolhimento de esmolas para a construção do templo que se iniciou em 1581, o qual foi inaugurado em 1584. (SENHA, 2011).

O uso de esmolas para a construção de templos e outros bens temporais foi comum nas práticas das ordens católicas, tratavam-se de doações realizadas, geralmente, por famílias abastadas. A princípio os bens da Igreja não poderiam ser alienados, porém, a má gestão administrativa, a má fé: sonegação, venda e desapropriação; ou outros infortúnios, por exemplo, a peste negra que não poupou os monges e as abadias, apontavam para a necessidade de uma documentação adequada que garantisse a custódia dos bens temporais da Igreja. (OLIVEIRA & HERNÁNDEZ, 2009)

No Mosteiro de São Bento da Bahia, os bens temporais adquiridos eram documentados a fim de registrar a posse, a exemplo do *Livro Velho do Tombo*, doações aos monges beneditinos entre 1568 e 1716, acontecimentos de teor jurídico, os quais, no seu contexto, apontam para questões sociais, culturais, geográficas, históricas e políticas desse período, conforme observa Célia Marques Telles (2016),

Encerra, desse modo, conteúdos de grande relevância para a história da Cidade de Salvador como da Bahia. Arrolam escrituras, despachos, trocas, quitações, reconhecimentos, títulos de terras, petições, posses de terras, dentre outros registros que trazem aspectos passíveis de análise de várias áreas do saber. (TELLES, 2016, p. 228)

Evidencia-se, então, que os monges beneditinos, ao trazerem à Bahia Colonial a prática da produção e conservação de livros manuscritos produziram por meio de suas atividades de registro em documentos que tinham funções jurídicas e administrativas, coleções de significativo valor histórico para a pesquisa em diversas áreas, a exemplo dos estudos que retratam a formação do Brasil. Por outro lado, conforme analisa Alicia Duhá Lose,

A crescente participação de leigos nas atividades de pesquisa tem apresentado aos próprios monges uma nova forma de olhar para seu acervo e de compreender sua responsabilidade como administradores de um patrimônio que pertence ao Mosteiro, mas que, em certa medida, também pertence à toda sociedade. (LOSE 2011, p. 332)

Tal postura reflete o envolvimento do Mosteiro de São Bento da Bahia, com a cultura, o ensino e a produção de conhecimento. Assim, conforme afirma a mesma pesquisadora, como ocorreu com a Biblioteca em 2006, com a fundação da Faculdade São Bento, o Arquivo do Mosteiro passa por uma progressiva mudança, com pesquisas, principalmente, no âmbito da própria instituição, pelo Grupo de Pesquisa da Faculdade São Bento. (LOSE, 2013)

3. Instrumentos de recuperação de documentos: convergências de perspectivas

Arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus têm fronteiras bem definidas no que se refere ao conceito de documento utilizando de metadados distintos para a representação de suas coleções o que implica na necessidade de identificar o tipo de documento antes de propor um modelo que permita transferir e disseminar a informação (BELLOTTO, 2006). Paralelamente, a informática “[...] que surgiu em respostas sociais cada vez maiores de métodos eficientes e meios de coletar, manipular, armazenar, recuperar e disseminar a informação científica” (MIKAILOV; CHERNYI & GILIAREVSKI, 1967 *apud* ZAHER, 1974) no período pós-custodial, principalmente, com a advento da *internet*, é desafiada a possibilitar o acesso a uma massa documental diversa.

No entanto, há paralelismos entre essas duas perspectivas, Raghu Ramakrishnan e Johannes Gehrke (2008) ressaltam que os sistemas de gerenciamento de banco de dados (SBDA), assim como as estruturas de dados e outros recursos da computação amplamente utilizados nos sistemas de informação (SI), desenvolveram-se de forma amplamente independente

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

da recuperação da informação (RI), campo do conhecimento que estuda o problema da pesquisa de coleções de documentos de texto desde os anos 50 do século passado.

Dessa forma, nessa seção, buscou-se discorrer sobre diferentes perspectivas de recuperação de documentos para, atento ao que é proposto, estabelecer elementos de descrição para a construção de um arquivo hipertextual, o qual, enquanto arquivo, conforme assinala Heloísa Liberalli Belotto (2006), deve garantir a distinção de documentos de fundos diferentes a fim de garantir o *princípio da proveniência*, o qual orienta a separação física dos documentos de instituições produtoras distintas, e a representação das atividades administrativas, ou seja, as relações entre os documentos diversos que constituem um fundo propondo que a organização do arquivo deve representar as atividades provenientes da entidade produtora (*princípio da organicidade*), em contrapartida, buscou-se identificar relações através do conteúdo semântico a fim de se constituir hipertexto. Para este fim, foram adotadas teorias e aplicações da biblioteconomia apresentadas por Gercina Ângela de Lima (2015), assim como da modelagem hipertextual defendida por essa pesquisadora.

3.1. Descrição de documentos de arquivo

Theo Thomassen (2006) assinala que os arquivos se diferenciam das bibliotecas por custodiarem documentos únicos (*princípio da unicidade*), ou seja, documentos originais, os quais são gerados de forma involuntária. Os arquivos, então, nesse primeiro momento, têm como objetivo o registro das atividades administrativas, para fim de gestão e tomada de decisão, e jurídica, para fins comprobatórios (*função primária*). Assim, “O fluxo de documentos é regulado para se assegurar que os documentos que são gerados por um determinado processo de trabalho permaneçam ligados, de modo que possam ser facilmente recuperados e usados” (THOMASSEN, 2006, p. 11) tendo por objetivo descrever os documentos, de forma que a dinâmica das atividades realizadas pela entidade produtora seja representada.

No entanto, o mesmo autor afirma que:

Indivíduos e organizações também criam arquivos para não serem esquecidos. Diários, álbuns de fotografias e livros de visitantes são criados e mantidos para documentar, para a posteridade, a história da pessoa ou da organização. Esta função de herança cultural, às vezes, é atribuída também a arquivos que

não foram deliberadamente criados como lembrança de um passado ilustre. (THOMASSEM, 2006, p. 7).

Logo, segundo o autor, essa se configura, assim, como a função secundária do arquivo: transmissão da herança cultural.

A *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística* contém diretrizes gerais para auxiliar a descrição de documentos arquivísticos que podem ser aplicadas independentemente do suporte tendo como objetivo principal “[...] identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos” (ISAD (G), 2002, p. 11). Para esse fim, é fundamental a construção de uma estrutura multinível que represente o conjunto das atividades o que permitirá visualizar o contexto e garantir que o documento não perca o seu significado, visto que os documentos de arquivo não podem ser divididos ou repartidos, sendo assim, devem ser representados, preferencialmente, de forma holística (*princípio da indivisibilidade*).

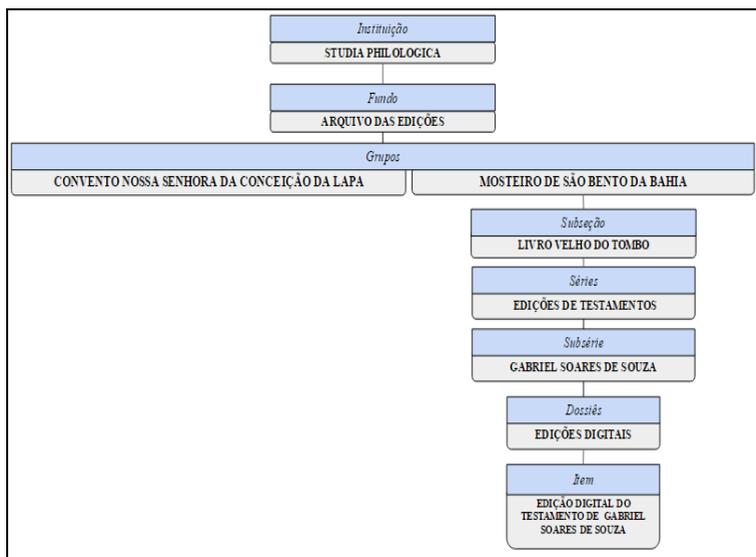


Figura 01: Estrutura multinível das edições em formato digital.

A estrutura multinível apresenta relações que podem facilitar a estruturação do sistema de gerenciamento de bancos através do modelo entidade relacionamento (ER), conforme é apresentado a seguir.

**II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA**

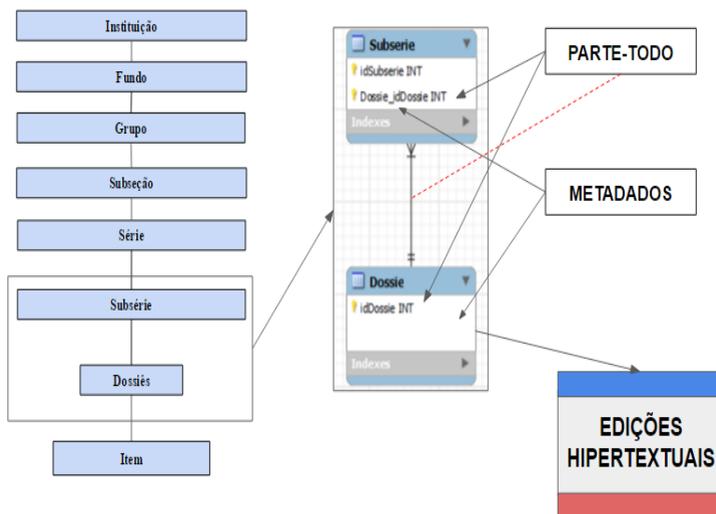


Figura 02:
Relação entre a estrutura multinível e o modelo entidade relacionamento (ER).

De acordo com a *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística* (2002, p. 12-13), os metadados podem ser particionados em sete áreas de informação descritiva:

1. Área de identificação (destinada à informação essencial para identificar a unidade de descrição);
2. Área de contextualização (destinada à informação sobre a origem e custódia da unidade de descrição);
3. Área de conteúdo e estrutura (destinada à informação sobre o assunto e organização da unidade de descrição);
4. Área de condições de acesso e de uso (destinada à informação sobre a acessibilidade da unidade de descrição);
5. Área de fontes relacionadas (destinada à informação sobre fontes com uma relação importante com a unidade de descrição);
6. Área de notas (destinada à informação especializada ou a qualquer outra informação que não possa ser incluída em nenhuma das outras áreas);
7. Área de controle da descrição (destinada à informação sobre como, quando e por quem a descrição arquivística foi elaborada)

Essas regras colaborarão para a modelagem do banco de dados, visto que, a princípio, constituem-se como atributos das unidades de descrição, as quais, cada uma, com exceção da unidade *item documental*, poderão ser representadas como uma entidade conforme se demonstrou na Figura 02.

3.2. Item documental: a edição digital e novas possibilidades de recuperação de documentos

Os documentos que irão compor o arquivo hipertextual são edições diplomático-interpretativas e interpretativas que serão apresentadas através de uma edição digital (LUZ & PEREIRA, 2016) seguindo o modelo proposto por Maria Clara Paixão de Souza (2014), o qual se constitui em uma interseção entre o trabalho do filólogo e o do programador possibilitando tanto o rigor do fazer da Filologia Textual quanto a sintonia com as novas tecnologias de difusão da informação através do hipertexto. O resultado desse trabalho é um texto que pode ser lido através da linguagem natural ou interpretado pelo computador, ou seja, processado através da marcação realizada com o uso de uma linguagem artificial, sendo importante frisar que todas as figuras que seguem representam um mesmo arquivo³⁴ que apresenta diversas versões.

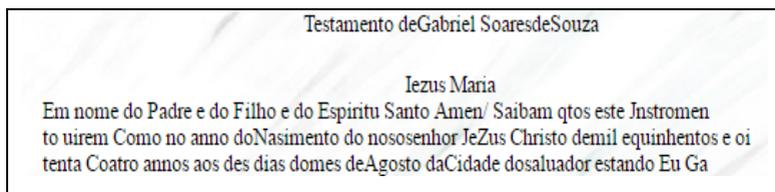


Figura 03: Edição diplomático-interpretativa.

o período de 1549 a 1553.

³⁴ Informação verbal. Entrevista realizada pela autora com Ferreira Gullar na residência dele.

³⁴ Artigo aceito para compor a programação científica do XII ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, a ser realizado na Universidade Federal da Bahia, em Salvador no ano de 2016.

³⁴ *Arquivo*, aqui, assume o significado de código *HTML* (*HyperText Markup Language*), ou seja, aquele com o formato *.html*.

de edições, a exemplo das fac-similares, assim como de demais fontes de pesquisa, desvelam-se a partir da leitura crítica do filólogo e devem ser descritas para garantir a publicação de uma fonte fidedigna. Assim, abaixo, é apresentado um modelo constituído de informações de uma edição que podem ser adicionadas aos descritores da *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística* (2002), porém, com o cuidado de não haver repetição.

CONTROLE	Editor crítico	
	Tipo de edição	
	Nome da edição	
	Ponto de acesso	
HISTÓRIA DO TEXTO	Paratexto	
	Prototexto	
	Outras edições	
DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO	Análise diplomática	Tipologia documental
		Estrutura do documento
		Proveniência
		Autor/Testador
		Finalidades primárias
		Usos secundários
		Validação
		Data tópica
	Data cronológica	
	Análise codicológica	Materialidade aparente
		Materialidade instrumental
		Materialidade subjacente
	Análise paleográfica	Tipo da letra
		Relação de abreviaturas
Marcas de mudança linguística		
Observações outras sobre a grafia		
TRANSCRIÇÃO	Transcrição	
CONSIDERAÇÕES DO EDITOR	Notas	

Tabela 01: Descritores da Filologia.

3.3. Modelagem hipertextual para organização de documentos

Vive-se, hoje, uma revolução na circulação de textos que se assemelha às transformações provocadas pelo surgimento da imprensa, no início da Idade Moderna, a qual tornou o livro mais acessível a uma classe maior de pessoas, promovendo a democratização do saber. Naquele con-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

texto, a biblioteconomia ampliou o seu desenvolvimento, visto que as bibliotecas foram desafiadas a elaborar métodos para a catalogação e classificação do seu acervo para acompanhar a explosão documentária e garantir a finalidade última das coleções: a produção e circulação de novos conhecimentos.

O interessante é observar que com o hipertexto a informação pode ser trabalhada de forma muito mais próxima ao modo com que o nosso cérebro desenvolve os processos mnemônicos. Pierre Lévy (1993) cita seis princípios da rede hipertextual na representação do conhecimento:

1. *Princípio de metamorfose*: a intensa modificação dos sentidos.
2. *Princípio de heterogeneidade*: diversas formas de relação entre os nós.
3. *Princípio de multiplicidade e de encaixe das escalas*: um nó do acesso a todo o hipertexto.
4. *Princípio de exterioridade*: evidencia a constante (re)construção, aberta a incorporar novos dados.
5. *Princípio de topografia*: a concepção de que a informação é organizada a partir da aproximação entre os significados.
6. *Princípio de mobilidade dos centros*: a inexistência de centros fixos, mas sim de diversos polos espalhados na rede, que se estabelecem a partir da ação, ou seja, dos números de relações significativas que se consegue estabelecer, o que depende da ação dos leitores.

Assim, a geografia do hipertexto é construída através da interação dos sentidos que é (res)significado pela (inter)ação dos leitores. Hoje, a informática que através dos sistemas de gerenciamento de bancos possibilita mecanismos para coletar, manipular, armazenar, recuperar e disseminar a informação de forma mais eficiente, também é desafiada a possibilitar, nos sistemas de informação (SI), mecanismos de navegação através dos sentidos. Neste ponto, o aporte teórico da Biblioteconomia é fundamental, visto que, oferece teorias e práticas para trabalhar com mecanismos baseados no conteúdo semântico.

Nesta perspectiva, Gercina Ângela de Lima (2015) desenvolveu um estudo que buscou através de um mapa conceitual (MC) aplicar as teorias da biblioteconomia à gestão de documentos. Os resultados obtidos pela

pesquisadora implicam na organização semântica das palavras indexadoras a fim de possibilitar a construção de uma rede através de *links* semânticos. (LIMA, 2015)

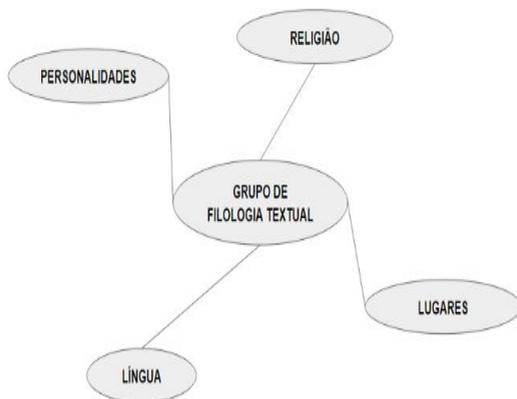


Figura 06: Diagrama de olho-de-peixe.

No entanto, a pesquisa de Gercina Ângela de Lima (2015) foi desenvolvida tendo como objetivo a indexação de uma tese de doutorado, sendo uma monografia, documento de biblioteca, exige da pesquisa apresentada nesse artigo, realizada com *corpus* composto por documentos notariais do século XVI, um esforço de aproximar, nesse trabalho, outras áreas do saber: diplomática, arquivologia e linguística histórica; como pode ser observado abaixo no processo de extração das palavras indexadoras.

7. Conclusões, perspectivas e possíveis aplicações

Apesar do conceito *documento* não ser amplamente difundido entre os programadores, as técnicas utilizadas para o desenvolvimento de sistemas de gerenciamento de bancos possibilitam alternativas para a recuperação de documentos que podem ser exploradas para facilitar o acesso às edições produzidas pelo Grupo de Filologia Textual da UFBA. Com esse objetivo o trabalho que desenvolveu estudos com documentos notariais, os quais se constituem como tipos documentais da Arquivologia, buscou fundamentações teóricas para a representação da informação neste campo do saber. Assim, de acordo com as diretrizes da *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística* (2002), propõe-se uma descrição com base na estrutura do contexto de produção dos documentos a fim de não comprometer a modelagem hipertextual que será utilizada em trabalhos futuros.

Por outro lado, com o objetivo de explorar relações semânticas entre os documentos, os quais convergem com os princípios do hipertexto (LÉVY, 1993), utilizou-se o aporte teórico da biblioteconomia, mais especificamente, o defendido por Gercina Ângela de Lima (2015) para a modelagem hipertextual de documentos. Dessa forma, agrupa-se, com a construção de um mapa conceitual (MC), as palavras indexadoras extraídas dos próprios documentos em significados que representem aspectos das práticas culturais da Bahia Colonial, como a língua, as personalidades, os lugares e a religião.

Dessa maneira, as reflexões apresentadas, neste trabalho, aproximaram perspectivas da arquivologia e da biblioteconomia para a modelagem hipertextual de edições de documentos notariais, o que permitirá um maior conhecimento de aspectos sobre a sócio-história da Bahia Colonial, através tanto da disseminação de fontes fidedignas, quanto da apresentação holística dos documentos. Entende-se, assim, que a organização das edições, com base nos princípios, aqui, apresentados poderá possibilitar maior acessibilidade a aspectos que cercam as práticas culturais desse período para leitores especialistas ou não.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- CARLAN, Eliana; BRÄSCHER, Marisa. Fundamentos teóricos para elaboração de sistemas de organização do conhecimento. In: BATISTA,

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Dulce Maria; ARAÚJO JUNIOR, Rogério Henrique de. (Orgs.). *Organização da informação: abordagens e práticas*. Brasília: Thesaurus, 2015. p. 135-159.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *ISAD (G): General International Standard Archival Description: adopted by the Committee on Descriptive Standards*, Stockholm: Sweden, 19-22 September 1999. Ottawa. Trad.: Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. 2. ed. Lisboa: IAN/TT, 2002.

LÉVY, Pierre. *Tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. São Paulo: Editora 34, 1993.

LIMA, Gercina Ângela de. *MHTX: modelagem hipertextual para organização de documentos: princípios e aplicações*. Rio de Janeiro: Interciência, 2015.

LOSE, Alicia Duhá. Riqueza e diversidade do acervo bibliográfico e documental do Mosteiro de São Bento da Bahia: um panorama dos trabalhos do grupo de pesquisa. In: DUARTE, Zeny. *Arquivos, bibliotecas e museus: realidade de Portugal e Brasil*. Salvador: Edufba, 2013, p. 237-258.

_____. O acervo bibliográfico e documental do Mosteiro de São Bento da Bahia. In: PAIXÃO, Dom Gregório (Org.). *O Mosteiro de São Bento da Bahia*. Rio de Janeiro: Versal; São Paulo: Odebrecht. 2011, p. 297-332.

LUZ, Elian Conceição; PEREIRA, Norma Suely da Silva. *Edição digital de um fragmento do testamento de Gabriel Soares de Souza: diálogos entre a cultura digital e a cultura escrita*. (2016, no prelo)

NUNES, Antonietta d'Aguiar. *Conhecendo a história da Bahia: da pré-história a 1815*. Salvador: Quarteto, 2013.

OLIVEIRA HERNÁNDEZ, Maria Hermínia. *Administração dos bens temporais do Mosteiro de São Bento da Bahia*. Salvador: Edufba, 2009.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. A filologia digital em língua portuguesa: alguns caminhos. In: BANZA, Ana Paula; GONÇALVES, Maria Filomena. (Coords.). *Patrimônio textual e humanidades digitais: da antiga à nova filologia*. Évora: CIDEHUS/FCT, 2014, p. 113-138.

PEREIRA, Norma Suely da Silva. Os rituais da “boa morte” na Bahia colonial a partir da análise de testamentos. In: HORA, Dermeval da; PE-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

DROSA, Juliene Lopes Ribeiro; LUCENA, Rubens Marques. (Orgs.). *AL-FAL 50 anos: contribuições para estudos linguísticos e filológicos*. João Pessoa: Ideia, 2015, p. 1013-1042. [E-book]

QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. Para que editar? A filologia a serviço da preservação da memória baiana. In: TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis; QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de; SANTOS, Rosa Borges dos. (Org.). *Diferentes perspectivas dos estudos filológicos*. Salvador: Quarteto, 2006, p. 141-157.

RAMAKRISHNAN, Raghu; GEHRKE, Johannes. Recuperação de informações e dados XML. In: _____. *Sistemas de banco de dados*. Trad.: Célia Taniwake e João Eduardo Nobrega Tortello. São Paulo: McGraw-Hill, 2008, p. 768-802.

SENHA, Francisco. Os beneditinos da Bahia. In: PAIXÃO, Dom Gregório. (Org.). *O Mosteiro de São Bento da Bahia*. Rio de Janeiro: Versal; São Paulo: Odebrecht, 2011, p. 102-157.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica: crítica textual*. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Ars Poética; Edusp, 1977.

TELLES, Célia Marques. Fontes primárias para a sócio-história da Bahia: o Livro Velho do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia. In: ALMEIDA, Aurelina Ariadne Domingues et al (Orgs.). *Estudos Filológicos: linguística românica e crítica textual*. Salvador: Edufba, 2016, p. 227-240.

THOMASSEN, Theo. Uma primeira introdução à arquivologia. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, vol. 5, n.1, p. 5-16, jan./jun., 2006.

ZAHER, Celia Ribeiro. Da documentação à informática. In: SILVA, Benedicto et al. *Da documentação à informática*. Rio de Janeiro: FGV, 1974, p. 49-64.

ZIVIANI, Nívio. *Projeto de Algoritmos com implementação em Pascal e C*. São Paulo: Thompson, 2005.

**II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA**